



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS – FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – PPGCONT

MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA DE FARIA

**CICLOS ELEITORAIS E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA: A DINÂMICA DAS DESPESAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS NO BRASIL À LUZ DA TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-
ORÇAMENTÁRIOS**

GOIÂNIA/GO
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Paulo Alexandre Oliveira de Faria

3. Título do trabalho

Ciclos eleitorais e ideologia partidária: a dinâmica das despesas públicas municipais no Brasil à luz da teoria dos ciclos político-orçamentários

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Crispim Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 23/03/2026, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alexandre Oliveira De Faria, Usuário Externo**, em 23/03/2026, às 20:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6077690** e o código CRC **52DEC950**.

PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA DE FARIA

CICLOS ELEITORAIS E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA: A DINÂMICA DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO BRASIL À LUZ DA TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT) da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE/UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Ciências Contábeis

Linha de Pesquisa: Contabilidade Financeira

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Crispim da Silva

GOIÂNIA/GO
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Faria, Paulo Alexandre Oliveira de
Ciclos eleitorais e ideologia partidária [manuscrito]: a dinâmica das despesas públicas municipais no Brasil à luz da teoria dos ciclos político-orçamentários / Paulo Alexandre Oliveira de Faria. - 2026.
CXI, 111 f.: 2026

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Crispim da Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Goiânia, 2026.

Apêndice.

Bibliografia.

Inclui: mapas, tabelas, grafico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Tcpo. 2. Despesa Empenhada. 3. Ciclo Político-orçamentário. 4. Ideologia Político-partidária.

I. Silva, Gilberto Crispim da, orient. II. Título.

CDU 657



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 01/2026 da sessão de Defesa de Dissertação de Paulo Alexandre Oliveira de Faria, que confere o título de Mestre em Ciências Contábeis, na área de concentração em Ciências Contábeis.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às dez horas, reuniu-se, por videoconferência, a Comissão Examinadora para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada "Ciclos eleitorais e ideologia partidária: a dinâmica das despesas públicas municipais no Brasil à luz da teoria dos ciclos político-orçamentários". A sessão foi instalada pelo Presidente da banca e orientador, Prof. Dr. Gilberto Crispim da Silva (PPGCONT/UFG), com a participação dos demais membros: Profa. Dra. Clesia Camilo Pereira (UNB), na qualidade de membro titular externo, e Prof. Dr. Lúcio de Souza Machado (PPGCONT/UFG), como membro titular interno. Após a exposição do candidato e a devida arguição pelos membros da banca - os quais não apresentaram sugestão de alteração do título do trabalho - a Comissão reuniu-se em sessão reservada para julgamento. Concluída a avaliação, o candidato foi declarado aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente da Banca Examinadora encerrou os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Lucio De Souza Machado, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Crispim Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 23/03/2026, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLESIA CAMILO PEREIRA, Usuário Externo**, em 02/04/2026, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5941545** e o código CRC **913FF7A3**.

Referência: Processo nº 23070.004252/2026-27

SEI nº 5941545

Dedico este trabalho à minha amada esposa Géssyca.

AGRADECIMENTOS

Sou grato ao apoio incondicional de minha família, em especial aos meus pais, José e Maria, e, principalmente, à minha esposa, Géssyca, que me apoiou e me ajudou a vencer os desafios, alegrando-se comigo sempre. Agradeço também os esforços e o brilhantismo de meu orientador, Prof. Dr. Gilberto Crispim, por toda sabedoria e conhecimento compartilhados neste período. Estendo meus agradecimentos aos Professores Doutores Lúcio de Souza Machado (UFG) e Clesia Camilo Pereira (UnB) por todas as valiosas e notáveis contribuições a este trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar a influência do ciclo político-orçamentário e da ideologia político-partidária sobre o padrão de alocação das despesas dos governos locais brasileiros, à luz da Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários (TCPO). Para o alcance desse objetivo, o estudo foi estruturado em dois artigos científicos. O primeiro artigo, intitulado “Análise dos ciclos eleitorais na dinâmica das despesas municipais no Brasil à luz da Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários”, investigou a dinâmica das despesas empenhadas nos municípios brasileiros em anos eleitorais, à luz da TCPO. A amostra compreendeu despesas empenhadas por função em 5.513 municípios brasileiros, no período de 1995 a 2021. O segundo artigo, denominado “Influência ideológico-partidária na alocação das despesas municipais no Brasil à luz da Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários”, avaliou a influência da orientação ideológica dos partidos políticos na gestão fiscal dos municípios. Para tanto, a amostra foi composta de despesas empenhadas por função de 5.562 municípios, dos anos de 2001 a 2021. Em ambos os estudos, utilizou-se um modelo de regressão em painel com efeitos fixos e erros-padrão robustos, clusterizados por ID municipal, adicionado de testes de robustez por modelos GMM: abordagem Arellano-Bond (1991) e Anderson-Hsiao (1982). Os dados foram obtidos junto às bases do Ipeadata, Tesouro Nacional, Tribunal Superior Eleitoral, Instituto Brasileiro de Economia da FGV (IBRE-FGV) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Os resultados empíricos do primeiro estudo não indicam a presença de padrões estatisticamente consistentes de CPOs nos municípios brasileiros especificamente nos anos eleitorais. Entretanto, essa evidência não implica a rejeição da TCPO (Drazen & Eslava, 2006, 2010), uma vez que, nos períodos não eleitorais, observou-se a priorização sistemática de despesas de maior visibilidade política. Esse achado sugere que o arcabouço institucional brasileiro, marcado por elevado grau de controle fiscal e normativo, atua como mecanismo disciplinador do comportamento dos gestores públicos em anos eleitorais, restringindo práticas explícitas de manipulação orçamentária. Nesse sentido, a hipótese central do primeiro estudo é rejeitada. Adicionalmente, os resultados indicam que os gestores municipais internalizam e se adaptam às restrições institucionais vigentes durante os períodos eleitorais. Em contraste, no triênio que antecede as eleições, observou-se maior intensidade na recomposição da estrutura orçamentária, com direcionamento de recursos para categorias de maior saliência política. Essa dinâmica ocorre em um ambiente de relativa flexibilidade decisória, evidenciado pela magnitude dos coeficientes associados à variável $\ln DempTotal$, o que aponta para maior discricionariedade na alocação dos recursos públicos ao longo do ciclo de mandato. No plano teórico, esses achados reforçam a robustez da TCPO (Drazen & Eslava, 2010), ao mesmo tempo em que tensionam parcialmente os pressupostos do modelo oportunista com expectativas racionais (Rogoff, 1990), ao evidenciar a relevância da composição do gasto, e não apenas de seu nível agregado. No segundo estudo, ao incorporar a dimensão ideológica partidária, os resultados ampliam o escopo explicativo da TCPO. Verificou-se que a orientação ideológica influencia a alocação das despesas municipais no Brasil, ainda que de forma heterogênea e não padronizada entre regiões, em consonância com evidências anteriores da literatura nacional. Tal descoberta sugere que o multipartidarismo brasileiro favorece estratégias pragmáticas de gestão fiscal, reduzindo a nitidez das distinções ideológicas tradicionais, em linha com a noção de “crise das ideologias”. Nesse contexto, observam-se indícios de reorganização estratégica da composição das despesas ao longo dos mandatos, com direcionamento para rubricas de maior visibilidade, oferecendo suporte empírico à hipótese central do estudo.

Palavras-chave: TCPO; despesa empenhada; ciclo político-orçamentário; ideologia político-partidária.

ABSTRACT

The present dissertation has the general objective of analyzing the influence of the political–budget cycle and political–partisan ideology on the allocation pattern of expenditures of Brazilian local governments, in light of the Theory of Political Budget Cycles (TPBC). To achieve this objective, the study was structured into two scientific articles. The first article, entitled “Analysis of electoral cycles in the dynamics of municipal expenditures in Brazil in light of the Theory of Political–Budget Cycles”, investigated the dynamics of committed expenditures in Brazilian municipalities in electoral years, in light of the TPBC with Institutional Constraints. The sample comprised committed expenditures by function for 5,513 Brazilian municipalities over the period 1995 to 2021. The second article, entitled “Ideological–partisan influence on the allocation of municipal expenditures in Brazil in light of the Theory of Political Budget Cycles”, assessed the influence of the ideological orientation of political parties on municipal fiscal management. For this purpose, the sample consisted of committed expenditures by function for 5,562 municipalities, from 2001 to 2021. In both studies, a panel regression model with fixed effects and robust standard errors, clustered by municipal ID, was employed, complemented by GMM robustness checks (Arellano–Bond, 1991; Anderson–Hsiao, 1982). Data were obtained from the databases of Ipeadata, the National Treasury, the Superior Electoral Court, the Brazilian Institute of Economics of FGV (IBRE-FGV), and the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (FIRJAN). The empirical results of the first study do not indicate the presence of statistically consistent PBC patterns in Brazilian municipalities specifically in electoral years. However, this evidence does not imply a rejection of the TPBC (Drazen & Eslava, 2006, 2010), since, in non-electoral periods, a systematic prioritization of expenditures with greater political visibility was observed. This finding suggests that the Brazilian institutional framework, characterized by a high degree of fiscal and regulatory oversight, operates as a disciplining mechanism on public managers’ behavior in electoral years, constraining explicit practices of budget manipulation. Additionally, the results indicate that municipal managers internalize and adapt to the prevailing institutional constraints during electoral periods. By contrast, in the three-year period preceding elections, a greater intensity in the recomposition of the budget structure was observed, with resources directed toward categories of higher political salience. This dynamic unfolds in an environment of relative decision-making flexibility, as evidenced by the magnitude of the coefficients associated with the $\ln DempTotal$ variable, which points to greater discretion in the allocation of public resources throughout the term-of-office cycle. At the theoretical level, these findings reinforce the robustness of the TPBC (Drazen & Eslava, 2010), while partially challenging the assumptions of the opportunistic model with rational expectations (Rogoff, 1990) by highlighting the relevance of expenditure composition, rather than only its aggregate level. In the second study, by incorporating the partisan ideological dimension, the results expand the explanatory scope of the TPBC. It was verified that ideological orientation influences the allocation of municipal expenditures in Brazil, albeit heterogeneously and without a standardized pattern across regions, in line with previous evidence in the national literature. This finding suggests that Brazilian multipartyism favors pragmatic fiscal management strategies, reducing the sharpness of traditional ideological distinctions, consistent with the notion of a “crisis of ideologies”. In this context, indications of strategic reorganization of expenditure composition over terms of office are observed, with resources directed toward items of greater visibility, thereby providing empirical support for the study’s central hypothesis.

Keywords: TPBC; committed expenditure; political budget cycle; political-party ideology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de evolução histórica da Teoria dos Ciclos Político-orçamentários (TCPO).....	22
Figura 2 – Evolução histórica da TCPO.....	29
Figura 3 – Classificação ideológica por intervalos definidos.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis da pesquisa.....	40
Tabela 2 – Quantidade de observações totais do estudo.....	42
Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis explicativas – por região do Brasil [1995-2021].....	47
Tabela 4 – Estatística descritiva das variáveis dependentes – Brasil [1995-2021].....	49
Tabela 5 – Regressão FE <i>robust cluster</i> ID por município – Brasil e Regiões [1995-2021].....	51
Tabela 6 – Classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros [2000-2020].....	65
Tabela 7 – Variáveis da pesquisa.....	70
Tabela 8 – Quantidade de observações totais do estudo.....	73
Tabela 9 – Estatística descritiva das variáveis explicativas – por região do Brasil [2001-2021].....	77
Tabela 10 – Estatística descritiva das variáveis dependentes – Brasil [2001-2021].....	79
Tabela 11 – Regressão FE <i>robust cluster</i> ID por município – Brasil e Regiões [2001-2021].....	80
Tabela 12 – Síntese dos resultados da ideologia – Regressão Brasil e regiões [2001-2021].....	82

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	13
1.1. Problema de Pesquisa.....	17
1.2. Objetivo de Pesquisa	18
1.3. Estrutura da Dissertação.....	19
1.4. Origem e trajetória epistemológica da teoria dos ciclos político-orçamentários.....	21
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DOS CICLOS ELEITORAIS NA DINÂMICA DAS DESPESAS MUNICIPAIS NO BRASIL À LUZ DA TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS	30
2.1. INTRODUÇÃO	30
2.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	32
2.2.1. A Teoria dos Ciclos Político-orçamentários (TCPO)	32
2.2.2. Despesa pública e os ciclos eleitorais.....	34
2.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	39
2.3.1. Definição da amostra.....	39
2.3.2. Descrição das variáveis	39
2.3.3. Procedimentos de análise	43
2.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
2.4.1. Análise descritiva	46
2.4.2. Análise multivariada.....	49
2.5. CONCLUSÃO	53
CAPÍTULO 3 – INFLUÊNCIA IDEOLÓGICO-PARTIDÁRIA NA ALOCAÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS NO BRASIL, À LUZ DA TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS	55
3.1. INTRODUÇÃO	56
3.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	59
3.2.1. Contribuições da teoria dos ciclos políticos (TCP)	59
3.2.2. Ideologia partidária e a despesa pública.....	61
3.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	69
3.3.1. Definição da amostra.....	69
3.3.2. Descrição das variáveis	69
3.3.3. Procedimentos de análise	73
3.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
3.4.1. Análise descritiva	76
3.4.2. Análise multivariada.....	79
3.5. CONCLUSÃO	85

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO GERAL	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A – Regressões por Despesas Empenhadas do Artigo 1.....	102
APÊNDICE B – Regressões por Despesas Empenhadas do Artigo 2	106

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

O ciclo político-orçamentário (CPO) configura-se como um fenômeno de natureza eleitoral e econômica, originado por motivações políticas, caracterizado pela manipulação deliberada de instrumentos fiscais. Dentre as principais motivações, destacam-se o aumento da despesa pública, a expansão do emprego, a redução de impostos e a alocação direcionada de recursos a setores de maior visibilidade ao eleitorado. Esse ciclo manifesta-se, ainda, por meio de variações estratégicas na condução da política fiscal, orientadas por interesses eleitorais. Tais variações incluem, notadamente, a intensificação de despesas em áreas com elevado apelo popular, a ampliação de contratações temporárias e a adoção de políticas seletivas de desoneração tributária (Crispim et al., 2021).

A literatura especializada aponta que o CPO é orientado por incentivos à reeleição, exemplificado pela conduta de agentes políticos em exercício que buscam promover a expansão econômica em períodos eleitorais para aumentar suas chances de recondução ao cargo. Nesse contexto, a possibilidade legal de reeleição de um político ou partido em exercício configura-se como condição necessária para a ocorrência do ciclo orçamentário político (Drazen & Eslava, 2010).

Antes da crítica seminal de Downs (1957), prevalecia na literatura a concepção de que os agentes políticos atuavam de forma altruísta, orientando suas decisões à maximização do bem-estar coletivo como estratégia para assegurar sua permanência no poder. A partir da segunda metade do século XX, entretanto, ganhou destaque a perspectiva segundo a qual os mandatários são movidos por interesses individuais e comportamentos estratégicos voltados à autopreservação política. A análise passou, então, a concentrar-se nos mecanismos utilizados para otimizar o desempenho eleitoral, especialmente por meio da maximização do número de votos obtidos (Dubois, 2016).

Conforme argumenta Downs (1999), os partidos elaboram políticas com o propósito de vencer eleições, e não vencem eleições com o intuito principal de formular políticas públicas. Essa concepção integra o modelo teórico originalmente proposto por Downs (1957) e posteriormente expandido por Nordhaus (1975), cuja abordagem ficou conhecida como modelo “oportunista” dos ciclos político-econômicos (CPEs). Nesse arcabouço, os governantes promovem intervenções no orçamento público com o objetivo de ampliar seu apoio eleitoral, ao passo que os eleitores tendem a recompensar, nas urnas, os partidos que lhes proporcionam maiores benefícios tangíveis no período pré-eleitoral (Costa, 2016).

Adicionalmente há outro modelo teórico intitulado de “partidário”, proposto por Hibbs (1977), em que o governo seria eleito para executar políticas públicas a fim de beneficiar seus eleitores representados pelo partido. Ainda, sabe-se que os CPOs se referem à dinâmica em que os governantes adaptam as políticas fiscais com base no período eleitoral, na busca por promoção pública e êxito eleitoral (Neduziak & Correia, 2018; Faria et al., 2025). A literatura, por sua vez, coleciona estudos há décadas sobre os ciclos políticos, bem como os assuntos que estruturam, discutem e/ou confrontam a teoria e suas implicações empíricas (Downs, 1957; Nordhaus, 1975; Roemer, 1995; Brender, 2003; Brender & Drazen, 2003; Sakurai, 2009). Mas não explora concomitantemente o reflexo ideológico na alocação funcional dos recursos por composição, o que pretende este estudo, inclusive, fomentar discussões sobre a dinâmica das despesas públicas, sob a luz da Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários (TCPO).

A TCPO tem se consolidado como ferramenta analítica no estudo da gestão fiscal em nível subnacional, especialmente no contexto brasileiro, cuja estrutura político-eleitoral municipal apresenta especificidades relevantes (Costa, 2016). Evidências empíricas indicam que prefeitos no mandato tendem a elevar a despesa pública em até 5% durante os anos eleitorais, estratégia associada a uma maior probabilidade de reeleição, desde que os aumentos se mantenham dentro de limites fiscais considerados aceitáveis (Klein, 2010). Ressalte-se, contudo, que tal comportamento não se manifesta de maneira uniforme entre os municípios: aqueles com população superior a 500 mil habitantes demonstram maior propensão à manipulação orçamentária de caráter cíclico, em razão de sua maior capacidade de arrecadação e de sua expressiva relevância no cenário político (Klein, 2010).

Portanto, a TCPO parte do pressuposto de que o eleitor atua de forma utilitarista, isto é, orienta suas escolhas com base na maximização de sua utilidade individual, conceito oriundo da filosofia moral, segundo o qual uma ação é considerada correta ou incorreta conforme sua capacidade de promover a utilidade, geralmente associada à felicidade ou à satisfação pessoal (Mill, 2020). Nesse sentido, os eleitores buscam eleger candidatos que melhor atendam às suas preferências individuais (Costa, 2016). Além disso, a ocorrência dos CPOs encontra respaldo na Teoria dos Ciclos Políticos (TCP), conforme amplamente discutido na literatura, com destaque para os estudos clássicos de Wright (1974), Tufte (1975), Lindbeck (1976), MacRae (1977), Hibbs (1977, 1982, 1987, 1992), Cukierman e Meltzer (1986), Chappell e Keech (1986), Rogoff e Sibert (1988), Alesina (1987, 1988, 1989), Persson e Tabellini (1990) e Rogoff (1990).

Diante do exposto, a ideologia político-partidária (IPP) emerge como um elemento analítico fundamental para a compreensão do comportamento da despesa pública, tanto no

contexto eleitoral dos CPOs, quanto na análise mais ampla de seus efeitos sobre a alocação de recursos em âmbito municipal (Ferreira et al., 2020). Em termos conceituais, a ideologia pode ser definida como um sistema de crenças e visões compartilhadas sobre determinada ordem social, assumida como verdade e capaz de orientar e influenciar as ações que dela decorrem (Maciel, 2023). Complementarmente, Heywood (2010) observa que, a partir da segunda metade do século XX, o conceito passou a ser empregado de forma mais neutra e analítica, sendo entendido como um conjunto de ideias mediante o qual os indivíduos formulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, ainda que tal ação não tenha, necessariamente, o propósito de conservar, transformar ou substituir uma ordem social preexistente.

Diante disso, Seliger (1977) complementa o entendimento ao dividir a ideologia em dois níveis: fundamental e operacional. Ao nível fundamental as IPPs se assemelham às filosofias políticas, ocupando-se de questões abstratas, e ao nível operacional as IPPs envolvem-se na mobilização popular e em seus movimentos políticos. Entretanto, embora a TCPO ajude na compreensão de como a despesa pública possa ser dominada por pressões eleitorais, a influência da ideologia política não parece ser tão proeminente como se poderia admitir (Ferreira et al., 2020; Faria et al., 2025).

Não há um consenso sobre a influência das IPPs sobre a despesa pública (outro ponto essencial para este trabalho), tampouco em contextos de CPOs, sugerindo que, em muitos casos, os interesses estratégicos e pragmáticos podem se sobressair aos objetivos ideológicos, por isso, na conjuntura municipal brasileira, objeto central deste estudo, a análise do dinamismo das despesas públicas pode ser influenciada pelos CPOs e/ou as IPPs (Crispim et al., 2021).

As despesas públicas devem ser alocadas em conformidade com as orientações políticas emanadas da sociedade, refletida no orçamento público (Santos Junior, 2021). Vale salientar que o orçamento é o instrumento de planejamento das despesas governamentais, por se tratar do plano direcionador de ações dos governos brasileiros, embora a realidade dos municípios seja complexa devido a interferências estruturais, políticas, legais e econômicas, impactando o que seria uma condução ideal da gestão (Vier & Schreiber, 2018; Couto et al., 2020; Lanis & Bueno, 2020; Silva, 2020).

Ressalte-se ainda, conforme os pressupostos da TCPO, que tanto os CPOs quanto as IPPs constituem elementos explicativos relevantes para o comportamento das despesas públicas em nível municipal, especialmente diante da influência de contextos eleitorais e das orientações ideológicas dos gestores responsáveis pela execução orçamentária. Todavia, ainda não há consenso na literatura especializada quanto à complexidade e à natureza dessas inter-relações

durante períodos eleitorais: (i) em que a ideologia poderia influenciar na despesa pública (Sáez, 2016; Rösel, 2017; Gonçalves, Funchal & Bezerra Filho, 2017; Benedictis-Kessner & Warshaw, 2018; Potrafke, 2020; Gootjes, Haan & Jong-A-Pin, 2020; Herwatz & Theilen, 2021; Douglas, Szmer & Raudla, 2024; Kang, Lee & Min, 2025) e; (ii) em que a ideologia, seja ela qual for, não teria influência sobre a despesa pública (Castro & Martins, 2017; Gerigk, Ribeiro & Lepchak, 2018; Basilio & Borrallo, 2021; Bursac, 2022; Silva & Bezerra Filho, 2023; Gralak, Gerigk & Ribeiro, 2023; Faria et al., 2025).

No contexto da política e da gestão pública, é necessário compreender a inter-relação entre o orçamento público e o planejamento, uma vez que ambos constituem pilares fundamentais para o avanço do setor governamental e para a formulação de soluções a problemas históricos e recorrentes (Scheren, Machado & Oro, 2024). Uma vez que o orçamento público transcende sua função instrumental de governança, configurando-se como um mecanismo estratégico para a explicitação de objetivos organizacionais, a consolidação da cultura institucional no serviço público e a efetivação do controle orçamentário, mediante práticas integradas de planejamento, monitoramento e prestação de contas (Abernethy & Brownell, 1999; Covalleski et al., 2006; Mutiganda, 2016).

Ademais, a normatização contábil padronizada configura-se como um marco significativo tanto para os estudiosos do setor público quanto para os próprios entes governamentais, considerados como responsáveis pela gestão patrimonial, orçamentária e financeira (Prieto & Martins, 2015). No caso brasileiro, esse processo ganha destaque com a promulgação da Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, do Ministério da Fazenda, por meio da qual a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) enfatiza o controle patrimonial sob a ótica do regime de competência, além de adotar novos modelos de demonstrativos contábeis baseados nas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) (Silva, Oliveira & Celestino, 2023; Meriguete et al., 2023).

Nos últimos anos com o advento tecnológico e sistêmico-normativo das ferramentas de divulgação das demonstrações e relatórios contábeis dos entes públicos, a pesquisa acadêmica vem discutindo os cenários orçamentários públicos nacional e internacionalmente (Meriguete et al., 2023; Lima & Moreira, 2024; Hilmi, Hajrioui & El Kezazy, 2024; Diniz et al., 2015; Santos, Vieira & Campos, 2024), uma vez que houve melhora nos acessos aos dados, embora ainda existam desafios que precisam ser enfrentados para uma adoção amplamente eficaz das referidas normas, como: (i) questões conceituais; (ii) tentativa de alinhar as IPSAS com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*); (iii) coerência nas especificidades do setor público; (iv) diversidade cultural, política e econômica dos países (Toudas, Poutos & Balios,

2013); (v) além de divergências nas informações publicadas pelo SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e/ou Portal da Transparência (ambos em casos brasileiros); (vi) balanços patrimoniais que não representam a realidade no setor público do Brasil (Silva, Oliveira & Celestino, 2023) e a baixa aderência (cerca de 40%) dos entes públicos brasileiros às NBCs TSP do CFC (Santos, Vieira & Campos, 2024).

1.1. Problema de Pesquisa

Nesse cenário, a TCPO constitui uma ferramenta teórica para a análise das variações estratégicas nas despesas públicas motivadas por interesses eleitorais, especialmente no âmbito municipal brasileiro, em que estudos indicam que gestores públicos, notadamente prefeitos em busca da reeleição, tendem a elevar despesas em setores de maior apelo popular durante anos eleitorais, prática ancorada em modelos oportunistas, como os propostos por Nordhaus (1975) e Rogoff (1990), e complementada por abordagens partidárias, como a de Hibbs (1977) e Alesina (1987), que atribuem à IPP um papel orientador na formulação de políticas econômicas e/ou fiscais. Que ainda, a própria literatura não é unívoca quanto à efetividade dessa influência ideológica, uma vez que parte dos estudos aponta para a supremacia de interesses pragmáticos e eleitorais sobre diretrizes ideológicas.

Ainda assim, é precisamente nesse arcabouço normativo que se encontra a possibilidade de aprofundar a compreensão sobre a relação entre fatores ligados à ideologia político-partidária e aos ciclos político-orçamentários, particularmente no que se refere às despesas públicas estritamente empenhadas, conforme sugerem Crispim, Rodrigs e Alberton (2023). A investigação estatística desses fenômenos, aplicada aos municípios brasileiros, revela-se, portanto, necessária, uma vez que a literatura carece de abordagens que contemplem de forma abrangente a totalidade do território nacional (Sakurai & Menezes-Filho, 2008; Klein, 2010; Klein & Sakurai, 2015; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Crispim et al., 2021; Gralak, Gerick & Ribeiro, 2023; Bartoluzzio et al., 2023; Faria et al., 2025). Torna-se necessário, assim, identificar e analisar criticamente os motivos e as circunstâncias que as despesas manifestam variações associadas a ciclos eleitorais e orientações ideológicas.

Dessa forma, surge a seguinte questão de pesquisa: **qual a influência do ciclo político-orçamentário e da ideologia político-partidária, à luz da TCPO, nas despesas dos governos locais do Brasil?** A referida problemática configura-se como uma lacuna no conhecimento científico atual, na medida em que estudos nacionais e internacionais (Sakurai & Menezes-Filho, 2008; Klein, 2010; Aidt, Veiga & Veiga, 2011; Klein & Sakurai, 2015; Bartoluzzio &

Anjos, 2020; García & Hayo, 2021; Benito, Guillamon & Ríos, 2021; Crispim et al., 2021; Spicer, Kushner & Lamarche, 2023; Gralak, Gerick & Ribeiro, 2023; Bartoluzzio et al., 2023; Kluza, Kociemska & Rafał, 2025; Faria et al., 2025) apresentam resultados antagônicos acerca da influência da ideologia político-partidária sobre as despesas públicas durante períodos eleitorais, contemplando diferentes recortes territoriais, sejam regionais ou de abrangência nacional.

E principalmente, tais investigações partem de enfoques teórico-metodológicos embasados nos modelos oportunistas e partidários com vistas ao mero aumento ou não da despesa pública especificamente analisada para os períodos de ciclos eleitorais. O que difere da presente pesquisa, reforçando sua relevância e originalidade, é a proposição de uma nova perspectiva analítica sobre os municípios brasileiros com base no modelo teórico de Drazen e Eslava (2010), cujo enfoque se restringe à dinâmica/remanejamento das composições das despesas orçamentárias. Considerou-se também fatores de restrições institucionais como inibidores legais de práticas de manipulação do voto popular.

1.2. Objetivo de Pesquisa

Considerando que o Brasil é um país de ampla extensão territorial, elevada densidade populacional e marcado por diversos desafios, especialmente no que se refere à gestão eficiente de recursos públicos escassos (Costa Neto, Santos & Lucena, 2024; Rech & Couto, 2024), torna-se proeminente examinar os fatores que historicamente influenciam sua trajetória política e econômica. À luz do recente cenário de polarização política, intensificado desde as últimas eleições presidenciais (Fucks & Marques, 2022; Bello, 2023; Cópio & Bertussi, 2024), torna-se conexo investigar o comportamento das despesas públicas nos governos municipais, em razão das filiações partidárias com suas respectivas orientações ideológicas, no ato da constituição e execução orçamentária. Nesse contexto, a pesquisa de dissertação objetiva **analisar a influência do ciclo político-orçamentário e da ideologia político-partidária, à luz da TCPO, nas despesas dos governos locais brasileiros.**

Diante da complexidade estrutural, institucional e ideológica que permeia a administração pública brasileira, a compreensão dos determinantes que influenciam o comportamento das despesas governamentais exige uma abordagem analítica multifacetada. A TCPO, ao ser articulada com a variável ideologia político-partidária, oferece uma lente teórica promissora capaz de elucidar como decisões orçamentárias são moldadas não apenas por imperativos eleitorais, mas também por convicções programáticas que orientam as escolhas dos

agentes públicos. Nesse entrelaçamento, evidencia-se que a despesa pública, longe de ser meramente técnica ou neutra, assume um caráter estratégico e ideológico, refletindo tanto a busca pela permanência no poder quanto a tentativa de materializar agendas partidárias.

Assim, ao investigar os efeitos combinados dos ciclos eleitorais e das orientações ideológicas sobre as despesas nos municípios brasileiros, esta pesquisa fomenta discussões que contribuem a respeito das finanças públicas e contabilidade governamental para a lacuna elucidada a partir de uma abordagem empírica respaldada por fundamentos teóricos consolidados. Ademais, o estudo não busca apenas mensurar o impacto dessas variáveis sobre o orçamento público local, mas também interpretar os mecanismos subjacentes que os impulsionam. Ao fazê-lo, o estudo contribui para a atualização da literatura nacional sobre *accountability* fiscal e comportamento político, além de oferecer subsídios técnicos e literários para o aperfeiçoamento da gestão pública em contextos democráticos e pluralistas.

1.3. Estrutura da Dissertação

A dissertação está estruturada em formato de dois artigos científicos que, juntos, contribuirão para responder ao problema e objetivo propostos. No primeiro artigo, buscou-se *investigar como as variações dos ciclos eleitorais impactam as dinâmicas do orçamento público municipal, principalmente no que tange às despesas empenhadas em diferentes áreas, sob a luz da TCPO*. Nesse artigo, se discute os aspectos teóricos sobre a despesa pública, os ciclos político-orçamentários, bem como a TCPO, além de estudos similares, de modo que se construiu uma robusta fundamentação para o desenvolvimento empírico, sob a *proxy* dos CPOs, ou seja, procurando entender o comportamento das despesas do orçamento municipal que, influenciado ideologicamente ou não, pode ser impactado em períodos eleitorais, especificamente.

No segundo artigo, aspirou-se *analisar a influência da ideologia político-partidária na alocação orçamentária nos diferentes governos locais do Brasil, sob a luz da TCPO*. Vale salientar que o estudo abrangeu os partidos classificados como de esquerda, centro e direita (os de extrema-direita e extrema-esquerda, centro-direita e centro-esquerda, por suas complexidades conceituais, não foram objeto deste estudo) a partir de classificação dada pela Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB). Também foi abrangido os aspectos teóricos que permeiam aprofundamentos dos polos ideológicos sob o espectro político e orçamentário, além de estudos similares, abrangendo o cenário para elucidar as possíveis diferenças na alocação da despesa pública municipal, mas, sob o crivo estritamente ideológico dos governos municipais.

Ambos os artigos são de natureza aplicada e com bases metodológicas quantitativas, cuja amostragem se valeu da representação nacional brasileira da esfera municipal, considerando toda a complexidade partidária histórica do país, bem como a base teórica principal. Já no que tange ao período para coleta de dados, foram considerados sete ciclos orçamentários (1996 a 2020), abrangendo 27 anos (1995 a 2021) e a população amostral correspondeu aos 5.570 municípios brasileiros. A escolha desse período se deu por motivo da adequação desejada para realização de comparabilidade, conforme sugere Crispim et al. (2021). Quanto às análises dos dados coletados, para ambos os estudos (artigos 1 e 2), aplicou-se recursos estatísticos com apoio do *software Stata*® versão 16.1 *Special Edition*.

Em consonância com os princípios de integridade, transparência e reprodutibilidade que orientam a pesquisa científica contemporânea, declara-se a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) como apoio instrumental ao desenvolvimento deste estudo. Especificamente, foram empregadas as plataformas LitMaps, ChatPDF e ChatGPT, de maneira ética, criteriosa e complementar às práticas tradicionais de investigação. A ferramenta LitMaps foi utilizada no mapeamento sistemático da literatura científica, permitindo a visualização de redes de citações, a identificação de conexões teóricas entre estudos relevantes e o aprimoramento da estruturação da revisão de literatura sob uma perspectiva epistemológica. Por sua vez, o ChatPDF foi empregado como recurso auxiliar na leitura analítica de documentos em formato PDF, contribuindo para a síntese de informações, extração de dados contributivos e otimização do processo de análise documental. Adicionalmente, o ChatGPT (OpenAI) foi utilizado como suporte técnico em tarefas específicas, como a elaboração e organização de representações gráficas, sem, contudo, substituir o julgamento crítico, a interpretação analítica ou a construção argumentativa do pesquisador. Ressalta-se ainda, que o uso dessas ferramentas ocorreu em estrita conformidade com os preceitos éticos da pesquisa acadêmica, não configurando delegação de autoria ou geração autônoma de conteúdo científico. Assim, a responsabilidade integral pelo conteúdo apresentado, incluindo a acurácia das informações, a coerência interpretativa e as conclusões alcançadas, é exclusivamente do autor, assegurando o compromisso com a originalidade, a autoria intelectual e a integridade científica do trabalho.

Dessa forma, a pesquisa de dissertação está estruturada como: (i) capítulo 1, abrangendo introdução geral, que fomenta breve discussão sobre CPO e ideologia político-partidária, problema e objetivo de pesquisa, assim como a justificativa, contribuições do estudo e a própria TCPO em sua origem e evolução epistemológica; (ii) capítulo 2, abrangendo artigo 1 “**análise dos ciclos eleitorais na dinâmica das despesas municipais no Brasil à luz da teoria dos ciclos político-orçamentários**”; (iii) capítulo 3, constando o artigo 2 “**influência ideológico-**

partidária na alocação das despesas municipais no Brasil, à luz da teoria dos ciclos político-orçamentários” e o; (iv) capítulo 4, integrado pela conclusão geral do estudo.

1.4. Origem e trajetória epistemológica da teoria dos ciclos político-orçamentários

Por meio da Figura 1, observa-se em formato de mapeamento sistematizado a trajetória epistemológica da TCPO, desde sua origem até o último estudo de revisão (Dubois, 2016) sobre os 40 anos de evolução da teoria, a partir do trabalho de Nordhaus (1975), que serve de base para acompanhamento desta seção.

Conforme se observa, as primeiras discussões versaram sobre ciclos político-econômicos (CPEs), que ocorreram por meio do estudo clássico "*Political Aspects of Full Employment*" de Michal Kalecki (1943), basilar para a gênese da Teoria dos Ciclos Políticos Econômicos (TCPE). Embora não tenha formulado diretamente a TCPE, ele ofereceu *insights* centrais sobre a relação fundamental para a gênese da teoria, ainda que de forma precursora e mais estruturalista entre política, economia e comportamento de grupos de interesse, que depois seriam incorporados e desenvolvidos nas teorias modernas dos ciclos políticos.

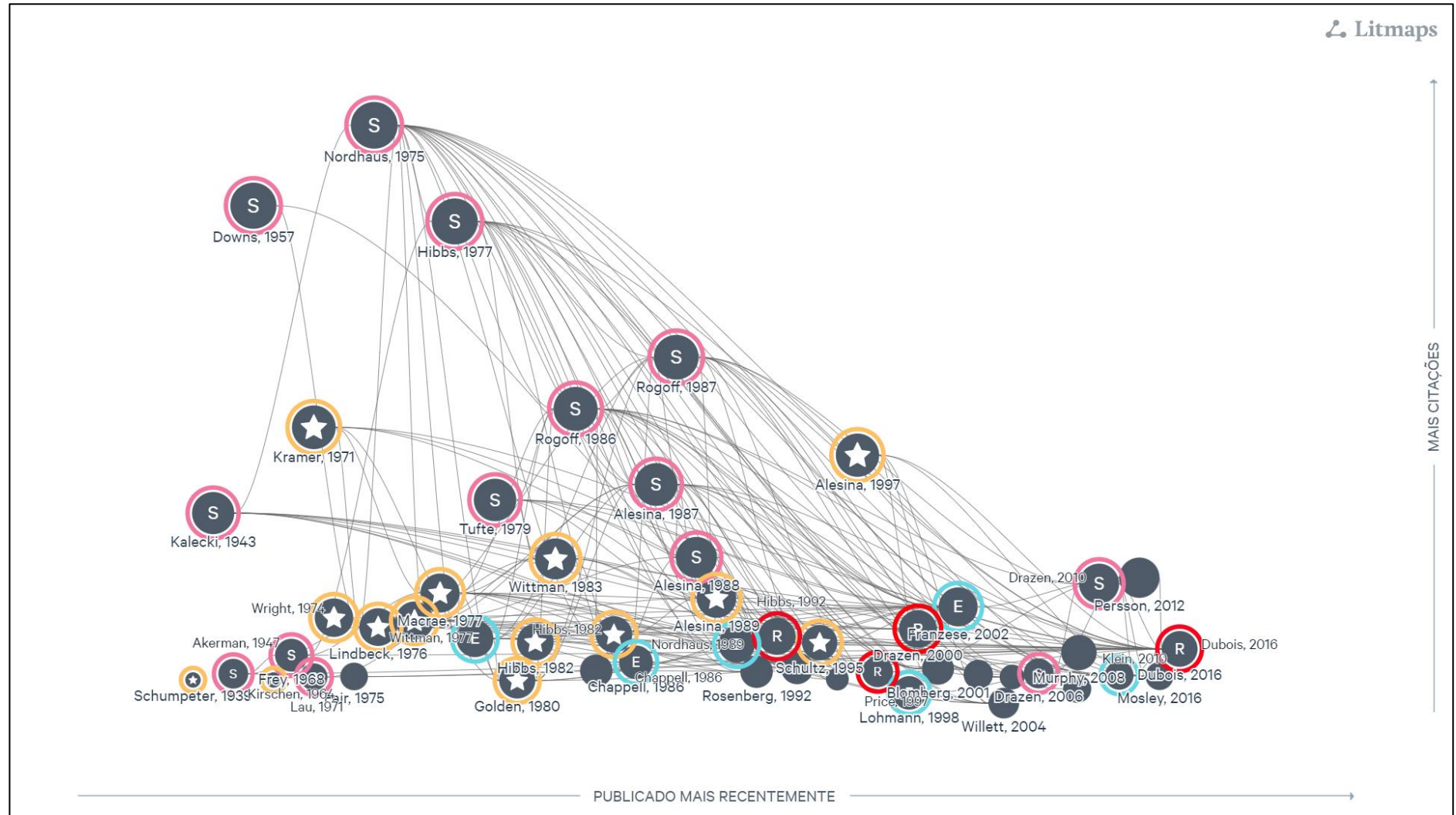
Por sua vez, foi Kalecki (1943) o primeiro autor a usar a expressão *political business cycle*, embora não houvesse qualquer conexão direta com eleições, mas reconhecendo que decisões políticas influenciam os ciclos econômicos. Ao mencionar o termo “ciclos políticos”, Kalecki se referia ao ciclo inflação-desemprego, relacionando os ciclos às dinâmicas de poder e interesse social e, por isso, acabou por considerar tal fenômeno como uma implicação política sobre a economia (Drazen, 2000; Dubois, 2016).

Transcorridos quatro anos após os *insights* de Kalecki (1943), Gustav Akerman (1947) apresentou uma das primeiras tentativas sistemáticas de vincular os ciclos econômicos à dinâmica política, com ênfase no comportamento eleitoral e nas decisões políticas dos governos. No estudo intitulado *Political Economic Cycles*, o autor propõe uma abordagem pioneira da interação entre política e flutuações econômicas, sustentando que os ciclos políticos não ocorrem de forma independente dos ciclos econômicos, mas se configuram como uma fase recorrente dentro destes.

À luz dessa perspectiva, Akerman observa que as mudanças de governo, como eleições e alternâncias no poder, tendem a coincidir com momentos de inflexão do ciclo econômico, como períodos de recessão ou recuperação, sugerindo, assim, uma relação de interdependência entre os domínios político e econômico.

Figura 1

Mapa de evolução histórica da Teoria dos Ciclos Político-orçamentários (TCPO)



Nota: S - seminiais; E - empíricos; R - revisões; cor laranja - estudos relevantes. Fonte: elaboração própria via ferramenta LitMaps.

Embora não tenha desenvolvido uma modelagem formal do comportamento estratégico dos agentes políticos, o autor foi um precursor teórico, quando reconhece que as decisões de política econômica são, em grande medida, condicionadas por interesses políticos, especialmente em conjunturas críticas.

Após uma década, Anthony Downs (1957), em sua obra seminal "*An Economic Theory of Democracy*", não tratou diretamente dos CPEs, mas sua análise racional do comportamento dos eleitores e dos políticos forneceu o marco analítico central sobre o qual se apoiariam, décadas depois, os modelos de ciclos oportunistas e partidários desenvolvidos por autores como Nordhaus (1975), Hibbs (1977), Alesina (1987) e Rogoff e Sibert (1988). Ainda, por meio da obra, Downs aplica a lógica da teoria econômica aos processos políticos, modelando eleitores e partidos como agentes racionais minimizadores de utilidade. Em que políticos são tratados como agentes que buscam maximizar votos, e eleitores escolhem com base em qual partido/político maximiza seu bem-estar esperado. Essa abordagem racional fundamenta a ideia, mais tarde desenvolvida por Nordhaus, de que políticos manipulam variáveis econômicas para influenciar eleitores racionais, porém imperfeitamente informados.

Com base nas contribuições de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957), Frey e Lau (1968; 1971), através dos seus estudos "*Towards a Mathematical Model of Government Behaviour*" e "*Models of Government Behaviour: The Role of the Budget and the Bureaucracy*", avançaram empiricamente na consolidação da TCPE, especialmente ao oferecerem evidência estatística e modelos iniciais que articulam decisões de política econômica com o ciclo eleitoral. Diferentemente de trabalhos anteriores, mais teóricos ou observacionais (como Akerman ou Downs), os estudos de Frey e Lau adotam uma abordagem mais positiva e aplicada, influenciados por pressupostos da escolha pública e pela teoria da maximização de votos.

Em síntese, pode-se afirmar que Kalecki (1943) vê os ciclos como expressão de conflitos estruturais (capital x trabalho); Akerman (1947) é o primeiro a vincular politicamente os ciclos econômicos, mas sem formalização matemática; Downs (1957) fornece a fundamentação microeconômica para os modelos futuros, tratando da racionalidade dos agentes e; Frey & Lau (1968; 1971) unem economia e política com testes empíricos e lançam as bases quantitativas para os CPEs. Já Nordhaus (1975) vê os ciclos como manipulação oportunista para fins eleitorais, e é quem sintetiza essas contribuições em um modelo formal, tornando-se o marco teórico clássico dos CPEs.

Os trabalhos de Frey e Lau são considerados como "ponte" entre a concepção *downisiana* (1957) e o trabalho de Nordhaus (1975), uma vez que foram os primeiros a aplicar

mais claramente a lógica do comportamento estratégico dos políticos dentro de contextos econômicos, testando empiricamente a relação entre ciclos eleitorais e decisões de políticas econômicas, ou seja, vão além da visão normativa de Downs, no entanto, aquém da estrutura formal de Nordhaus.

Nordhaus (1975) apresenta o modelo oportunista clássico e desenvolve um dos trabalhos mais populares e importantes para a TCP, atualizando a literatura por meio do seu modelo analítico modernizado com o uso da curva de Philips (Dubois, 2016), que é a relação econômica entre inflação e desemprego, na qual a redução de um tende a provocar o aumento do outro e vice-versa. Ressalte-se que Lindbeck (1976) e MacRae (1977) apresentaram modelos formais de CPEs com ideias semelhantes ao de Nordhaus.

No trabalho seminal de Nordhaus é utilizada essa relação inflação-desemprego para mostrar que políticos podem reduzir desemprego antes das eleições, aumentando a inflação, e que isso origina um ciclo em que a política econômica é utilizada para ganhar votos, não necessariamente para otimizar a economia de maneira sustentável, colocando em risco o bem-estar econômico de longo prazo. E os períodos pós-eleitorais seriam recessivos e os períodos pré-eleitorais, expansionistas, ou seja, os eleitores seriam manipulados com base no crédito que se dá à baixa taxa de inflação do período anterior para construção de suas expectativas (Drazen, 2000).

Para tanto, no modelo *nordhausiano* a variável de ação do governo é a taxa inflacionária, focando na política monetária como instrumento. Porém, em países como Brasil e EUA, por exemplo, o governo não pode definir diretamente sua política monetária, o que fica a cargo dos bancos centrais respectivos, que detém um certo nível de independência política (Willet & Keil, 2004). Adicionalmente, outros dois problemas no modelo oportunista clássico são a sua dependência quanto ao comportamento irracional do eleitorado, não apenas como ele forma expectativas sobre a inflação, mas também como avaliam o desempenho do governo e; da desconsideração do papel das políticas fiscais nos ciclos políticos.

A par dos atributos e críticas ao “modelo oportunista clássico” *nordhausiano*, outro modelo, designado de “partidário”, surge com o trabalho de Hibbs (1977), que abriu divergência conceitual com aquele, cujo entendimento é o de que os ciclos são gerados a partir das distintas prioridades ideológicas de cada governo, ou seja, políticos governantes tem objetivos macroeconômicos diferentes (Drazen, 2000). Na teoria *hibbsiana* os eleitores tem preferências heterogêneas e, por isso, pressupõe-se que os partidos tem diferentes objetivos ideológicos (Dubois, 2016). Nesse sentido, pode-se inferir que esse modelo foi o responsável por introduzir a dimensão da ideologia nos ciclos político-econômicos.

Assim como no modelo oportunista de Nordhaus, o modelo partidário de Hibbs baseia-se na curva de Philips e assume que as expectativas não são racionais e, portanto, a crítica é contundente e semelhante para ambos os modelos clássicos, ou seja, utilizam-se de visões macroeconômicas tradicionais e dependem de perspectivas errôneas ao defenderem a política monetária como pilar explicativo para atingir metas partidárias de desemprego e crescimento, culminando em uma justificativa insatisfatória sobre o ciclo político econômico (Drazen, 2000).

Ademais, Tufte (1978) torna-se o primeiro a abordar sobre os instrumentos disponíveis para o governo criar expansão econômica antes das eleições. Seu estudo foi fundamental para entender a mudança de orientação dos modelos clássicos de CPEs para modelos com o foco na política fiscal visível. Ele argumenta que para os candidatos obterem efeito eleitoral com a manipulação de políticas econômicas os instrumentos utilizados pelo governo devem ser de rápida implementação a tempo de gerar impacto antes das eleições como conceder isenções tributárias e aumentar benefícios; gerarem benefícios econômicos imediatos para que o eleitor médio perceba os efeitos diretamente antes de votar e; alcançarem um grande número de eleitores, ou seja, uma ação massificada e visível tal como cortes de impostos amplos, aumento do salário-mínimo, entre outros.

A contribuição de Tufte foi contributiva para o avanço da compreensão sobre os mecanismos políticos que influenciam o comportamento dos governantes em períodos eleitorais, ao destacar que o incentivo político mais eficaz para maximizar o apoio eleitoral reside na manipulação da renda real dos eleitores, em detrimento de variáveis agregadas mais complexas e de difícil controle, como a taxa de desemprego ou a inflação.

Ainda, segundo a análise de Tufte (1978), políticas voltadas à elevação temporária da renda disponível, por meio, por exemplo, de aumentos de transferências ou reduções tributárias, tendem a produzir efeitos eleitorais mais previsíveis e imediatos, tornando-se, assim, instrumentos estratégicos para fins eleitorais. Ao deslocar o foco para os efeitos distributivos diretos da política fiscal, Tufte antecipa, ainda que de modo implícito e sem a formalização teórica (que caracterizaria estudos posteriores), elementos centrais que seriam explorados e aprimorados por autores como Rogoff (1990), particularmente no que se refere à utilização da política fiscal como um mecanismo eficaz de sinalização e manipulação eleitoral.

As contribuições de Alesina (1987; 1988), por sua vez, representaram um marco na consolidação teórica da TCPE, ao introduzir modelos baseados em expectativas racionais e ao incorporar, de forma inovadora, a interação entre política monetária e comportamento eleitoral. O autor argumenta que apenas choques de inflação não antecipada (isto é, surpresas inflacionárias) são capazes de afetar o produto no curto prazo, uma vez que os agentes

econômicos formam expectativas racionais e incorporam as informações disponíveis ao precisarem políticas futuras. A magnitude dos ciclos políticos, segundo Alesina, depende de dois fatores principais: o grau de incerteza eleitoral e o diferencial entre as taxas de inflação preferidas pelos partidos concorrentes. O seu modelo prevê que, quanto maior a incerteza em relação ao resultado da eleição e mais acentuadas forem as diferenças ideológicas entre os partidos, mais intensos serão os ajustes na economia no período pós-eleitoral. Em especial, quando o partido vencedor não corresponde às expectativas dos agentes financeiros, a economia tende a se ajustar rapidamente, por meio de movimentos abruptos na atividade econômica, de forma a refletir a nova orientação política, sob a ótica dos equilíbrios múltiplos e das reações do mercado diante da surpresa eleitoral.

O modelo de Rogoff (1987; 1990) é o primeiro a compor tanto a política monetária quanto a fiscal em uma estrutura racional oportunista, no entanto, desconsiderando que políticos eleitos possam controlar diretamente a política monetária, o que contrasta com os modelos macroeconômicos anteriores, obtendo, por isso, maior realismo sobre a matéria (Drazen, 2000; Dubois, 2016). Em um nível conceitual não há uma única autoridade controladora da política macroeconômica, mas autoridades eleitas cujas decisões e jogos de poder influenciam a política fiscal.

Para este modelo o governo se utiliza de uma política orçamentária (fiscal) expansiva para aparentar competência, omitindo que logo em seguida sobrevirá um cenário recessivo e de aumento do *déficit* público como consequência. Portanto, cria-se uma ilusão enquanto aproveita-se da assimetria de informações antes das eleições, porque o sucesso de tal manipulação pré-eleitoral se justificaria pela ideia de que há informação deficiente sobre qual seja a real competência de quem governa.

As contribuições do estudo de Rogoff (1990), proporcionaram a Drazen e Eslava (2006; 2010) iniciar discussões teóricas mais contemporâneas sobre a TCPO, uma vez que apresentam um modelo de ciclos político-orçamentários no qual políticos governantes influenciam o voto por meio de direcionamento de despesas públicas a grupos específicos de eleitores, normalmente beneficiando regiões ou tipos de votantes considerados decisivos, às expensas dos demais grupos e/ou de outras categorias de despesas.

No estudo de 2010, os mesmos autores ampliam o escopo analítico do modelo original (2006), direcionando a investigação para alterações na composição das despesas públicas, com ênfase naquelas categorias com maior potencial de gerar retornos eleitorais. Em ambas as abordagens (2006 e 2010), sustenta-se que tais manipulações não implicam, necessariamente, a ocorrência de déficits fiscais ou a elevação do nível agregado de gasto público, contrapondo-

se a modelos teóricos alternativos que pressupõem aumento do dispêndio total como condição para a manifestação de ciclos políticos. Adicionalmente, argumenta-se que, mesmo diante de eleitores informados e racionais quanto a essas estratégias, não se verifica a neutralização dos incentivos dos incumbentes à manipulação fiscal, de modo que tais práticas permanecem eficazes no contexto de busca pela reeleição.

Cumprido destacar que a política monetária constitui o principal fundamento da TCPE, ao influenciar indiretamente o nível de produto por meio de intervenções nos mercados monetário e financeiro (Gremaud et al., 2024), sendo a atuação dos bancos centrais elemento central desse processo, na medida em que suas decisões afetam diretamente a oferta de moeda e o nível das taxas de juros, condicionando a dinâmica da atividade econômica. Já a TCPO, que fundamenta o presente estudo, ancora-se na política fiscal como seu principal instrumento analítico, ao evidenciar como decisões relativas à composição e ao nível dos gastos públicos podem ser estrategicamente mobilizadas no contexto político-eleitoral.

No Brasil, a partir de 1999, passa-se a utilizar o regime de metas de inflação, um marco na condução da política monetária brasileira. Após sua adoção, a inflação no país se estabiliza a níveis mais baixos, se comparados com anos passados, e com o passar do tempo, essas políticas se consolidam paulatinamente com mais rigor, de modo que a credibilidade do sistema implementado permitiu mais rapidez na convergência das metas, mesmo com um Banco Central mantendo práticas conservadoras com níveis elevados de taxas de juros (Arestis, Paula & Ferrari-Filho, 2009; Balbino, Colla & Teles, 2011).

Ainda no Brasil, ocorreram diversas crises após a implementação do regime de metas, como a crise cambial de 2002, a crise financeira de 2008 (*subprime* dos EUA), a crise político-econômica de 2014-2016, bem como a crise pandêmica da Covid-19 de 2020-2023. Durante o percurso desde sua criação em 31 de dezembro de 1964 (Lei nº 4.595), o Banco Central do Brasil começa sem autonomia operacional, subordinado aos interesses políticos dos vários governos que passaram, e só obtém uma autonomia informal mediante o aumento de sua credibilidade após o início do regime de metas inflacionárias em 1999, o que legalmente se formaliza apenas em 24 de fevereiro de 2021 com a aprovação da Lei Complementar nº 179.

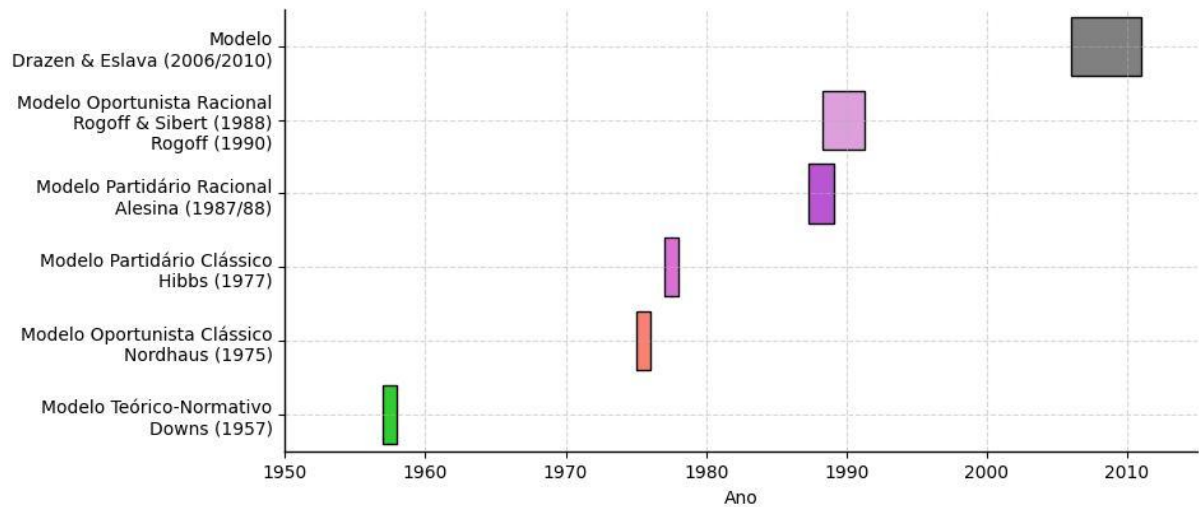
Do ponto de vista histórico da política monetária brasileira, coaduna-se Willet e Keil, (2004), uma vez que a independência de seu órgão monetário é inerente às suas atividades de controle da inflação, que são demandadas pelo Mercado e pela Sociedade e que, a nível subnacional de um país, mostra-se ilógico e contraintuitivo que gestores públicos locais possam, de alguma forma, ter ingerência sobre políticas econômicas agregadas.

Sob a ótica da política fiscal, base para a TCPO, entende-se como a atuação governamental direta sobre a arrecadação de impostos e execução da despesa pública, que afeta o nível de demanda agregada, em que havendo diminuição da atividade econômica a gestão pública pode criar estímulos reduzindo os tributos e/ou aumentando os seus gastos e, podendo ocorrer o inverso se o objetivo for instituir uma política anti-inflacionária com a redução da atividade (Gremaud et al., 2024).

Nas últimas quatro décadas (1980-2023) o Brasil sofreu persistentes déficits fiscais, tanto primários quanto nominais, que afetaram consideravelmente a trajetória da dívida pública. Como medidas tomadas as administrações optaram por ajustes bruscos, constituição e posterior afrouxamento de regras fiscais, programas emergenciais e o estabelecimento da regra do teto de gastos de 2017, que objetivava estabilizar os gastos públicos. Os municípios, por sua vez, tiveram situação especial no cenário fiscal brasileiro ao terem receitas próprias limitadas e dependência elevada de transferências federais e estaduais, porém, apresentando contas equilibradas ao longo da década de 2000, que depois vivenciou uma crise em meados da década de 2010, culminando na necessidade de ajuda do Governo Federal (Giambiagi & Tinoco, 2023).

Percebe-se, portanto, ter a política fiscal melhor aplicabilidade no que diz respeito a governos locais, pois o orçamento público é inerente a estas gestões, obrigadas a cumprir exigências legais como a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de modo que seus instrumentos tornam-se úteis ao administrador público para tomar decisões que podem favorecer-lo politicamente e/ou prejudiquem seu possível sucessor rival, a depender do jogo político existente, corroborando os expoentes trabalhos de Tufte (1978), Rogoff (1987; 1990) e Drazen e Eslava (2006; 2010), ao trazer como ponto central a questão fiscal.

Conclui-se, portanto, a trajetória epistemológica da origem dos modelos reconhecidos na literatura sobre a TCPO, assim como seu processo de consolidação principalmente a partir de 1975 quando do trabalho seminal de Nordhaus, que se popularizou fortemente, e que se atualiza até o modelo de Drazen e Eslava (2010), cuja vertente é designada, para esta dissertação, como o fundamento teórico escolhido. Seguindo esta lógica, estrutura-se a Figura 2 para melhor observação temporal:

Figura 2*Evolução histórica da TCPO*

Fonte: elaboração própria via ferramenta ChatGPT

A revisão histórico-epistemológica apresentada permitiu compreender a formação dos principais modelos que desenvolveram as teorias dos ciclos políticos. Como consequência deste mapeamento tornou-se possível levantar diferentes abordagens que foram estruturadas ao longo do tempo, e que ensejam discussões sobre diversos problemas empíricos e metodológicos com a leitura específica dos cenários políticos sob as naturezas fiscal e econômica, demonstrando um dinamismo neste campo científico.

Tal sistematização analítica não apenas agrega robustez teórica a esta pesquisa de dissertação, mas outrossim, cria uma plataforma consolidada para a elaboração de pesquisas empíricas futuras sobre o tema. Portanto, a revisão executada não fica limitada aos aspectos históricos e documentais, mas pode ser tratada como fator estratégico para o refinamento e continuidade de discussões na área.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DOS CICLOS ELEITORAIS NA DINÂMICA DAS DESPESAS MUNICIPAIS NO BRASIL À LUZ DA TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO- ORÇAMENTÁRIOS

RESUMO

O estudo investigou a dinâmica da despesa nos municípios brasileiros em anos eleitorais, à luz da TCPO de Drazen e Eslava (2010). Para isso, definiu-se um período de 27 anos (1995-2021) para análise das despesas empenhadas por funções, abrangendo 5.513 governos municipais. O método principal de estimação utilizado foi guiado por Drazen e Eslava (2010), executado no modelo longitudinal de regressão por efeitos fixos com erros-padrão robustos *clusterizados* por ID, e robustecidos com dois testes adicionais GMM, abordagem Arellano-Bond (1991) e Anderson-Hsiao (1982). Os resultados demonstram que em anos eleitorais, considerando o critério teórico adotado da composição, não houve remanejamento no orçamento para o favorecimento de despesas mais visíveis ao eleitor, o que fez rejeitar a hipótese de pesquisa, que propunha que “em anos eleitorais, os gestores municipais brasileiros tendem a reconfigurar a composição das despesas públicas, direcionando uma maior proporção de recursos para categorias com maior visibilidade e apelo junto ao eleitorado”. Entretanto, percebeu-se movimentação inversa nos demais anos de mandato, ou seja, uma provável adaptação à Lei de Responsabilidade Fiscal e outras inerentes. Concluiu-se, portanto, que os achados atualizam e aprofundam a literatura existente, ao corroborar o arcabouço teórico fundamentado em restrições institucionais e, simultaneamente, refutar parcialmente o modelo oportunista proposto por Rogoff (1990), além de evidenciar que marcos legais mais rigorosos tendem a fortalecer a integridade do processo eleitoral e a induzir alterações nos padrões de comportamento político.

Palavras-chave: TCPO; despesa empenhada; municípios brasileiros.

2.1. INTRODUÇÃO

Os ciclos eleitorais podem ser denominados de ciclos político-econômicos, de ciclos político-orçamentários e/ou ciclos econômicos políticos (Willet & Keil, 2004; Dubois, 2016), a depender da época do estudo, do autor ou da linha desenvolvida, a partir de modelos teórico-normativos, macroeconômicos, fiscais e/ou institucionais. Tais processos geralmente são concebidos por ciclos de natureza econômica causados por motivações políticas, e que são gerados por intermédio de manipulações expansionistas da despesa pública e/ou do nível de emprego, assim como de reduções de impostos e alterações nas composições de despesas menos para as mais visíveis à sociedade, com o intuito de que o governante obtenha sucesso eleitoral (Drazen & Eslava, 2004, 2005; Sakurai, 2009; Klein, 2010; Faria et al., 2025).

A literatura é composta por diversas pesquisas empíricas nacionais e internacionais a respeito desses ciclos, abrangendo todas as esferas de poder, seja: (i) **federal** (Fair, 1975;

Maccallum, 1978; Alesina, 1987, 1989; Macrae, 1977; Kramer, 1971; Golden & Poterba, 1980; Schultz, 1995; Lohmann, 1998; Franzese, 2002; Block & Vaaler, 2004; Akhmedov & Zhuravskaya, 2004; Brender & Drazen, 2005, 2008; Alt & Lassen, 2006; Shi & Svensson, 2006; Vergne, 2011; Gootjes, Haan & Jong-A-Pin, 2020; Lee & Min, 2021; Petrakos et al., 2021; Han, 2022; Crispim, Rodriqs & Alberton, 2023); (ii) **estadual** (Wright, 1974; Gonçalves, Funchal & Bezerra Filho, 2017; Ferris & Dash, 2018; Guerra, Paixão & Leite Filho, 2018; Gomes et al., 2021; Fiorillo & Lucarelli, 2024; Li & Guo, 2025) ou; (iii) **municipal** (Sakurai & Menezes-Filho, 2008; Klein, 2010; Aidt, Veiga & Veiga, 2011; Klein & Sakurai, 2015; García & Hayo, 2021; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Benito, Guillamon & Ríos, 2021; Crispim et al., 2021; Spicer, Kushner & Lamarche, 2023; Gralak, Gerick & Ribeiro, 2023; Bartoluzzio et al., 2023; Kluza, Kociemska & Rafał, 2025; Faria et al., 2025), o que denota relevância indiscutível para o assunto tanto no âmbito das ciências econômicas, quanto para a administração, ciências políticas e as ciências contábeis.

Estes estudos se fundamentam na Teoria dos Ciclos Políticos (TCP), cujos trabalhos remontam à Schumpeter (1939), o primeiro a compreender a natureza política existente nos ciclos econômicos, até chegar no modelo teórico-normativo de Downs (1957), que preconiza o uso de princípios econômicos para compreensão do funcionamento das democracias (Shiflett, 1957; Banfield, 1958; Farris, 1958; Pennock, 1958; Diamond, 1959; Marvick, 1960). Após o que veio a ser o primeiro modelo, *downisiano*, outros modelos seminais surgiram nas décadas seguintes (Nordhaus, 1975; Hibbs, 1977; Alesina, 1987, 1988; Rogoff & Sibert, 1988; Rogoff, 1990; Drazen & Eslava, 2006, 2010).

É importante ressaltar que os ciclos políticos geralmente se baseiam em cenários bipartidários com ideologias bem definidas, porém, em se tratando da realidade brasileira a situação é diferente pois se trata de um sistema pluripartidário, além de ser marcado pela baixa fidelização ideológica e por estilos próprios de representatividade (Bartoluzzio et al. 2023; Salles & Guarnieri, 2019).

A despesa pública, por sua vez, se coloca como o instrumento pelo qual os governantes podem se aproveitar para lograrem êxito em suas corridas eleitorais, nas mais diversas formas, conforme reconhece Tufte (1978), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990), Drazen e Eslava (2010). Portanto, pode-se inferir que o governante pode agir com manipulações orçamentárias para atingir seus propósitos pessoais ideológico-partidários.

Considerando a ausência de consenso sobre ciclos eleitorais, em que pese não haver influência significativa nas despesas em anos de eleição (Sakurai & Menezes Filho, 2008; Sakurai, 2009; Crispim et al., 2021; Faria et al., 2025) e; por outro lado, há crescimento das

despesas em períodos eleitorais (Goeminne & Smolders, 2013; Garmann, 2017; Corvalan et al., 2018) a Teoria dos Ciclos Político-orçamentários (TCPO) proporciona as condições para formar o elo crítico entre o estudo analítico-estatístico que se desenha e que produz resultados empíricos e o processo de submetê-los ao crivo teórico para compreensão dos termos, signos, incongruências e/ou convergências.

Face ao exposto, tem este estudo o objetivo em **investigar a dinâmica da despesa pública em períodos eleitorais nos municípios brasileiros, à luz da TCPO**. Ancorada no objetivo apresentado, esta pesquisa se justifica por contribuir com a atualização da literatura correspondente aos estudos de Downs (1957), Nordhaus (1975), Hibbs (1977), Alesina (1987, 1988), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990) e, Drazen e Eslava (2006, 2010). A pesquisa ainda enseja contribuições para diversas áreas do conhecimento como economia, administração, ciências políticas e as ciências contábeis, porque aplica variáveis que permeiam seus campos de estudo, além do aspecto da interdisciplinaridade. Ademais, é pertinente destacar que o presente estudo se baseia na TCPO de Drazen e Eslava (2010), e que há ausência de discussões em municípios brasileiros sobre ela, cujo foco está no remanejamento orçamentário das despesas menos para as mais visíveis ao eleitorado, ignorando aumentos de níveis da despesa ou de déficits, o que evidencia mais uma camada de relevância ao estudo que se desenvolve.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.2.1. A Teoria dos Ciclos Político-orçamentários (TCPO)

A TCPO, desenvolvida e progressivamente aprimorada ao longo das últimas décadas, consolida-se como um arcabouço teórico-normativo e empírico para a compreensão do comportamento estratégico de gestores públicos, tais como prefeitos, governadores e presidentes, em contextos eleitorais e processos de reeleição. Esse corpo teórico é alicerçado nas contribuições seminais de Downs (1957), que introduziu o modelo teórico-normativo; Nordhaus (1975), responsável pela formulação do modelo oportunista clássico; Hibbs (1977), que estruturou o modelo partidário clássico; Alesina (1987, 1988), ao incorporar expectativas racionais ao modelo partidário; Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), que estenderam o modelo oportunista ao incorporar expectativas racionais; e, mais recentemente, Drazen e Eslava (2010), ao introduzirem a composição orçamentária como base de análise no modelo de ciclos políticos. No âmbito desta pesquisa, adotam-se como referência analítica os pressupostos do

modelo mais recente, os quais fundamentam a interpretação e a discussão dos resultados empíricos obtidos.

Inicialmente, denominou-se Teoria dos Ciclos Político-econômicos (TCPE) por Downs, Nordhaus, Hibbs e Alesina, em que a política macroeconômica é o ponto central para explicar os ciclos eleitorais, bem como demais fenômenos políticos com relação aos níveis de inflação-desemprego e outras variáveis de natureza econômica e ideológica. Downs (1957) é o primeiro a demonstrar que a teoria era normativa ao se valer dos instrumentos das ciências econômicas para compreender os fatores políticos das democracias.

Nordhaus (1975), por sua vez, contribuiu com uma inovação fundamentada na relação econômica *trade-off* entre inflação e desemprego, para explicar como decisões políticas motivadas pelo anseio de ganhar eleições criam padrões esperados naquelas variáveis macroeconômicas. Depois, Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) desenvolvem um modelo matemático/estatístico para explicar os ciclos eleitorais na política macroeconômica com a variação de impostos, despesas públicas e o crescimento da oferta de moeda, considerando o processo de sinalização decorrente de assimetrias temporárias informacionais entre governo e eleitorado. Tal modelo permite identificar governos com tendência a manipular indicadores de desempenho, seja por arrecadação de impostos ou despesas, perto das eleições, para dar certa impressão de competência (Drazen, 2000; Dubois, 2016). Este modelo foi usado nos estudos de Klein (2010), Aidt, Veiga e Veiga (2011) e Petrakos et al. (2021), dentre outros.

Por fim, Drazen e Eslava (2010) sugerem que políticos governantes manipulam a composição das despesas públicas para direcioná-los a eleitores antes das eleições, com o propósito de obter sucesso na reeleição. Os autores, por meio dos resultados empíricos sobre os municípios colombianos, com aplicação do modelo, demonstram a composição do orçamento governamental daqueles municípios com ênfase em despesas “direcionadas”, para captação de votos.

É notório que a TCPO, por meio do modelo que se baseia em composição orçamentária, disciplina majoritariamente a ocorrência de ciclos eleitorais no conjunto das despesas públicas e não no volume total, e que políticos gestores manipulam esta composição orçamentária no período pré-eleição como forma de atrair o eleitorado e lograr êxito mesmo com pessoas racionais e atentas a estes fenômenos (Drazen & Eslava, 2010).

Para tal modelo teórico os políticos incumbentes tomam decisões sobre a despesa direcionadas a determinados grupos que são considerados mais manipuláveis eleitoralmente. Assume-se que há um equilíbrio *bayesiano* (entre estratégias e crenças) onde as decisões de

políticos e eleitores estão ponderadas através das informações privadas e dos sinais observados (Austen-Smith & Banks, 1988; Baron & Diermeier, 2001; Drazen & Eslava, 2006).

É com base nesse modelo que este estudo analisou empiricamente a composição das despesas públicas para compreender melhor os reflexos da TCPO, e por conseguinte, propor discussões sobre a teoria por meio de resultados empíricos. Assim, infere-se que o estudo se aprofunda sobre o modelo de Drazen e Eslava (2006, 2010). Vale ressaltar que é um modelo teórico baseado em informação assimétrica relativa às preferências não observáveis dos políticos sobre grupos específicos de eleitores, ou seja, o que ficaria oculto aos eleitores seria mais o quanto aquele político favorece determinados grupos sociais de votantes em detrimento de outros, e não necessariamente a competência de sua administração, tal qual discutido nos modelos tradicionais.

Em síntese, a TCPO indica que, em contextos eleitorais, gestores municipais tendem a alterar a composição das despesas públicas de forma estratégica, priorizando gastos com maior visibilidade e retorno político imediato, como investimentos em infraestrutura urbana, saúde básica e programas sociais, em detrimento de despesas menos perceptíveis ao eleitorado, como manutenção administrativa e meio ambiente. Esse comportamento oportunista é reforçado pela elevada dependência dos municípios brasileiros de transferências intergovernamentais, o que reduz o custo político do financiamento do gasto adicional, e pela rigidez institucional imposta por vinculações constitucionais, que induz ajustes marginais seletivos dentro das funções orçamentárias. Assim, os CPOs afetam não apenas o volume total de despesas, mas sobretudo sua composição funcional e temporal, gerando distorções alocativas orientadas por objetivos eleitorais de curto prazo.

2.2.2. Despesa pública e os ciclos eleitorais

A relação entre despesa pública orçamentária e os ciclos eleitorais ganha expressão com os estudos teóricos de Tufte (1978) que evidencia na contramão dos modelos tradicionais de Nordhaus (1975) e Hibbs (1977) que os instrumentos fiscais de manipulação seriam mais eficientes, visíveis e rápidos para chamar a atenção e atrair o eleitor-alvo do que os de natureza macroeconômica como indicadores de inflação e desemprego, uma vez que estes não são capazes de promover alterações visíveis e ágeis ao cotidiano do cidadão a tempo de manipular seu sentimento ao voto em favor do incumbente, dadas as suas características agregadas e de difícil influência.

Nessa linha pragmática, Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) desenvolveram o modelo oportunista com expectativas racionais, em que governos buscam maximizar as chances de reeleição, mesmo que isso implique em distorções econômicas de curto prazo, como por exemplo, aumento de despesas e redução de impostos antes das eleições. Mesmo nesse pragmatismo, Drazen e Eslava (2006, 2010) inovam e avançam quando apresentam o modelo dos ciclos políticos que se baseia metodologicamente na composição, em que se destaca a perspectiva do conjunto orçamentário em vez das variações do volume total de despesas, para manipulação de ciclos eleitorais.

Aidt, Veiga e Veiga (2011) constataam ciclos político-orçamentários nos pleitos eleitorais entre 1979 e 2005 em municípios portugueses, em que aumentos nas despesas públicas em ano eleitoral elevam a margem de vitória do governante à reeleição. Os autores ainda constataram que o tamanho da distorção fiscal aumenta inversamente à margem de vitória.

O estudo de Petrakos et al. (2021) busca identificar o mecanismo a que se atribui a existência de CPOs no período de 1980 a 2018 na Grécia. Suas descobertas mencionam que os ciclos se manifestam por meio de um aumento das despesas públicas em ano eleitoral, estimado em 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB), e não se percebeu elevação significativa das receitas orçamentárias, concluindo que os CPOs na Grécia são fenômenos orientados basicamente pelo gasto.

Sob uma perspectiva distinta, centrada em regimes autoritários, nos quais os governantes atuam como ditadores e os resultados eleitorais são, em grande medida, predeterminados, Han (2022) realizou uma análise empírica de dados orçamentários em 63 países sob tais condições, no período de 1972 a 2015, complementada por um estudo específico de 18 autocracias africanas entre 2008 e 2015. Os achados indicam que ditadores tendem a intensificar as despesas com políticas redistributivas à medida que se aproximam os períodos eleitorais, com o intuito de elevar a aprovação popular em relação às suas administrações. Com base nesses resultados, o autor conclui pela existência de ciclos político-orçamentários (CPOs) em contextos autoritários, os quais se configuram como estratégias de manutenção do poder por meio da manipulação fiscal, recompensas direcionadas a grupos de apoio e neutralização de potenciais movimentos oposicionistas no período pós-eleitoral.

Li e Guo (2025) conduziram uma investigação empírica na China, com foco nas províncias, com o objeto em analisar a ocorrência de CPOs relacionados aos gastos com proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A pesquisa utilizou dados compreendidos entre anos de 2007 a 2020. Os resultados indicam que, durante a metade dos mandatos, os governos provinciais chineses tendem a intensificar os dispêndios em áreas específicas. No

entanto, não foi identificada significância estatística que relacione diretamente o tempo de mandato à ampliação dessas despesas. Os autores concluíram que os ciclos observados são condicionados por fatores institucionais que influenciam o comportamento dos gestores públicos, ainda que não haja evidência de correlação direta entre as estratégias de alocação orçamentária e a obtenção de promoções ou avanços na carreira política. Esses achados contrariam as sugestões de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), referente ao modelo oportunista com expectativas racionais.

Klein (2010) investigou a ocorrência de Ciclos Político-Orçamentários (CPOs) em 5.406 municípios brasileiros referentes ao ano de 2004. Os resultados indicam que, em média, prefeitos candidatos à reeleição elevam as despesas em aproximadamente 3% durante anos eleitorais, em comparação com seus pares que não concorrem ao cargo. Além disso, observou-se que esse aumento nos dispêndios públicos está positivamente correlacionado com a probabilidade de sucesso eleitoral, desde que não resulte em *déficits* fiscais percebidos como excessivos pelos eleitores. O autor conclui que há evidências empíricas da presença de CPOs nas eleições municipais no Brasil, embora tais práticas não comprometam, de forma significativa, a responsabilidade fiscal, dado que os gestores tendem a evitar desequilíbrios orçamentários que possam gerar rejeição eleitoral.

Bartoluzzio e Anjos (2020) estudaram uma amostra estratificada composta por 425 municípios brasileiros, com base em dados fiscais referentes aos anos eleitorais de 2008 e 2012, bem como aos respectivos períodos pós-eleitorais. O estudo usou metodologicamente o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) como indicador da qualidade de gestão. Os resultados evidenciaram um aumento nos investimentos públicos durante os anos eleitorais, acompanhado de um esforço deliberado para melhorar os indicadores fiscais com o objetivo de obter vantagem eleitoral. Contudo, no período subsequente às eleições, observou-se deterioração da situação fiscal, sugerindo a existência de manipulação estratégica das finanças públicas com o intuito de apresentar um cenário orçamentário mais favorável durante o pleito. Os resultados corroboram com a hipótese de assimetria informacional entre os gestores públicos incumbentes e o eleitorado, o que favorece práticas oportunistas (Rogoff, 1990) no contexto das eleições municipais.

No que se refere ao comportamento das despesas públicas nos diferentes estágios da execução orçamentária, notadamente empenho, investimento e contratação de operações de crédito, destaca-se a contribuição empírica de Crispim et al. (2021), fundamentada em uma amostra composta por 353 municípios brasileiros com população superior a 50 mil habitantes. Os resultados evidenciam que, em contraste com as previsões clássicas da literatura sobre ciclos

político-orçamentários, não se verificou incremento estatisticamente significativo nas despesas empenhadas nos períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. Todavia, constatou-se expansão relevante dos dispêndios em investimentos públicos e da captação de recursos por meio de operações de crédito, o que sugere a adoção de estratégias alternativas de manipulação fiscal por parte dos gestores municipais. Os autores identificaram também indícios de práticas em desacordo com o arcabouço normativo vigente, revelando a ocorrência de condutas incompatíveis com os princípios da responsabilidade fiscal e com as normas que regem a gestão orçamentária no contexto institucional brasileiro.

O estudo seminal de Drazen e Eslava (2006), intitulado de *Pork Barrel Cycles*, cujo fenômeno se explica pela alocação seletiva e estratégica de despesas públicas direcionadas a grupos específicos, indica que a manipulação eleitoral não precisa se refletir em *déficits* ou aumentos agregados de gastos, para gestores praticarem CPOs. E que uma das estratégias comuns, encontrado no estudo realizado em municípios colombianos em 2010, está na manipulação de despesas direcionadas, como investimentos em período que antecede as eleições, por exemplo, e na composição do grupo de despesas e não em seu volume geral.

Ferris e Dash (2018) investigam CPOs em nível estadual na Índia, adotando uma abordagem composicional dos gastos de capital. O estudo abrangeu uma série histórica de 54 anos (1959 a 2013) e incluiu dados de 14 Estados indianos. Os resultados revelaram que as despesas de capital apresentam tendência de crescimento ao longo de todo o período analisado, e não apenas em anos pré-eleitorais. Os autores argumentam que a elevada visibilidade dessas despesas, aliada à capacidade de retenção dos eleitores em relação a tais investimentos, contribui para a formação de ciclos orçamentários nos quais há priorização sistemática da composição das despesas de capital como estratégia político-eleitoral. Esses achados corroboram com Drazen e Eslava (2006; 2010).

Neste sentido, Olejnik (2022) escolhe os governos locais da Polônia do período de 2007 a 2019 para verificar a existência de CPOs em despesas de investimento e suas respectivas composições ao longo dos ciclos eleitorais. O autor constata ciclos em anos eleitorais ao analisar as despesas visíveis como cultura, turismo e infraestrutura de transporte, em detrimento das menos visíveis (segurança e educação, por exemplo). O estudo conclui que as mudanças de composição das despesas de investimento podem ser ações oportunistas que buscam maximizar crescimento econômico e/ou melhorar as chances de reeleição, conforme afirmam Rogoff (1990) e Drazen e Eslava (2010).

Em pesquisa realizada no Paquistão, Nazir, Nasir e Khawaja (2022) investigaram 29 distritos no período de 2000 a 2017, com o objetivo em identificar a existência de CPOs nas

despesas de capital. Os resultados apontaram presença de ciclos e que a despesa foi sistematicamente reduzida no ano pós-eleitoral, com um aumento gradativo nos próximos exercícios até o fim do mandato. Constataram também que diferentes setores são favorecidos em momentos distintos do ciclo eleitoral, sugerindo, portanto, manipulação seletiva da composição das despesas sem prejudicar o equilíbrio fiscal.

Ainda, Spicer, Kushner e Lamarche (2023), analisaram 444 municípios da província de Ontário, no Canadá, entre 2003 e 2018, com o objetivo em identificar CPOs no comportamento das despesas. Os resultados demonstraram que, diferentemente dos níveis federal e estadual, os municípios reduzem os impostos em anos eleitorais, sem aumentar as despesas, e que a regulação daqueles municípios referente a vedação de *déficits*, atrelado ao rígido controle fiscal, limita a capacidade dos governos de manipular seus orçamentos para ocasiões eleitorais. Esses achados corroboram o modelo teórico de Drazen e Eslava (2006, 2010).

Os resultados literários permitem constatar, em primeiro lugar, que os CPOs se manifestam de forma recorrente em distintos contextos nacionais, independentemente do escopo ou da natureza dos regimes políticos, sejam eles democráticos ou autoritários, em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, e em diferentes níveis de governo (federal, estadual ou municipal). Em segundo lugar, observa-se que, sob análise baseada em composição orçamentária, as evidências empíricas disponíveis concentram-se majoritariamente em estudos internacionais, os quais corroboram tal estrutura analítica. Contudo, constata-se a carência de investigações empíricas voltadas especificamente ao contexto brasileiro. À luz dessas constatações, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa.

H₀: em anos eleitorais, os gestores municipais brasileiros tendem a reconfigurar a composição das despesas públicas, direcionando uma maior proporção de recursos para categorias com maior visibilidade e apelo junto ao eleitorado.

A formulação da hipótese apoia-se na TCPO, segundo a qual gestores públicos tendem a ajustar decisões fiscais em períodos eleitorais com o objetivo de maximizar apoio político. No âmbito municipal brasileiro, em que há restrições ao aumento do gasto total e elevada assimetria informacional entre eleitores e governantes, essa estratégia se materializa principalmente pela realocação das despesas para áreas de maior visibilidade e retorno eleitoral de curto prazo, como obras e serviços diretamente percebidos pela população, o que torna empiricamente plausível a expectativa de recomposição da estrutura do gasto em anos eleitorais.

2.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.3.1. Definição da amostra

Para a realização do estudo, optou-se pelo conjunto de dados sobre as despesas empenhadas dos municípios brasileiros, referente ao período de 1995 a 2021 (27 anos), abrangendo sete ciclos eleitorais. Apesar de que a primeira eleição municipal após a redemocratização tenha ocorrido em 1988, com a promulgação da atual Carta Magna, a pesquisa determinou para análise inicial a de 1996 devido a ser uma disputa eleitoral que já ocorre em período de vigência do Plano Real, que estabilizou a moeda brasileira até os dias atuais. Importa ressaltar que nesta mesma eleição ainda não havia o mecanismo da reeleição (Emenda Constitucional Nº 16, de 04 de junho de 1997), que só viria a mudar o jogo político, no âmbito municipal, a partir da eleição de 2000. Do ponto de vista temporal, esta pesquisa abrange o maior recorte na literatura sobre o Brasil desde Sakurai e Menezes-Filho (2008).

A população dos dados compreendeu todos os municípios brasileiros (5.570), independentemente do contingente populacional. Quanto a amostra, ajustada aos sete ciclos políticos, correspondeu a de 5.513 municípios. A exclusão de 57 municípios se deu em razão da ausência de dados necessários para análise da pesquisa.

2.3.2. Descrição das variáveis

As variáveis dependentes são as despesas empenhadas por funções, como logaritmos naturais e transformadas em *per capita* para superar diferenças nas grandezas populacionais entre os municípios (Faria et al., 2025). Dentre as funções da despesa definidas para a análise dividem-se em duas categorias principais: as visíveis e as não visíveis ao eleitorado (Rogoff, 1990; Rezende, 1997; Drazen & Eslava, 2006, 2010; Puchale et al., 2020). Para tanto, no grupo “visível” estão: (i) assistência social e previdência (lnDempAssPre); (ii) comunicação (lnDempCom); (iii) segurança e defesa (lnDempSegDef); (iv) educação e cultura (lnDempEduC); (v) urbanismo e habitação (lnDempUHab); (vi) legislativo (lnDempLeg); (vii) saneamento e saúde (lnDempSanSau); (viii) transportes (lnDempTransp); (ix) pessoal (lnDempPes) e; (x) de capital em investimentos (lnDecapInv).

Por sua vez, em categoria “não visível” figuram: (i) transferências correntes (lnDempTrCo); (ii) administração (lnDempAdm); (iii) energia (lnDempEner); (iv) gestão

ambiental, agricultura e organização agrária (lnDempAmb); (v) indústria, comércio e serviços (lnDempInd) e, por fim; (vi) judiciária (lnDempJud), conforme elencadas na Tabela 1.

Tabela 1

Variáveis da pesquisa

Variáveis	Descrição	Coleta	Medida	Referências
Variável Dependente				
lnDempFu (funções)	Despesas Empenhadas (por função)			Videira & Mattos (2011) Crispim et al. (2021) Santos et al. (2021)
lnDempPes	Despesas Emp. Correntes c/ Pessoal	IpeaData (Tesouro Nacional)	Logaritmo natural da despesa / Tamanho populacional	Oliveira et al. (2021) Barcellos et al. (2022) Santos (2024)
lnDecapInv	Despesas Emp. Capital: Investimentos			Klein & Sakurai (2014) Crispim et al. (2021) Santos et al. (2021) Gralak et al. (2023)
Variáveis Independentes Explicativas				
lnDefEmpFu	Despesas Empenhadas Defasadas – período anterior	IpeaData (Tesouro Nacional)	Logaritmo natural da despesa / Tamanho populacional	Drazen & Eslava (2010) Castro & Martins (2017)
AnoElei	Ano de Eleição	Base <i>Estatísticas Eleitorais</i> (Tribunal Superior Eleitoral)	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	Videira & Mattos (2011) Puchale et al. (2019) Crispim et al. (2021) Faria et al. (2025)
Variáveis Independentes de Controle				
lnTamPop	Tamanho Populacional Estimado Anual	IpeaData (IBGE)	Logaritmo natural do número de pessoas estimado anual	
Crise	Crises Econômicas	FGV IBRE	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	CODACE (2023)
Reelei	Reeleição	Base <i>Estatísticas Eleitorais</i> (Tribunal Superior Eleitoral)	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	Klein (2010) Klein & Sakurai (2014) Bartoluzzio & Anjos (2020) Santos (2024)
IFDM	Índice Firjan de Des. Municipal	FIRJAN	Índice de 0,0 a 1,0 (2013 a 2021)	Machado et al. (2022)
PIBCapEst	PIB <i>per capita</i> Estadual	IpeaData (IBGE)	PIB da UF / Tamanho Populacional da UF	Drazen & Eslava (2010) Sáez (2016)
lnDempTotal	Despesas Empenhadas Total (variáveis)	IpeaData (Tesouro Nacional)	Logaritmo natural da despesa totalizada / Tamanho populacional	Drazen & Eslava (2010)

Fonte: elaboração própria

A variável explicativa principal é a indicação do ano eleitoral (AnoElei) do tipo binária (*dummy*), que captura o efeito das eleições na composição da despesa pública, o que evidencia

a existência ou não de direcionamentos e reconfigurações nas categorias de despesa visíveis e não visíveis nestes períodos. Além desta, a despesa empenhada defasada ($\ln\text{DefEmpFu}$), que se refere ao ano anterior, se justifica por questões metodológicas para consistência da estimação por modelos dinâmicos e por demonstrar a persistência natural das decisões na alocação de despesas ao longo do tempo, uma vez que as decisões orçamentárias atuais são provavelmente influenciadas pelas anteriores.

Quanto às variáveis de controle, com o intuito de permitir melhor percepção dos resultados e a busca por elementos que ajudem na compreensão do estudo, optou-se por utilizar o tamanho populacional estimado anual ($\ln\text{TamPop}$), que possibilita dados demográficos atualizados em coerência com o período longitudinal definido de 27 anos (1995-2021), o qual abrange o registro do desenvolvimento moderno do Brasil, principalmente no que tange aos avanços tecnológicos, culturais, políticos e socioeconômicos, dentro de uma democracia com relativa estabilidade.

Ademais, a variável Crise corresponde aos períodos econômicos críticos do Brasil (1995; 1998-1999; 2001; 2003; 2008-2009; 2014-2016 e 2020) que segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), representam períodos recessivos ocasionados ou influenciados por eventos externos e/ou internos como a crise mexicana (1995); russa (1998); do *subprime* nos EUA (2008); político-econômica brasileira (2014-2016) e até mesmo uma crise sanitária global (2020). Tal informação promove ao estudo um olhar crítico sobre o comportamento da despesa municipal em situações econômicas graves e que tem o poder de influenciar todas as camadas administrativas de um país.

A variável Reelection (Reelei) permite que a pesquisa verifique se a condição constitucional do incumbente em poder continuar para um segundo mandato de gestão é fator crítico para mudanças de composição de despesas ou outras possibilidades explicativas no que tange a incentivos para implementar políticas fiscais expansionistas ou definir estratégias nestas condições. O IFDM da Firjan define-se por se tratar de um índice consistente e amplamente reconhecido, que aborda três importantes aspectos do desenvolvimento municipal: emprego e renda, educação e saúde. Apesar de não abranger toda a série temporal da amostragem do estudo, foi aplicado no recorte de 2013 a 2021 por conta da disponibilidade de dados. A opção de inclusão ao modelo, está relacionado ao conjunto de variáveis para retratar o desenvolvimento humano em escala municipal, oferecendo condições de análise sobre relações existentes ou não para com a despesa pública em contextos eleitorais.

O PIB *per capita* Estadual (PIBCapEst) onde se encontra o município pode capturar as condições econômicas regionais, uma vez que os municípios pertencem a distintos Estados em um território continental e pluralmente concebido como é o caso do Brasil. Além disso, trata-se de uma medida agregada que reflete o nível de desenvolvimento econômico e a capacidade fiscal da região, o que influencia a composição das despesas públicas de seus municípios, podendo afetar decisões. Sua escolha para variável de controle também se justifica pela inexistência de dados para o PIB municipal brasileiro. Por fim, a despesa empenhada totalizada do município para cada período (lnDempTotal) possui o papel de influenciar todo o modelo estatístico para capturar o nível global de gastos, permitindo interpretar os coeficientes de acordo com o tamanho do orçamento e promovendo uma análise de mudança na composição do gasto por função, e não apenas de meras variações de um aumento geral daquela despesa específica.

Na Tabela 2 está apresentada a quantidade de observações para cada variável, considerando apenas os municípios com a variável lnTamPop disponível.

Tabela 2

Quantidade de observações totais do estudo

VARIÁVEIS	Visibilidade	Nº Observações
lnDempFu – Assistência Social e Previdência	+	142251
lnDempFu – Comunicação	+	142256
lnDempFu – Segurança e Defesa	+	142258
lnDempFu – Educação e Cultura	+	141381
lnDempFu – Urbanismo e Habitação	+	142253
lnDempFu – Legislativo	+	142253
lnDempFu – Saneamento e Saúde	+	141216
lnDempFu – Transportes	+	142252
lnDempFu – Transferências Correntes	-	142271
lnDempFu – Administração	-	142273
lnDempFu – Energia	-	142273
lnDempFu – Gestão Ambiental, Agricultura e Organização Agrária	-	142271
lnDempFu – Indústria, Comércio e Serviços	-	142273
lnDempFu – Judiciária	-	142273
lnDempFu – Pessoal	+	142273
lnDempFu – de Capital (Investimentos)	+	142256
lnDempTotal – Despesas Empenhadas Totais	N/A*	142274
lnDefEmpFu – Assistência Social e Previdência	N/A*	136696
lnDefEmpFu – Comunicação	N/A*	136699
lnDefEmpFu – Segurança e Defesa	N/A*	136701
lnDefEmpFu – Educação e Cultura	N/A*	135836
lnDefEmpFu – Urbanismo e Habitação	N/A*	136696
lnDefEmpFu – Legislativo	N/A*	136698
lnDefEmpFu – Saneamento e Saúde	N/A*	135672
lnDefEmpFu – Transportes	N/A*	136695
lnDefEmpFu – Transferências Correntes	N/A*	136715
lnDefEmpFu – Administração	N/A*	136716
lnDefEmpFu – Energia	N/A*	136717

lnDefEmpFu – Gestão Ambiental, Agricultura e Organização Agrária	N/A*	136716
lnDefEmpFu – Indústria, Comércio e Serviços	N/A*	136716
lnDefEmpFu – Judiciária	N/A*	136716
lnDefEmpFu – Pessoal	N/A*	136700
lnDefEmpFu – de Capital (Investimentos)	N/A*	136700
Ano de Eleição	N/A*	150363
Tamanho Populacional Estimado Anual	N/A*	148846
Crises Econômicas	N/A*	150363
Reeleição	N/A*	128087
IFDM – 2013 a 2021	N/A*	49729
PIB <i>per capita</i> estadual	N/A*	150363
Total de Observações		5379697

Nota: (*) N/A: não se aplica. Fonte: elaboração própria

A amostra contou com dados de diversas bases, totalizando 5.379.697 observações brutas, para 5.562 municípios, ao longo do período entre 1995 e 2021 – com exceção da variável IFDM, disponível a partir do ano de 2013. Como se pode observar, o conjunto de informações incluem valores das despesas orçamentárias organizadas por funções (em log natural) e suas naturezas, contemplando períodos eleitorais e não eleitorais, além de dados demográficos, sociais e eleitorais, um indicador de desenvolvimento humano, além de uma medida econômica agregada regional.

Alguns dados foram extraídos do banco de dados *ipeadata*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como: Tesouro Nacional (TN) – os valores referentes as despesas empenhadas por funções do tipo “visível” e “não visível” como já detalhado anteriormente, além de um grupo em separado das despesas gerais empenhadas correntes de pessoal e de capital com investimentos e; IBGE – Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* estadual e o tamanho populacional anual estimado.

Os dados coletados da base *Estatísticas Eleitorais*, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são: ano de eleição, dados dos partidos políticos, resultados das eleições municipais com dados demográficos de nome, partido e quantidade de votos, possibilitando análise de reeleição. As informações sobre a variável Crises foram coletadas de relatórios técnicos do IBRE-FGV. Por fim, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2013 a 2021, por meio da base do próprio *site* da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

2.3.3. Procedimentos de análise

O objetivo geral do artigo se firmou em investigar a dinâmica da despesa pública em períodos eleitorais nos municípios brasileiros, à luz da TCPO. Devido a estudos incipientes sobre os municípios brasileiros sob a perspectiva da composição orçamentária, foi aplicado o

modelo de Drazen e Eslava (2010), cujas premissas básicas são avaliar se, e como, a proximidade do período eleitoral influencia diferentes categorias (composições) da despesa pública em um orçamento fixo de nível total, controlando para características municipais fixas, variáveis explicativas exógenas/endógenas e a dinâmica da despesa, com correção de viés de endogeneidade (estimação *Generalized Method Moments* (GMM) com abordagem Arellano-Bond, 1991) e eleições pré-determinadas no tempo. Adicionalmente, foram validadas as médias, mínimos, máximos e desvios-padrão das amostragens, para verificação de *outliers* e demais consistências estatísticas fundamentais.

O modelo central do estudo seminal de Drazen e Eslava (2010) consiste na seguinte formulação estatística original:

$$f_{it} = \alpha_i + \beta_1 \cdot f_{it-1} + \sum_k c_k x_{k,it} + \sum_l c_l y_{l,it} + d \cdot election_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

- f_{it} é a despesa pública em determinada categoria no município i e no ano t ;
- α_i é um efeito fixo específico do município, para aspectos inobserváveis;
- f_{it-1} é a despesa do município no ano anterior (componente dinâmico/defasado);
- $x_{k,it}$ são variáveis de controle que variam por município e tempo;
- $y_{l,it}$ são variáveis de controle que variam apenas no tempo;
- $election_t$ se trata de uma variável *dummy* que indica o ano eleitoral;
- d é o coeficiente de interesse, para capturar o efeito das eleições sobre a despesa da categoria f e o;
- ε_{it} é o termo de erro.

Considerando o referido modelo de estimação, os valores das variáveis dependentes estão em formato *per capita* e foram transformados em \ln (logaritmo natural) para ajudar a estabilizar a variância, além disso, receberam tratamento de nulidade aqueles painéis completamente zerados ou que tivessem zero para despesas constitucionais (saúde e educação). Para tanto, foi organizado em painel de dados todas as variáveis, com separação por regiões e por ciclos eleitorais de 1996 a 2020. A análise regional foi aplicada por se tratar de um país com proporções continentais, cujas realidades são muito distintas entre elas, para proporcionar resultados mais consistentes. Os municípios foram colocados em ordem crescente de acordo

com a identificação numérica padrão do IBGE e todos os dados seguiram essa distribuição para evitar erros.

Todos os valores referentes às despesas empenhadas, bem como a variável PIB *per capita* por Estado foram atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) para a data-base de 12/2021 (último período da série histórica analisada), com o intuito de anular o efeito inflacionário, além disso, as variáveis dependentes, bem como as defasadas e despesas empenhadas totais foram transformadas em escala *per capita*, como frisado anteriormente, com o intuito de captar a dinâmica equalizada ao tamanho de cada município.

Para executar a análise estatística dos dados o estudo utilizou os recursos do *Software Stata*® versão 16.1 *Special Edition*. Nele, foram realizados testes de autocorrelação Wooldridge, de Fisher para raiz unitária (painel desbalanceado) e de colinearidade VIF, além de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg e White's, com decomposição Cameron & Trivedi's, para heterocedasticidade, assimetria e curtose. Também se valeu do teste de Hausman para verificação do modelo adequado de efeitos (fixos ou aleatórios) para a amostra.

Os testes revelaram que o conjunto de dados em painel da pesquisa: i. não apresenta evidência de multicolinearidade severa (médias VIF entre 1 e 2), constatando que as variáveis explicativas são adequadamente independentes entre si; ii. que há indicação de expressiva autocorrelação de primeira ordem nos resíduos (p-valeu < 0,01 – teste de Wooldridge), indicando persistência de erro de um município entre períodos, o que é esperado para dados de natureza orçamentária pública; iii. há forte heterocedasticidade, assimetria e curtose nos resíduos da regressão (p-value igual a 0,000 para os testes de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, White's e decomposição Cameron & Trivedi's), ou seja, erros-padrão clássicos não são adequadamente confiáveis e apresentam desvios de normalidade; iv. há evidência de que as variáveis dependentes são estacionárias no painel, ou pelo menos não se comportam como uma raiz unitária em todos os municípios (p-value = 0,000 para o teste Fisher-ADF) e; v. o teste de Hausman, com unanimidade, indicou o modelo de efeitos fixos (FE) como o mais consistente e adequado à estrutura de dados utilizada.

Seguindo a metodologia de Drazen e Eslava (2010), aplicou-se o método de regressão *Generalized Method of Moments* (GMM) em dados em painel, conforme Arellano-Bond (1991), para tratamento de endogeneidade, cujo modelo estimativo construído e executado foi:

$$\begin{aligned} \ln DempFu_{it} = & \alpha_i + \beta_1. \ln DefEmpFu_{it-1} + \beta_2. \ln TamPop_{it} + \\ & \beta_3. Crise_t + \beta_4. Reelee_{it} + \beta_5. IFDM_{it} + \beta_6. PIBCapEst_t + \\ & \beta_7. \ln DempTotal_{it} + d. AnoElei + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (2)$$

Contudo, o método GMM-AB não conseguiu ser plenamente validado pelos testes de Sargan e de Hansen (*J-test*), que são muito sensíveis para amostras grandes e períodos extensos como o deste painel devido ao elevado número de restrições de sobreidentificação (Bowsher 2002; Wooldridge, 2001; Drazen & Eslava, 2010), preferindo-se deixá-lo como método para checagem de robustez. Desse modo, ficou determinado que, em decorrência da forte autocorrelação de primeira ordem, expressiva heterocedasticidade, este combinado de características exigiu o uso do modelo longitudinal de regressão por efeitos fixos (comando *xtreg* no *Stata*) com erros-padrão robustos *clusterizados* por ID dos municípios, para mitigação das distorções, conforme preconizado por Wooldridge (2023, p. 435), embora seja permitida uma forma limitada de endogeneidade (Fávero & Belfiore, 2017).

E para assegurar resultados estatisticamente consistentes, optou-se por executar adicionalmente os estimadores GMM-AB (*Difference GMM two-step*) com erros-padrão robustos (comando *xtabond*) mais testes de autocorrelação AR(1)/AR(2), e ainda como terceira checagem de robustez examinou-se sobre os resultados a matriz de instrumentos sugerida por Anderson e Hsiao (1982) em primeiras diferenças, via IV/GMM-2SLS (comando *ivreg2*), sem sobreidentificação, não exigindo, por isso, validação dos teste de Hansen e/ou Sargan. Tais resultados de robustez coadunam os coeficientes do modelo estimativo por efeitos fixos.

2.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.4.1. Análise descritiva

Inicialmente, recorreu-se à análise descritiva dos dados das variáveis explicativas, inclusive as de controle, e em segundo momento, as dependentes. Variáveis de tamanho populacional (*lnTamPop*), despesa empenhada total (*lnDempTotal*) e todas as demais do tipo dependentes (*lnDempFu*) estão em formato logarítmico natural, para dirimir dispersão e heterocedasticidade, porém aqui estão em formato original. A intenção é compreender as características e detalhes das diversas variáveis que compõem o painel de dados, por região.

De acordo com a Tabela 3, em matéria de tamanho populacional (*TamPop*), percebe-se que as regiões Norte e Nordeste concentram municípios com maior porte médio, enquanto Sul e Centro-Oeste consistem em cidades com números de habitantes menos destoantes entre si de acordo com o desvio. A região Sudeste, por sua vez, demonstrou (desvio-padrão = 329446.2) a maior desigualdade nesta distribuição, além de possuir forte presença de grandiosos centros.

Tabela 3

Estatística descritiva das variáveis explicativas – por região do Brasil [1995-2021]

Variable	REGIÃO SUL					REGIÃO SUDESTE				
	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
TamPop	31731	23118.77	79644.72	932.00	1963726.00	44758	47732.71	329446.20	719.00	1.24e+07
Crise	32157	.4074074	.4913595	0.00	1.00	45036	.4074074	.4913573	0.00	1.00
Reelei	27393	.3633045	.4809603	0.00	1.00	38364	.3575227	.4792767	0.00	1.00
IFDM*	10452	.6181497	.0910744	.3172	.8718	15000	.5907095	.1034212	.2112	.9096
PIBCapEst	32157	38.40	9.35	23.04	58.40	45036	38.96	13.53	18.44	64.10
DempTotal	31380	5635.75	3200.79	2.28	45197.31	43750	5177.86	3632.55	5.41	294870
AnoElei	32157	.2592593	.4382349	0.00	1.00	45036	.2592593	.438233	0.00	1.00
	REGIÃO CENTRO-OESTE					REGIÃO NORTE				
TamPop	12398	24175.87	81343.26	782.00	1555626	12031	34059.86	114256.30	652.00	2255903
Crise	12582	.4074074	.4913713	0.00	1.00	12150	.4074074	.491372	0.00	1.00
Reelei	10718	.3534241	.4780553	0.00	1.00	10350	.3756522	.4843142	0.00	1.00
IFDM*	4186	.5329947	.0877678	.2337	.8027	4026	.3716918	.1100452	.1231	.7303
PIBCapEst	12582	31.27	10.57	15.80	65.42	12150	20.93	7.04	9.12	36.12
DempTotal	11879	5543.00	5042.03	3.10	428010.70	10661	4350.35	13648.04	27.84	788637.1
AnoElei	12582	.2592593	.4382455	0.00	1.00	12150	.2592593	.4382462	0.00	1.00
	REGIÃO NORDESTE									
TamPop	47928	29306.68	109080.00	1050.00	2998056.00					
Crise	48438	.4074074	.4913569	0.00	1.00					
Reelei	41262	.3717706	.4832834	0.00	1.00					
IFDM*	16065	.3878328	.0907079	.1018	.8182					
PIBCapEst	48438	15.87	5.05	6.10	26.64					
DempTotal	44604	3716.69	2151.72	1.67	35027.81					
AnoElei	48438	.2592593	.4382327	0.00	1.00					

Nota: (*) referente ao período de 2013-2021. Fonte: dados da pesquisa.

As variáveis Crise e AnoElei não dependem de região específica e, por isso, as interpretações são gerais. Os resultados descritivos mostram que 40,7% do período destacado na pesquisa referem-se a anos de crises econômicas, podendo incluir outras naturezas, o que transparece uma situação crônica de instabilidades de origem nacional e/ou internacional. A análise destaca também anos eleitorais em 26% da série histórica dos dados.

O fator de reeleição (Reelei) se comportou de forma semelhante para todas as regiões, oscilando nas médias entre 35,3% na região Centro-Oeste e de 37,5% no Norte, denotando que todas as regiões brasileiras possuem comportamento alinhado quando se trata de reeleição de seus governantes municipais, ou seja, pouco mais de um terço dos pleitos há candidatos à prefeito(a) tentando se reeleger a um segundo mandato.

O índice de desenvolvimento municipal da FIRJAN, chamado de IFDM (2013-2021), demonstra ser a região Sul possuidora da maior média (0,618) de desenvolvimento municipal e a com menor média a região Norte (0,371). No entanto, o Sudeste é que apresenta o maior IFDM isolado (0,909 para o município paulista de Águas de São Pedro) e o Nordeste o mais precarizado (0,101 para o município maranhense de Cachoeira Grande), conforme constante na Tabela 3.

A variável PIBCapEst destaca que as regiões Sul e Sudeste detêm os Estados da Federação que mais geram riqueza *per capita* no país. De forma contrastante, as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram Estados menos ricos neste sentido. Importa frisar que, isoladamente, a região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior valor (em milhares) *per capita* de PIB Estadual (65,42 – Mato Grosso), seguido do Sudeste (64,10 – São Paulo). Por outro lado, a região com o menor valor foi o Nordeste (6,10 – Maranhão). Esses resultados revelam o quanto as regiões ainda sofrem com desiguais capacidades de geração de riquezas em contexto brasileiro.

Por sua vez, as despesas empenhadas totais (DempTotal) revelam que as regiões Sul e Centro-Oeste possuem maiores níveis médios de despesa total empenhada *per capita* e a região Sudeste bem próximo a estes, com um número aproximadamente 8% menor. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste apresentaram médias de 25% e 47% menos despesas empenhadas totais por habitante em relação às demais regiões, respectivamente. Talvez estes números demonstrem um descompasso estrutural na distribuição orçamentária aos polos mais necessitados e/ou populosos do país.

Partindo para as variáveis dependentes (DempFu) observa-se na Tabela 4 a estatística descritiva referente ao período de 1995 a 2021. Nela, verifica-se que as despesas correntes com

Pessoal (DempPes) de forma isolada detém a maior rubrica orçamentária média (R\$ 1.454,60 – em milhares) *per capita*, porém com elevadíssimo desvio-padrão (R\$ 1.538,01).

As funções de educação e cultura (DempEduC) e de saneamento e saúde (DempSanSau) também se revelaram elevadas no empenho médio por habitante, juntamente com o desvio-padrão de ambas, demonstrando haver forte heterogeneidade destes gastos entre os municípios a nível Brasil. Depois, aparecem de forma expressiva as funções da despesa com administração (DempAdm) e de capital em forma de investimentos (DecapInv), enquanto as despesas com urbanismo e habitação (DempUHab), assistência e previdência (DempAssPre) e com transportes (DempTransp) exibem médias mais moderadas.

Tabela 4

Estatística descritiva das variáveis dependentes - Brasil [1995-2021]

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
DempPes	142256	1454.59	1538.01	0.00	286985.70
DempAssPre	142251	195.45	386.27	0.00	80445.18
DempCom	142256	2.28	13.01	0.00	1156.35
DempSegDef	142258	7.59	28.30	0.00	1375.17
DempEduC	141381	890.74	968.60	.05	181482.90
DempUHab	142253	273.71	440.52	0.00	89662.95
DempLeg	142253	108.14	170.75	0.00	30819.13
DempSanSau	141216	707.45	776.85	.06	191007.90
DempTransp	142252	151.18	279.01	0.00	34509.83
DecapInv	142256	326.03	477.30	0.00	72242.46
DempAdm	142273	479.74	622.34	0.00	84157.23
DempAmb	142271	83.26	172,26	0.00	21589.75
DempEner	142273	10.41	36.30	0.00	4513.45
DempInd	142273	15.61	83.29	0.00	21049.09
DempJud	142273	5.42	38.55	0.00	4926.30
DempTrCo	142271	88.76	284.53	0.00	58143.65

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se que as funções mais visíveis (pessoal, educação, saneamento e saúde ou investimentos) ao eleitorado se valem de maiores fatias do orçamento. As menos visíveis (meio ambiente, energia, indústria ou judiciário), sob o ponto de vista nacional, demonstraram médias mais baixas no empenho *per capita*, mas ainda assim com grande dispersão entre os municípios.

2.4.2. Análise multivariada

Para esta seção reuniu-se em uma tabela principal, por região brasileira, e a nível Brasil, os resultados das estimações de regressão por efeitos fixos com erros-padrão robustos mais *clusters* por ID de município. Importa lembrar que os resultados da regressão para cada despesa

empenhada encontram-se em tabelas no apêndice A, e tais modelos possuem testes de robustez por intermédio de outras duas estimações GMM, com abordagem Arellano-Bond (1991) e Anderson-Hsiao (1982).

Todos os *p-value* seguem intervalo de confiança a 95% e os coeficientes são interpretados mediante controle pela despesa total (InDempTotal) para capturar as variações na composição integral da despesa. De forma a permitir observações sobre a dinâmica da despesa pública em ano de eleição (AnoElei), assim como as informações das demais variáveis de controle, foram segregadas as funções em: tipo mais visíveis e menos visíveis ao eleitor. Por isso, foi possível compreender objetivamente o comportamento em ano eleitoral, ao mesmo tempo que se considera o fator da despesa empenhada integral.

Para possibilitar a verificação desta dinâmica de remanejamento na composição da despesa foi necessário agregar todas as variáveis de despesas subdivididas em duas principais (DempVis; DempInv) conforme sua classificação tipológica (mais visíveis e menos visíveis) e depois criar outras duas de natureza proporcional (ShareVis; ShareInv) para ponderar aquelas últimas com a despesa total (InDempTotal), de modo que fosse possível executar o modelo estimativo de regressão para ver o sinal e o valor do coeficiente de forma agrupada por tipo, protegendo-se de cálculos enviesados e melhorando o poder interpretativo sob o ponto de vista da composição da despesa.

Dito isto, na Tabela 5 é possível observar a construção dos resultados de coeficientes do modelo estimativo, de modo que foram organizados em nível Brasil e também nos níveis regionais, que é o ponto focal deste trabalho, considerando o período longitudinal de 1995 a 2021, com exceção da variável IFDM, cuja disponibilidade se teve aos anos a partir de 2013.

A análise começa pela variável principal do modelo, AnoElei, cujos achados da estimação sugerem que em anos eleitorais para governos municipais (1995 a 2021), as despesas empenhadas mais visíveis ao eleitorado majoritariamente sofrem redução considerando a composição total, com a exceção única da região Sul. Para as despesas menos visíveis (ver Tabela 2) o efeito em anos eleitorais se demonstrou em sentido contrário ao das mais visíveis, ou seja, sugerindo aumentos das funções desse tipo de despesa. Diante disso, não se pode aceitar que existam CPOs nas eleições municipais brasileiras, sob o ponto de vista da TCPO (Drazen & Eslava, 2006; 2010), uma vez que a variável despesas empenhadas totais (InDempTotal) corrobora com a afirmativa “há elevação das despesas mais visíveis em períodos não eleitorais”, ponto nevrálgico da análise.

É possível também argumentar que a LRF impõe aos gestores públicos rígido controle orçamentário em períodos próximos ao fim de mandato e em anos eleitorais, como aumento de

gastos com funcionalismo público, operações de crédito por antecipação de receita e/ou assunção de obrigações de despesa em relação aos dois últimos quadrimestres (oito meses) do referido mandato, incluindo restos a pagar.

Esses achados contradizem os estudos de: Ferris e Dash (2018) sobre a Índia; Olejnik (2022) sobre a Polônia; Nazir, Nasir e Khawaja (2022) sobre o Paquistão e; Drazen e Eslava (2006; 2010) sobre a Colômbia. Por outro lado, corrobora os achados de Spicer, Kushner e Lamarche (2023) sobre os municípios de Ontário/Canadá. Os resultados sobre o Brasil, encontrados nos estudos de Klein (2010), Bartoluzzio e Anjos (2020) e Crispim et al. (2021), não podem ser diretamente comparados pois suas análises não ocorreram sob o crivo da TCPO com enfoque na composição total das despesas, embora tenham concluído sobre a existência de CPOs em anos eleitorais, com exceção de Crispim et al. (2021), cujas descobertas convergem com as deste artigo.

Tabela 5

Regressão FE robust cluster ID por município – Brasil e Regiões [1995-2021]

Variáveis Dependentes		Variáveis Explicativas								Const
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	IFDM*	PibCapEst	lnDempTotal	AnoElei	
BRASIL										
lnShareVis	coef.	.4152251	-.0081291	-.0031205	-.0176953	.0121171	-.0074514	.3090427	-.0082486	.8504158
	p-value	0.000	0.466	0.044	0.000	0.761	0.000	0.000	0.000	0.000
lnShareInv	coef.	.3103609	-.1072239	.0976386	-.0080343	.3791963	.010668	-.0729868	.0269038	2.449.435
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
SUL										
lnShareVis	coef.	.4796678	.2010004	-.0028923	-.0045033	.123448	-.0127932	.4737943	.026337	-2.527.718
	p-value	0.000	0.000	0.316	0.196	0.098	0.000	0.000	0.000	0.000
lnShareInv	coef.	.2608669	-.2570177	.0872005	-.0189853	.149781	.0148958	-.2330575	.0464431	5.262.115
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.262	0.000	0.000	0.000	0.000
SUDESTE										
lnShareVis	coef.	.411776	.0085361	-.0150907	-.0166742	.0084439	-.0078722	.3656149	-.0096535	.4068426
	p-value	0.000	0.689	0.000	0.000	0.895	0.000	0.000	0.000	0.075
lnShareInv	coef.	.326521	-.1757877	.1111188	-.0069856	.4612817	.011271	-.0576232	.0283236	2.919.133
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.058	0.000	0.000	0.002	0.000	0.000
CENTRO-OESTE										
lnShareVis	coef.	.3049868	.0452062	.0056617	-.0063947	-.2473372	-.0062898	.3574356	-.0175759	.6046999
	p-value	0.000	0.170	0.343	0.361	0.090	0.000	0.000	0.006	0.109
lnShareInv	coef.	.3691335	-.1088331	.0847676	-.0007496	.3711239	.0090044	-.0366823	.0129004	2.036.572
	p-value	0.000	0.004	0.000	0.927	0.012	0.000	0.088	0.046	0.000
NORTE										
lnShareVis	coef.	.3518101	.0309663	-.0003424	-.0092122	-.3671507	-.0213498	.4324628	-.035894	-.0385271
	p-value	0.000	0.281	0.964	0.312	0.060	0.000	0.000	0.000	0.902
lnShareInv	coef.	.2371912	-.2261821	.0864246	-.0186841	.3739328	.0171983	-.1111745	.0226071	3.832.845
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.039	0.013	0.000	0.000	0.001	0.000
NORDESTE										
lnShareVis	coef.	.393661	.1252177	-.0068466	-.0156611	.0116066	-.0369065	.4470057	-.0123964	-1.155.784
	p-value	0.000	0.000	0.025	0.000	0.862	0.000	0.000	0.001	0.000
lnShareInv	coef.	.326425	-.0600815	.0989779	-.0075978	.4285436	.0185608	-.1160059	.0183404	2.111.553
	p-value	0.000	0.038	0.000	0.054	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000

Nota: (*) referente ao período 2013-2021. Fonte: dados da pesquisa.

Nº Obs.: **604.122**

Ademais, a variável PIB *per capita* Estadual (PIBCapEst) trouxe elementos econômicos agregados à esta análise. Sobre ela percebe-se claramente que tanto em nível nacional quanto em todas as regiões brasileiras, para cada uma unidade aumentada em PIB *per capita* em seus respectivos Estados, os municípios brasileiros tendem a reduzir as despesas empenhadas “visíveis” (destacando Nordeste com -3,7%) ao eleitor e aumentar aquelas menos visíveis (destaque para Norte e Nordeste com 1,7% e 1,9%, respectivamente). Os resultados sugerem que o comportamento agregado da economia local estadual influencia na composição total para o aumento de despesas com meio ambiente, transferências correntes, energia ou administração em detrimento daquelas com maior visibilidade (investimentos, pessoal, assistência e previdência, saúde ou educação). Esse resultado corrobora parcialmente com os achados de Sáez (2016).

Prosseguindo, o IFDM (Firjan) se apresentou estatisticamente significativo apenas para as variáveis menos visíveis, o que denotou que para cada unidade acrescida no índice de desenvolvimento municipal também se aumentaram as despesas orçamentárias com aquelas funções, cujos percentuais se demonstraram elevados, destacando-se a região Sudeste com 46%, seguido do Nordeste com 43%. Tais descobertas coadunam parcialmente com o trabalho de Machado et al. (2022), porque somente as despesas de menor visibilidade apresentaram significância estatística e não as de caráter social.

Já a variável de reeleição governos municipais (Reelei) trouxe *insights* sobre as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, além do Brasil. Os resultados sugerem, em nível nacional, que em municípios cujos governos estão em campanha para reeleição tanto as despesas empenhadas visíveis ao eleitor quanto as menos visíveis sofrem redução na composição do orçamento, principalmente as mais visíveis (-1,7%). Na região Sul foi estatisticamente significativo que as despesas com menor visibilidade é que sofrem redução (-1,9%), enquanto que nas regiões Sudeste e Nordeste, sugere-se a redução das despesas com maior visibilidade (aproximadamente -1,6% para ambas).

Tais informações corroboram os achados principais desta pesquisa sobre anos eleitorais, que é o objetivo final da reeleição, pois não foi vislumbrado medidas consistentes de aumento nas despesas com mais apelo eleitoral nos municípios em que o fenômeno da reeleição ocorria, o que se depreende novamente que as restrições institucionais e legais provavelmente possuem forte influência para o controle orçamentário. Estes resultados contradizem os estudos de Klein (2010), Klein e Sakurai (2014), Bartoluzzio e Anjos (2020) e de Santos (2024), que trouxeram evidências de que o efeito reeleição tem influência no aumento geral das despesas municipais em nível Brasil e do Estado do Pará.

Os períodos de crise, conforme o CODACE (FGV), demonstraram tendência em diminuição das despesas empenhadas “visíveis” ao eleitor, destacando o Sudeste com -1,5% e próximo de 0% a região Norte. Para as despesas “menos visíveis”, todas as regiões, incluindo a amostra nacional, as descobertas afirmam que em tempos de crise há elevação desse tipo de despesa dentro de uma composição totalizada do orçamento, o que se pode sublinhar mais fortemente na região Sudeste (11%) e Nordeste (aproximadamente 10%).

Por sua vez, o tamanho populacional (lnTamPop) exibiu significância estatística para todas as regiões e o Brasil, com relação às despesas empenhadas de menor visibilidade, indicando percentuais consistentemente negativos, ou seja, para cada uma unidade de aumento no tamanho populacional do município, há diminuição percentual como se pode ver na região Sul (25,7%) e região Norte (22,6%). Já nas regiões Sul (20%) e Nordeste (12,5%), houve significância de aumento percentual das despesas mais visíveis quando se há acréscimo populacional.

Realizada a análise multivariada, pode-se verificar que os resultados contradizem boa parte dos estudos anteriores sobre o tema e contribuem à TCPO (Drazen & Eslava, 2006; 2010) para um olhar mais aprofundado sobre um país latino-americano emergente como o Brasil, uma vez que não se verificaram, em anos de eleição, aumento significativo das despesas mais visíveis ao eleitorado, de acordo com a composição do orçamento municipal, como se esperava, entretanto, os achados robustecem o entendimento de que a normatização legal sobre o orçamento público brasileiro detém alguma operação de controle e fiscalização efetivos, pois os CPOs encontram respaldo científico para a ocorrência nos demais anos de mandato que antecedem as eleições, oferecendo um novo olhar à referida teoria.

Em síntese, tais descobertas satisfazem o objetivo principal da pesquisa de investigar como se dá a dinâmica da despesa pública nos municípios brasileiros, em anos eleitorais, e ao responder, rejeitando a hipótese formulada, que nestes contextos os gestores municipais não reconfiguram em anos de eleição a composição do orçamento, nem direcionam mais recursos às categorias de maior visibilidade ao eleitor, mas de outra forma, no decorrer de seus mandatos.

2.5. CONCLUSÃO

O presente artigo definiu como objetivo principal investigar a dinâmica da despesa pública em períodos eleitorais nos municípios brasileiros, à luz da TCPO. A revisão epistemológica da TCP evidenciou uma lacuna em relação à TCPO de Drazen e Eslava (2006; 2010), principalmente no que diz respeito à dinâmica orçamentária em anos eleitorais de

governos subnacionais brasileiros. Com base na análise amostral (5.513 municípios, equivalente a 99% da população), aplicado sob um período de 27 anos (1995-2021), os resultados contribuem na atualização da literatura sobre o tema proposto.

Diferentemente de pesquisas similares sobre os municípios brasileiros (Klein, 2010; Klein & Sakurai, 2014; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Crispim et al., 2021 e; Santos, 2024) este estudo buscou analisar os dados sob a égide do modelo TCPO de Drazen e Eslava (2010), cujo pilar teórico é a importância do aumento ou não, em anos eleitorais, das despesas mais visíveis ao eleitor dentro de uma composição geral e não em simples variações de nível da despesa.

Para tanto, os resultados demonstraram que não há indícios consistentes estatisticamente sobre a ocorrência de CPOs para os municípios brasileiros nos anos eleitorais especificamente. Contudo, diante disso, não há de se falar em refutação à TCPO, considerando que em períodos sem eleições (demais anos de mandato), os dados demonstram que as despesas mais visíveis ao eleitor recebem prioridade no orçamento. Diante disso, é possível inferir que devido ao rigor das leis brasileiras sobre o tema, em períodos eleitorais, os governos municipais brasileiros, independentemente da região, não manipulam orçamentos, por isso, rejeita-se a hipótese de pesquisa proposta.

Esta evidência retrata uma situação onde os gestores municipais brasileiros parecem se adaptar às exigências legais em anos eleitorais, onde no triênio anterior às eleições os resultados da pesquisa reforçam que há políticas contundentes de remanejamento da composição orçamentária para as despesas mais visíveis, e com expressiva liberdade como se pode constatar mediante os altos coeficientes da variável $\ln\text{DempTotal}$.

Ademais, os resultados deste artigo contribuem com a discussão teórica da TCP e mais primordialmente à corrente da TCPO, cujos aspectos principais estão formados sobre conceitos fiscais e orçamentários. A TCPO no modelo de Drazen e Eslava (2006, 2010) é reforçada como uma teoria válida e consistente e que, à luz destes achados, abre novas possibilidades de interpretação e contraria em parte as bases conceituais do modelo oportunista com expectativas racionais de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), uma vez que esta corrente não considera a composição, mas tão somente as variações de nível das despesas.

De forma prática e empírica, as descobertas deste estudo abordaram indicativos contributivos de que as limitações legais podem mudar comportamentos políticos, eleitorais e orçamentários com alguma eficácia em prol da lisura do pleito eleitoral e criar um ambiente mais favorável à moral e ao bom uso dos recursos e da máquina pública, inibindo enviesamentos e manipulações do voto popular por parte daqueles que governam.

Como limitação de pesquisa tem-se a utilização quantitativa das variáveis de função da despesa empenhada, uma vez que não se analisou todo o conjunto. Além disso, o estágio da despesa, empenhada ao invés de liquidada, poderia apresentar resultados diferentes, face à possibilidade de cancelamentos de empenhos, o que, a bem verdade, não prejudicou as análises, pois anulações nem sempre são remanejadas ou passam a restos a pagar não processados.

Para pesquisas futuras sugere-se que seja realizado investigação nos moldes do modelo da TCPO de Drazen e Eslava (2010) para estudar cenários subnacionais de outros países da América Latina como México, Peru, Argentina, Chile, Paraguai, dentre outros, de forma que se possa compreender a dinâmica orçamentária destes países vizinhos no que diz respeito a elementos sobre a manipulação eleitoral. Dessa forma, novos aspectos serão comparados para o desenvolvimento desta temática sobre o território latino-americano.

CAPÍTULO 3

INFLUÊNCIA IDEOLÓGICO-PARTIDÁRIA NA ALOCAÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS NO BRASIL, À LUZ DA TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO- ORÇAMENTÁRIOS

RESUMO

Este estudo investigou a influência da orientação ideológico-partidária dos incumbentes na alocação das despesas municipais no Brasil, à luz da Teoria dos Ciclos Político-orçamentários. Partindo da lacuna teórica relativa à incorporação sistemática de fatores ideológicos nos modelos tradicionais da TCPO, analisa-se se e como diferentes espectros partidários afetam o padrão de priorização orçamentária, especialmente em funções associadas à maior visibilidade eleitoral. A base empírica compreende um painel balanceado de 5.562 municípios brasileiros, no período de 2001 a 2021, construído a partir das despesas empenhadas por função orçamentária e da classificação ideológica dos partidos. A estratégia econométrica fundamenta-se em modelos de dados em painel com efeitos fixos e erros-padrão robustos clusterizados ao nível municipal, complementados por testes de robustez dinâmicos via GMM nas abordagens Arellano-Bond (1991) e Anderson-Hsiao (1982), com o objetivo de mitigar problemas de endogeneidade e viés de simultaneidade. Os resultados indicam que: (i) a orientação ideológica exerce efeito estatisticamente significativo sobre a composição das despesas públicas locais, ainda que de forma heterogênea entre regiões e categorias funcionais e; (ii) há sugestão de padrões adaptativos de comportamento fiscal diante das restrições impostas pelo arcabouço legal, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, evidencia-se que o ajuste orçamentário associado à ideologia não se restringe aos períodos eleitorais, mas se distribui ao longo do ciclo político-administrativo. Conclui-se que a incorporação do componente ideológico amplia o poder explicativo da TCPO em contextos institucionalmente regulados, contribuindo para o avanço teórico do campo e para a compreensão dos mecanismos político-orçamentários subnacionais no Brasil.

Palavras-chave: TCPO; ideologia político-partidária; despesa empenhada; municípios brasileiros.

3.1. INTRODUÇÃO

Partidos políticos podem vincular operações governamentais às preferências de agrupamentos sociais, conectando a atividade política à ideologia (Downs, 1999). O comportamento dos agentes políticos pode ser desvendado e/ou reconhecido pela sociedade por intermédio da percepção dos aspectos ideológicos, que detectam as similaridades quanto às suas preferências fiscais, econômicas e/ou orçamentárias (Bartoluzzio et al., 2023). A ideologia partidária, portanto, trata-se de um instrumento que concilia expectativas entre políticos e eleitores, e que se organiza como um sistema de crenças e valores compartilhados, potencialmente transformadores (Downs, 1999; Maciel, 2023).

Alesina (1987) discorre que os eleitores aprendem com os ciclos eleitorais, cujas decisões de voto ocorrem de modo racional a partir da visão ideológica que possuem. Ainda, em países com menor nível de desenvolvimento, para decisão do voto, os eleitores valorizam mais sua situação econômica privada (chamada de votação egotrópica), diferentemente de países desenvolvidos, que predominam julgamentos com base na situação econômica nacional (sociotrópica), denotando que o contexto eleitoral e as condições socioeconômicas são determinantes para a compreensão do voto (Singer & Carlin, 2013).

A literatura propõe que partidos de esquerda escolhem políticas redistributivas para atrair apoio popular e votos dos trabalhadores das classes baixas, levando a um maior gasto social e da despesa pública de forma geral, no entanto, com relação aos partidos de direita, os mesmos buscam promover políticas que desregulam o setor público e diminuem as despesas orçamentárias (Hibbs, 1977, 1987; Cameron, 1978; Alesina, 1987; Cusack, 1997; Garrett & Mitchell, 2001; Tarouco & Madeira, 2013; Herwartz & Theilen, 2017; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Gootjes, Haan & Jong-A-Pin, 2020).

Se na história do mundo moderno existiram diversas ideologias como o liberalismo, comunismo, nazismo, stalinismo, maoísmo, integralismo e muitas outras distintas, três se destacaram: o liberalismo, o socialismo e a social-democracia. Se para a direita os estudiosos classificam-na pelas ideologias do conservadorismo (Estado centralizado) e do liberalismo (Estado mínimo), para a esquerda figuram o socialismo/comunismo (Estado planejador) e o anarquismo (Sociedade sem Estado), e o centro ideológico pode ser denominado de social-democracia, cujo modelo econômico impõe o Estado como agente regulador do capitalismo, e seu modelo político e de gestão é o Estado de Bem-Estar Social - *Welfare State* (Sell, 2006).

A influência ideológica dos governos nas despesas públicas tem sido explicada como resposta dos partidos políticos às preferências heterogêneas do eleitorado (Herwartz & Theilen,

2021). Entretanto, estudos demonstram que a influência da ideologia sobre os orçamentos públicos reduziu no decorrer do tempo, devido a mudanças institucionais que ocorreram no início da década de 1990, com a criação de novos organismos supranacionais e pelo fortalecimento dos mercados de bens e capitais (Tepe & Vanhuysse, 2009; Potrafke, 2010; Herwartz & Theilen, 2014, 2017, 2021).

Ora, segundo Herwartz e Theilen (2017, 2021), tal situação pode ser compreendida pela perda de domínio dos partidos políticos sobre a tributação de renda e capital devido ao contexto de globalização e da liberalização dos mercados de capitais e que, por isso, atualmente os partidos tentam conseguir apoio eleitoral gastando mais em classificações orçamentárias específicas, principalmente aquelas que são vantagens para seus eleitores.

De forma a complementar, Sell (2006) ensina que há uma crise das ideologias do ponto de vista empírico e para a chamada segunda modernidade, identificada desde as décadas de 60 e 70 por autores como Raymond Aron, Edward Shils, Daniel Bell e Seymour Martin Lipset. Tais estudos, segundo Sell (2006), demonstram evidências de que a clivagem direita/esquerda vinha obtendo cada vez mais irrelevância para a compreensão política dos cidadãos ocidentais, de modo que critérios culturais e/ou pessoais passaram a guiar suas escolhas políticas. Portanto, não há como negar o enfraquecimento das correntes políticas da primeira modernidade, embora não possa admitir que as principais ideologias tenham desaparecido.

A própria Teoria dos Ciclos Políticos (TCP), dentre as distintas correntes existentes, sugere que o modelo partidário, que se inicia em Hibbs (1977) e se desenvolve com Alesina (1987, 1988), introduz a dimensão ideológica sobre os estudos em ciclos político-econômicos. Dentro dessa perspectiva os grupos sociais adotam preferências divergentes sobre a política econômica, reduzindo os custos informacionais por meio do voto ideológico, uma vez que os mais pobres se alinhariam a medidas expansionistas e os mais ricos valorizariam austeridade e inflação controlada (Hibbs, 1977).

Face ao exposto, é imperativo explicar que estes estudos que predizem uma diminuição da influência ideológica nas despesas públicas se valeram de dados de países exclusivamente da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e que, portanto, não podem ser generalizados para países em desenvolvimento ou emergentes como o Brasil e outros da América Latina, dadas as devidas proporções e características próprias, seja no âmbito econômico, político e/ou social.

Nesse sentido, observa-se um quadro de escassez de estudos que analisam a influência ideológica sobre as despesas públicas no Brasil, especialmente em nível municipal, de modo que se possa compreender como os diferentes polos ideológico-partidários, nessas camadas,

influenciam ou não o orçamento público. Assim sendo, este trabalho discute o cenário orçamentário municipal brasileiro referente ao período de 2000 a 2021 (6 ciclos eleitorais) sob a perspectiva da ideologia e com os achados discuti-los à luz da TCP sob a perspectiva da vertente dos ciclos políticos de Drazen e Eslava (2006, 2010).

Justifica-se, portanto, o estudo com o intuito de contribuir com a literatura nacional (Jorge, Faria & Silva, 2020; Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2023; Bartoluzzio et al., 2022; Bartoluzzio et al., 2023; Bolognesi, 2024; Faria et al., 2025) e internacional (Lau & Frey, 1971; Cameron, 1978; Power & Zucco Jr., 2009; Potrafke, 2011, 2013; BjØrnskov & Potrafke, 2012; Singer & Carlin, 2013; Herwartz & Theilen, 2014, 2017, 2021; Power & Rodrigues-Silveira, 2019; Tambovtsev, 2024), de modo a conhecer mais profundamente o contexto orçamentário municipal brasileiro sob o crivo especificamente ideológico-partidário e, promover discussão com o arcabouço teórico existente (TCPO), bem como estudos similares.

Vale salientar que apenas Bartoluzzio et al. (2023) utilizam explicitamente variáveis explicativas de ideologia partidária, porém não sobre os aspectos funcionais da despesa, tampouco com base no modelo de ciclos políticos baseado em composição orçamentária (Drazen & Eslava, 2010) e; Faria et al. (2025) que estudaram a ideologia e os CPOs em relação às despesas liquidadas por função, mas somente no Estado de Goiás e com base no modelo oportunista *rogoffiano*. Portanto, de acordo com estas informações, bem como a lacuna demonstrada, a pesquisa propõe o seguinte objetivo: investigar a influência da orientação ideológica dos partidos políticos na alocação de despesas dos municípios brasileiros, à luz da TCPO.

Ademais, a ideologia partidária é um dos diferenciais nesta pesquisa, que foi atribuída em amostragem municipal de escala nacional, considerando os pleitos eleitorais para prefeitos, de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 (2024 foi excluído devido a indisponibilidade de alguns dados). Diante disso, reforça-se a existência da lacuna de pesquisa devido a necessidade de aprofundamento na compreensão do fator ideológico-partidário em relação aos ciclos político-orçamentários e sobre as funções das despesas, principalmente em nível subnacional brasileiro e com um olhar regional, o que fica às margens do debate. Adicionalmente, para o presente trabalho, o modelo de Drazen e Eslava (2010) se torna a base conceitual teórica adotada, apresentando-se como sua principal distinção das pesquisas constantes na literatura especializada.

3.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.2.1. Contribuições da teoria dos ciclos políticos (TCP)

A teoria que estuda os ciclos eleitorais com base em premissas macroeconômicas, fiscais e/ou orçamentárias é denominada genericamente de TCP e seu início se dá com o modelo teórico-normativo de Downs (1957), cujo trabalho é reconhecido como seminal por fundamentar uma explicação sobre os ciclos políticos em democracias com base nos princípios das ciências econômicas, o que à época causou relevante debate acadêmico (Drazen, 2000; Dubois, 2016; Shiflett, 1957; Banfield, 1958; Diamond, 1959; Marvick, 1960).

Mais adiante, surge o estudo que será considerado o mais importante da TCP (Drazen, 2000; Dubois, 2016), conhecido por modelo oportunista clássico, de Nordhaus (1975), que se valeu do instrumento que relaciona o *trade-off* entre inflação e desemprego (Curva de Philips) para consolidar o entendimento macroeconômico de que os ciclos políticos atendem a uma manipulação dos incumbentes para maximizar o apoio eleitoral a curto prazo, gerando ciclos artificiais com política relativamente expansionista antes das eleições e de contração logo após, o que pode ser visto como um padrão previsível.

Nesta pesquisa é essencial que os modelos: partidário (Hibbs, 1977; Alesina, 1987, 1988); oportunista com expectativas racionais (Rogoff & Sibert, 1988; Rogoff, 1990) e; o de Drazen e Eslava (2006, 2010), sejam devidamente descritos com a observação sobre suas características principais, pois se tratam das bases teóricas inerentes aos aspectos ideológico-partidários, bem como sob perspectiva orçamentária e fiscal.

Com Hibbs (1977), portanto, surge o modelo partidário clássico, que objetivou analisar os padrões pós-guerra nas políticas e resultados macroeconômicos de governos de orientação de esquerda e de direita nas democracias capitalistas de doze países da Europa Ocidental e América do Norte. É a partir deste estudo da década de setenta que o espaço ideológico-partidário recebe destaque na tentativa de compreensão sobre os ciclos político-econômicos (Dubois, 2016).

Os achados de Hibbs mostraram empiricamente que os governos de esquerda tendem a favorecer uma posição macroeconômica de baixa taxa de desemprego e maior inflação, enquanto que em governos de centro e de direita normalmente ocorre o inverso. Utiliza-se de uma análise de séries temporais que sugerem, portanto, que os governos manipulam políticas econômicas para influenciar indicadores antes e depois das eleições, o qual fora desenhado para

capturar as influências político-partidárias, estando tal modelo coadunando com as teorias anteriores de Downs (1957) e de Nordhaus (1975).

Enquanto o modelo *hibbsiano* assume que os partidos políticos possuem preferências estáveis e distintas sobre inflação e desemprego, além do que já foi explanado, Alesina (1987) avança ao incorporar uma estrutura da teoria dos jogos (Kydland-Prescott, 1977; Barro-Gordon, 1983) com expectativas racionais. Em seu trabalho considera-se dinâmica e repetida a interação entre dois partidos (sistemas bipartidários) com objetivos diferentes, agentes econômicos que são racionais e antecipam as políticas futuras.

Para tanto, seus achados evidenciam que a regressão aos ciclos econômicos pode ser significativamente reduzida por meio de mecanismos reputacionais e compromissos políticos, promovendo menos variações de inflação e desemprego. Adicionalmente, Alesina (1988) argumenta que a possibilidade de perda de reputação e a expectativa de punição futura incentiva os partidos a adotarem políticas mais estáveis e convergentes em vez de oportunistas.

Rogoff e Sibert (1988), por outro lado, inauguram o modelo oportunista com expectativas racionais, preconizando que os ciclos eleitorais no contexto político e da macroeconomia são um resultado do comportamento estratégico dos incumbentes em um cenário de assimetrias informacionais temporárias em que podem surgir devido a um processo de sinalização, onde tais governantes tendem a manipular seus indicadores de desempenho próximo das eleições.

Adiante, Rogoff (1990) indica que os ciclos político-orçamentários se tornam mecanismos eficientes de divulgação de informações sobre a competência dos gestores e de manutenção da confiança pública, pois os aumentos de despesas e a redução de tributos antes das eleições servem como sinais que influenciam a percepção dos votantes, e que tentativas para eliminar estes fenômenos devem ser analisados com cautela devido ao potencial de reduzir o bem-estar social.

Mais recentemente, os trabalhos de Drazen e Eslava (2006, 2010) contribuíram ao sugerir que os governantes manipulam a composição das despesas para focalizá-las a certos grupos de eleitores antes das eleições, com o expresso intuito de ganhar a reeleição. Para os referidos estudos, há ocorrência de ciclos eleitorais na composição das despesas governamentais e não apenas na quantidade total, e que prefeitos manipulam esta composição orçamentária no período pré-eleitoral.

Dito isto, percebe-se que tais modelos teóricos aqui delineados se estruturam sobre duas matrizes: ideológico-partidária e fiscal-orçamentária, o que denota plena aceitação para com os objetos da pesquisa e oferece os insumos necessários para discutir a influência ideológica na

alocação das despesas públicas. É relevante que os modelos aqui descritos possibilitem este aprofundamento científico no debate, considerando o contexto municipal brasileiro e suas especificidades com relação às características partidárias e culturais existentes.

Face ao exposto, pode-se inferir que a incorporação da dimensão ideológico-partidária representa uma contribuição conceitual para a atualização da TCPO, ao ampliar o conjunto de determinantes explicativos do comportamento fiscal dos incumbentes para além do oportunismo eleitoral tradicional. Ao demonstrar que diferentes orientações ideológicas influenciam a composição das despesas municipais mesmo fora dos períodos eleitorais, o estudo indica que os ciclos político-orçamentários passam a assumir uma dinâmica mais difusa, intertemporal e adaptativa, condicionada pelas preferências programáticas dos partidos e pelos limites impostos por regras fiscais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, a ideologia não substitui os incentivos eleitorais previstos pela TCPO, mas os complementa, funcionando como um mecanismo estruturante da alocação orçamentária ao longo do mandato. Assim, a integração entre ideologia partidária e restrições institucionais contribui para uma reformulação analítica da TCPO, tornando-a mais factível para explicar o comportamento fiscal em sistemas multipartidários e altamente regulados, como o contexto subnacional brasileiro.

3.2.2. Ideologia partidária e a despesa pública

Os partidos políticos integram sistemas organizados em torno do objetivo de sustentação do poder e domínios de uma sociedade teoricamente democrática (Lapalombara, 1990). Os partidos passaram a ser considerados como profissionais ao invés de referencial para as massas, devido a modificações ambientais como mudanças sociais e as revoluções nos sistemas de comunicação, que são forças imperiosas atuantes. Ainda, tais transformações significariam que os partidos não geram mais identidades coletivas, perdendo seu papel crítico na formação de políticas públicas à medida que o profissionalismo partidário surge e se marginaliza, concedendo seus espaços a grupos privados de interesse (Panebianco, 1988).

No contexto latino-americano ao longo do século XX os sistemas partidários apresentavam grande dinamismo e volatilidade se comparados aos sistemas europeus (Coppedge, 1998), e países como Bolívia, Brasil, Peru e Equador eram caracterizados pela baixa institucionalização dos partidos políticos, apresentando fragilidades em critérios quanto à instabilidade na competição entre os partidos; raízes sociais pouco consistentes; baixa legitimidade diante da opinião pública e; o predomínio dos interesses pessoais dos líderes das siglas (Collo, 1997; Robert & Wibbels, 1999).

É matéria complexa definir a polarização ideológica de esquerda e direita, especialmente no cenário brasileiro desde a redemocratização. No século passado a polêmica teórica existiu no debate entre Bobbio (1995) e Giddens (1996) sobre o possível abandono destes conceitos tradicionais. Para o Brasil, entretanto, o critério mais explicativo para definir esquerda e direita é a dimensão econômica e seus aspectos (Madeira & Tarouco, 2011). O centro ideológico, por sua vez, também denominado na literatura por social-democracia, se coloca neste contexto como o menos fechado, sugerindo ser o tipo com maior contato e poder de absorção e compartilhamento de aspectos comuns em relação aos demais, demonstrando assim que a divisão entre as ideologias não é algo simplista, mas dotado de complexidade (Sell, 2006).

Para Chauí (1993), assim como é para o filósofo e pensador alemão Karl Marx (1818-1883), a ideologia é o conjunto de falsas representações que busca primeiramente a difusão dos interesses das classes dominantes. Esta visão difere do olhar de Bobbio (1995), porquanto seu entendimento vai no sentido de que a ideologia nada mais é do que um conjunto de ideias e de valores cuja função é orientar comportamentos políticos coletivos, ou seja, um conjunto de propostas ou de projetos políticos.

Weber (2000) contribui com a discussão do tema ao criticar aqueles que se dedicam à política apenas pelo poder, desprovida de causa, porém adverte para o romantismo, sugerindo que a paixão por si só não é suficiente na política. O pensador também discorre que as lutas entre partidos não são por divergências de programa, mas por controle e distribuição de cargos. Kritsch (2001), por sua vez, revela sobre Maquiavel a possibilidade do conflito entre a ética tradicional do indivíduo e as exigências da ação política, cuja instrumentalização da moral e das aparências mantém o poder, porém, os valores e a eficácia da ação política, de forma pragmática, podem servir a um ideal de nação.

Sobre os primeiros quinze anos após a redemocratização de 1988, a polarização política legislativa federal no Brasil se manteve moderada entre 1990 e 2005, principalmente devido a aproximação dos partidos de esquerda e de centro-esquerda, orientados sinergicamente para o centro político. Além da relativa estabilidade da ordem ideológica os partidos de esquerda aumentaram sua presença de 12% em 1990 para mais de 28% em 2005, um crescimento de mais de 133% com relação ao contingente inicial (Power & Zucco Jr., 2009) e atualmente ocupam 136 cadeiras, ou pouco menos de 23% de representatividade federal (Congresso Nacional, 2025).

Percebe-se, portanto, que apesar de haver indícios de institucionalização, considerando o panorama partidário brasileiro de 2010, ou finalmente uma consolidação do sistema partidário nacional, por outro lado parecem existir sinais mais preponderantes que indicam o oposto,

constatando que até este período analisado a ideologia sofria com uma irrelevância progressiva como fator estruturante do que se almejava ser um sistema partidário profícuo, regular e sólido, desenhando, por assim dizer, expectativas pessimistas (Carreirão, 2014).

Do ponto de vista das eleições brasileiras de 2014, então identifica-se o fenômeno de uma polarização assimétrica entre esquerda e direita, marcada pela radicalização com a direita conservadora de viés mais hostil e a esquerda moderadamente fortalecida, mas sem extremismos. Tal dinâmica foi potencializada no campo das redes sociais, especialmente no *Facebook*, criando ambientes de agrupamentos ideológicos, assim como disseminação de discursos agressivos (Chaia & Brugnago, 2014), o que denota certo recrudescimento das ideologias políticas, mas em discussões politizadas virtuais, cujos indivíduos isolam-se em seus grupos de crenças comuns, dificultando até mesmo o verdadeiro debate das ideias.

Surge, por isso, uma nova realidade virtual para a política, e o fortalecimento dos posicionamentos ideológicos como consequência a partir desse tipo de ambientação social. De acordo com análise feita sobre uma pesquisa legislativa de 2013, contemplando parlamentares da 54ª legislatura federal (2011-2014) os resultados indicaram consistência no reconhecimento das diferenças ideológicas entre os partidos, por parte dos parlamentares e também de especialistas, com a percepção coerente da ordenação na escala esquerda-centro-direita (Maciel, Alarcon & Gimenes, 2017).

Em nível municipal brasileiro, objeto deste trabalho, destaca-se que a maioria dos municípios apresentam inclinação ideológica para a centro-direita em estudo feito sobre ciclos eleitorais de 1994 a 2018; que o sistema partidário brasileiro demonstra aumento de fragmentação e coalizões ideológicas incompatíveis; e que entre os anos finais (2016) do governo de Dilma Rousseff e durante o mandato (até 2018) de Michel Temer ocorreu convergência nos municípios para orientações mais centristas e alinhadas à direita (Power & Rodrigues-Silveira, 2019).

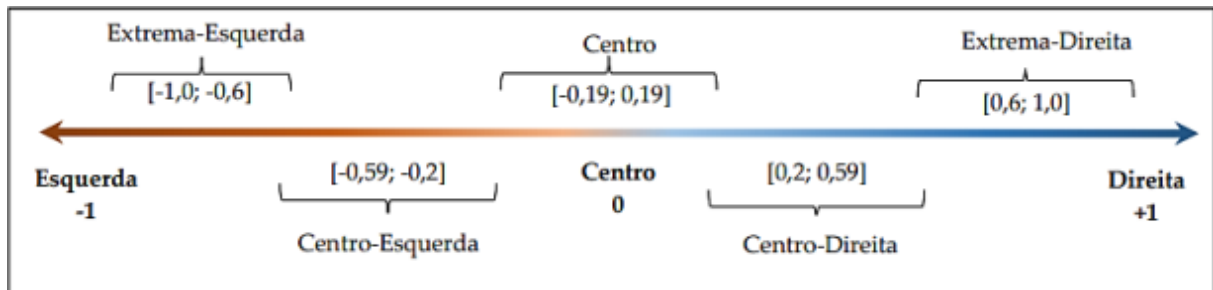
Neste sentido, dada a complexidade de se estabelecerem os critérios organizadores do conjunto de partidos que hoje existem no Brasil, sabe-se que tais agremiações políticas podem, segundo Jorge, Faria e Silva (2020), serem classificados por: (i) especialistas (Wiesehomeier & Benoit, 2009; Tarouco & Madeira, 2015); (ii) seus próprios membros (Power & Zucco Jr., 2009; Zucco Jr., 2011); (iii) eleitores (Singer, 2000; Carreirão, 2015); (iv) seus discursos e programas de governo (Bolognesi; Babireski & Maciel, 2019); (v) projetos de lei e políticas públicas apresentados (Dias, Menezes & Ferreira, 2012); (vi) seus comportamentos em votações nominiais (Shalders, 2017; Scheffer, 2018) e; (vii) sua composição social (Rodrigues, 2002; Ribeiro & Bolognesi, 2018).

Dito isto, opta-se para esta pesquisa a vertente classificatória por meio de indicadores que evidenciam a posição ideológica de cada partido ao longo dos ciclos eleitorais, conforme Bartoluzzio et al. (2023), que se baseou na padronização por escalas de Power e Rodrigues-Silveira (2019) e categorização de Bolognesi et al. (2019). Para esta metodologia os autores se valeram das Pesquisas Legislativas Brasileiras (PLB) para observar e avaliar a ideologia de cada agremiação a partir da autoavaliação da classe política em cada um dos ciclos eleitorais, admitindo diferentes posicionamentos ideológicos, bem como evidências de seu dinamismo.

Como se observa na Figura 3, Bartoluzzio et al. (2023) desenvolvem cinco intervalos de escalas que vão de (-1) extrema-esquerda à (+1) extrema direita, definindo o (0) como ponto de referência para o centro. Entretanto, em atendimento ao modelo estimativo desta pesquisa, e considerando o estudo de Power e Rodrigues-Silveira (2019), cujas análises demonstraram que a maioria dos municípios brasileiros apresentam historicamente uma tendência para a ideologia de centro-direita, é passível de simplificação os espaços de categorização à três intervalos: esquerda [-1; -0,4]; centro [-0,39; 0,39] e; direita [0,4; 1,0].

Figura 3

Classificação ideológica por intervalos definidos



Fonte: Bartoluzzio et al. (2023)

A Tabela 6 apresenta a classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros entre os ciclos de 2000 a 2020, de acordo com a autoavaliação da classe política (pesquisa BLS) em conformidade com os estudos já citados, de modo que é possível compreender o quanto as siglas políticas se alternam entre as tonalidades ideológicas, ora mais ao centro, ora mais para os polos, fortalecendo a ideia de que a essência programática sucumbe ao pragmatismo do jogo político enquanto seus atores transitam entre as cadeiras de situação e/ou oposição.

Tabela 6

Classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros [2000-2020]

Partido	Escore 2000	Class.	Escore 2004	Class.	Escore 2008	Class.	Escore 2012	Class.	Escore 2016	Class.	Escore 2020	Class.	Sucessor
DEM	--	--	--	--	0.532	C	0.582	C	0.497	C	0.351	C	UNIÃO
NOVO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0.537	D	
PAN	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	PTB
PC do B	-0.677	E	-0.550	E	-0.439	E	-0.457	E	-0.569	E	-0.675	E	
PCB	--	--	--	--	-0.922	E	-0.928	E	-0.843	E	--	--	
PCO	--	--	--	--	-0.922	E	-0.928	E	-0.843	E	--	--	
PDT	-0.341	C	-0.349	C	-0.181	C	-0.185	C	-0.301	C	-0.294	C	
PEN (Patriota)	--	--	--	--	--	--	0.394	C	0.346	C	--	--	PRD
PFL	0.529	D	0.268	C	--	--	--	--	--	--	--	--	DEM
PHS	--	--	--	--	-0.393	C	-0.349	C	-0.489	E	--	--	PODEMOS
PL	0.322	C	0.115	C	--	--	--	--	--	--	0.393	C	
PMB	--	--	--	--	--	--	--	--	0.346	C	--	--	
PMDB (MDB)	0.117	C	-0.038	C	0.152	C	0.168	C	0.222	C	0.103	C	
PMN (Mobiliza)	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.346	C	--	--	
PP	0.593	D	0.268	C	0.539	D	0.451	D	0.380	C	0.406	D	
PPL	--	--	--	--	--	--	0.394	C	0.346	C	--	--	PC do B
PPS (Cidadania)	-0.294	C	-0.370	C	-0.044	C	-0.077	C	-0.123	C	-0.079	C	
PR	--	--	--	--	0.356	C	0.341	C	0.300	C	--	--	PL
PRB (Republicanos)	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.281	C	0.443	D	
PRONA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	PL
PROS	--	--	--	--	--	--	--	--	0.001	C	--	--	SOLIDARIEDADE
PRP	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.346	C	--	--	PATRIOTA
PRTB	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.346	C	--	--	
PSB	-0.458	E	-0.428	E	-0.233	C	-0.216	C	-0.146	C	-0.336	C	

PSC	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.356	C	0.404	D	PODEMOS
PSD	--	--	--	--	--	--	0.274	C	0.242	C	0.226	C	
PSDB	0.127	C	-0.428	E	0.137	C	0.158	C	0.295	C	0.102	C	
PSDC (DC)	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.346	C	--	--	
PSL	--	--	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.346	C	UNIÃO
PSOL	--	--	--	--	-0.669	E	-0.662	E	-0.693	E	-0.706	E	
PSTU	--	--	--	--	-0.922	E	-0.928	E	-0.843	E	--	--	
PT	-0.577	E	-0.394	C	-0.267	C	-0.284	C	-0.510	E	-0.548	E	
PT do B (Avante)	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.346	C	--	--	
PTB	0.329	C	0.128	C	0.295	C	0.250	C	0.103	C	0.364	C	PRD
PTC (Agir)	--	--	--	--	0.344	C	0.394	C	0.346	C	--	--	
PTN (Podemos)	--	--	--	--	--	--	0.344	C	0.172	C	0.361	C	
PV	--	--	--	--	-0.077	C	-0.105	C	-0.086	C	-0.684	E	
REDE	--	--	--	--	--	--	--	--	-0.444	E	-0.410	E	
SD (Solidariedade)	--	--	--	--	--	--	--	--	0.015	C	0.125	C	
UP	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	

Nota: (i) a PLB é desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em associação com a Universidade de Oxford. (ii) Os valores são produto de conversão das médias das notas dadas pelos parlamentares. (iii) **Legenda:** Os coeficientes coloridos de laranja-claro provêm da pesquisa de Bartoluzzio et al. (2023) e as linhas na cor cinza representam partidos que foram incorporados ou fundidos.

Fonte: Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB).

Como a conjuntura política brasileira muda frequentemente, procedeu-se com a execução da referida classificação para um intervalo de três categorias ideológicas (esquerda, centro e direita), atribuindo-se os dados atualizados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cuja base assegura a existência de 29 (vinte e nove) siglas de partidos políticos brasileiros em atividade, dentre os quais os mais antigos são o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de 1966 e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), de 1979. Sendo os mais recentes o PRD (Partido Renovação Democrática), de 2023 e o UNIÃO (União Brasil), de 2022, ambos provenientes de fusões partidárias entre PATRIOTA/PTB e DEM/PSL, respectivamente.

Diversos são os trabalhos, nacionais e internacionais, que mencionam variáveis de ideologia para tentar responder a problemas levantados sobre o orçamento público. Porém, há diferentes configurações na aplicação das variáveis, com abordagens distintas e sem uniformidade, ora considerando-as como variáveis dependentes (Benedictis-Kessner e Warshaw, 2018; Wyse et al., 2022), ora independentes (Kolios, 2019; Potrafke, 2020; Bartoluzzio et al., 2022; Machado et al., 2022), ou apenas de controle (Kitsos & Proestakis, 2021), ou em observações de análises qualitativas e/ou descritivas (Rocha, Araújo & Brunozi Júnior, 2021; Petrakos et al., 2021; Barcellos, Nascimento & Viotto, 2022).

Independente dos fatores metodológicos utilizados, o que se pode depreender são as nuances e considerações elencadas em resultados destas pesquisas com relação à ideologia partidária e a despesa pública, aspectos prioritários para a análise a que se propõe. Wyse *et al.* (2022) em estudo sobre municípios brasileiros sugerem que partidos de esquerda tendem a apresentar uma retração nos gastos em ciclos políticos em comparação aos partidos de direita e de centro, de modo que os fatores ideológicos são considerados significantes para decisões sobre as despesas.

Bartoluzzio et al. (2022), por sua vez, demonstram em seus achados sobre municípios brasileiros que apesar do alinhamento ideológico influenciar as variáveis fiscais e orçamentárias, não se observam um comportamento padronizado para os tipos ideológicos de esquerda ou de direita, reforçando estudos anteriores (Sakurai, 2009; Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Gouvêa & Girardi, 2019; Bartoluzzio & Anjos, 2020), e reafirmando o desafio de analisar o comportamento da despesa a despeito de fatores ideológico-partidários em um país como o Brasil, que é multipartidário, incoerente politicamente, com coligações desalinhadas, clientelismo e estilos individuais de representação (Carreirão, 2014; Salles & Guarnieri, 2019).

Sobre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Machado et al. (2022) discorrem em suas descobertas que a influência ideológica dos partidos sobre as despesas públicas foi, de forma geral, negativa e estatisticamente significativa. Para o estudo, tanto partidos de esquerda

quanto de direita demonstram efeito negativo para o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal em relação a gastos com assistência social, saúde e educação, principalmente. Concluem, portanto, que os fatores ideológicos moderam negativamente a efetividade de gastos sociais em municípios gaúchos.

No contexto internacional, em estudo sobre 10.708 eleições de 298 condados dos EUA, em um período de 25 anos, Benedictis-Kessner e Warshaw (2018) verificam que a composição partidária dos legisladores exerce efeito importante sobre as políticas orçamentárias locais. Apesar de não ter o foco nos municípios e cidades, nem tampouco nos prefeitos, o estudo demonstra que legisladores democratas aumentam as despesas dos condados em cerca de 5% e o efeito é mais pronunciado nas pequenas regiões, devido ao poder político mais concentrado.

Kolios (2019) se debruça em pesquisar a Austrália, investigando como a ideologia partidária e os períodos eleitorais influenciam as políticas econômicas e fiscais. O trabalho evidencia que governos liberais (direita) tendem a diminuir as despesas governamentais e os gastos sociais, além de aumentar a arrecadação e, por outro lado, as administrações trabalhistas (esquerda) promovem maior gasto com políticas sociais.

Potrafke (2020), por sua vez, analisa amostra de dados do período de 1995 a 2016 de governos gerais e centrais de países da OCDE, e seus resultados demonstraram que governos de esquerda gastam mais com educação e menos com serviços públicos em comparação aos governos de direita; que despesas com defesa são menores sob administrações esquerdistas. Além disso, pode-se depreender que os efeitos da ideologia são mais robustos e evidentes a nível de governo central (federal), desconsiderando estados e municípios.

Nesse sentido, a literatura específica demonstra que: os aspectos ideológicos podem influenciar como a despesa pública é administrada tanto a níveis locais quanto gerais, em contexto de Brasil e/ou de Mundo; que não é uma unanimidade que a ideologia partidária possua tal ingerência sobre o orçamento público e; que para o Brasil há necessidade de aprofundamento em pesquisas que avaliem a influência ideológica diretamente sobre as despesas públicas por funções, o que é incipiente, principalmente com uma abordagem voltada para discussão da TCPO sob o aspecto da manipulação de composição de despesas como teorizado por Drazen e Eslava (2010). Por isso, destaca-se a seguinte hipótese de pesquisa.

H₀: a orientação ideológica das administrações municipais influencia a reorganização da composição de despesas públicas, direcionando recursos para categorias com maior visibilidade e apelo junto ao eleitorado.

A formulação da hipótese **H₀** baliza-se na TCPO do modelo de Drazen e Eslava (2010), segundo a qual gestores públicos tendem a reorganizar a composição das despesas visando

maximizar retornos eleitorais, priorizando categorias com maior visibilidade junto ao eleitorado, comportamento que, em contextos institucionalmente restritos, passa a ser condicionado não apenas por incentivos oportunistas, mas também pelas preferências ideológico-partidárias dos incumbentes. Em sistemas multipartidários e regulados, diferentes orientações ideológicas tendem a produzir padrões diferenciados de alocação orçamentária, afetando a priorização funcional das despesas ao longo do mandato, inclusive fora dos períodos eleitorais. Assim, a hipótese justifica-se por ampliar o poder explicativo da TCPO ao incorporar um determinante político estrutural ainda pouco explorado na literatura subnacional, além de contribuir empiricamente para o debate sobre *accountability* fiscal, eficiência alocativa e governança pública municipal.

3.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.3.1. Definição da amostra

Neste artigo, foi considerado o conjunto de dados sobre as despesas empenhadas dos municípios brasileiros, referentes ao período de 2001 a 2021, abrangendo 21 anos civis devido a disponibilidade dos dados. O conjunto envolveu todos os municípios brasileiros (5.570). A amostra reduziu para 5.562 (99% da população) devido à falta de alguns dados necessários.

Outros estudos como Bartoluzzio e Anjos (2019), Silva e Bezerra-Filho (2023) e Gralak, Gerigk e Ribeiro (2023) utilizaram-se de amostras similares para a representatividade almejada, porém nestes casos fora do escopo do que preconiza a TCPO de Drazen e Eslava (2010) e, ainda, a partir de estratos ou amostragens menores, muito embora com o intuito de compreender influências ideológico-partidárias sobre matéria de orçamento público municipal brasileiro.

3.3.2. Descrição das variáveis

Com o intuito de demonstrar o conjunto de dados da pesquisa, foi construída a Tabela 7 para informar os tipos de variáveis e suas características, bem como as referências que as suportam, além disso, elaborou-se a Tabela 8, para detalhar quais são as variáveis, principalmente as de natureza dependente, cujas funções das despesas chegam a dezesseis no total.

Tabela 7*Variáveis da pesquisa*

Variáveis	Descrição	Coleta	Medida	Referências
Variável Dependente				
lnDEmpFu (funções)	Despesas Empenhadas (por função)			Videira & Mattos (2011) Crispim et al. (2021) Santos et al. (2021)
lnDempPes	Despesas Emp. Correntes c/ Pessoal	IpeaData (Tesouro Nacional)	Logaritmo natural da despesa / Tamanho populacional	Oliveira et al. (2021) Barcellos et al. (2022) Santos (2024)
lnDecapInv	Despesas Emp. Capital: Investimentos			Klein & Sakurai (2014) Crispim et al. (2021) Santos et al. (2021) Gralak et al. (2023)
Variáveis Independentes Explicativas				
lnDefEmpFu	Despesas Empenhadas Defasadas – ano pré- eleitoral	IpeaData (Tesouro Nacional)	Logaritmo natural da despesa / Tamanho populacional	Drazen & Eslava (2010) Castro & Martins (2017)
IdEsq	Ideologia de Esquerda	Base <i>Estatísticas Eleitorais</i> (Tribunal Superior Eleitoral)	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	Bartoluzzio & Anjos (2019) Silva & Bezerra-Filho (2023) Gralak et al. (2023) Faria et al. (2025)
IdDir	Ideologia de Direita	Base <i>Estatísticas Eleitorais</i> (Tribunal Superior Eleitoral)	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	Bartoluzzio & Anjos (2019) Faria et al. (2025)
IdCent	Ideologia de Centro	Base <i>Estatísticas Eleitorais</i> (Tribunal Superior Eleitoral)	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	Bartoluzzio & Anjos (2019) Faria et al. (2025)
Variáveis Independentes de Controle				
lnTamPop	Tamanho Populacional Estimado Anual	IpeaData (IBGE)	Logaritmo natural do número de pessoas estimado anual	
Crise	Crises Econômicas	FGV IBRE	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	CODACE (2023)
Reelei	Reeleição	Base <i>Estatísticas Eleitorais</i> (Tribunal Superior Eleitoral)	<i>Dummy</i> : 1 para Sim e 0 para Não	Klein (2010) Klein & Sakurai (2014) Bartoluzzio & Anjos (2020) Santos (2024)
IFDM	Índice Firjan de Des. Municipal	FIRJAN	Índice de 0,0 a 1,0 (2013 a 2021)	Machado et al. (2022)
PIBCapEst	PIB <i>per capita</i> Estadual	IpeaData (IBGE)	PIB da UF / Tamanho Populacional da UF	Drazen & Eslava (2010) Sáez (2016)
lnDempTotal	Despesas Empenhadas Total (variáveis)	IpeaData (Tesouro Nacional)	Logaritmo natural da despesa totalizada / Tamanho populacional	Drazen & Eslava (2010)

Fonte: elaboração própria

As variáveis dependentes são as despesas empenhadas por funções, transformadas em *per capita* para dirimir discrepâncias populacionais (Faria et al., 2025). As funções da despesa foram divididas em duas categorias: (i) as visíveis; (ii) não visíveis ao eleitor (Rogoff, 1990; Rezende, 1997; Drazen & Eslava, 2006, 2010; Puchale et al., 2020).

Na categoria “visível” contemplam: (i) assistência social e previdência (LnDempAssPre); (ii) comunicação (LnDempCom); (iii) segurança e defesa (LnDempSegDef); (iv) educação e cultura (LnDempEduC); (v) urbanismo e habitação (LnDempUHab); (vi) legislativo (LnDempLeg); (vii) saneamento e saúde (LnDempSanSau); (viii) transportes (LnDempTransp); (ix) com pessoal (LnDempPes) e; (x) de capital em investimentos (LnDecapInv).

Para o tipo “não visível” estão: (i) transferências correntes (LnDempTrCo); (ii) administração (LnDempAdm); (iii) energia (LnDempEn); (iv) gestão ambiental, agricultura e organização agrária (LnDempGeAmb); (v) indústria, comércio e serviços (LnDempInd) e, por fim; (vi) judiciária (LnDempJud). [ver Tabela 7 e 8]

As variáveis explicativas principais são as indicações ideológicas (IdEsq, IdDir e IdCent) do tipo binária (*dummy*), que captura o efeito das ideologias partidárias na composição da despesa, o que evidencia a existência ou não de influências em possíveis alterações e remanejamentos nas categorias de despesa mais visíveis e menos visíveis. A despesa empenhada defasada (LnDefEmpFu), por sua vez, se justifica pela necessidade metodológica para obter consistência na estimação por modelos dinâmicos e, por que demonstra a persistência ao longo do tempo, capturando o movimento das decisões de gasto ao longo do tempo, uma vez que o orçamento atual pode sofrer efeitos do ano anterior.

Utilizou-se o tamanho populacional estimado anual (LnTamPop) como uma das variáveis de controle, possibilitando dados atualizados em coerência com o período escolhido (2001-2021). Para tanto, a variável Crise diz respeito aos momentos críticos na economia brasileira desde 1995 com a crise mexicana até a pandemia da Covid-19 de 2020, perpassando por inúmeras outras tão graves quanto, de acordo com os boletins do Codace (FGV-IBRE). Dessa forma, torna-se possível compreender as nuances do comportamento das decisões públicas municipais sobre suas despesas nestes períodos críticos, especificamente. A variável Reeleição (Reelei), por sua vez, pode demonstrar se os espectros ideológicos detêm relação preponderante ou ocasional nas situações em que determinados incumbentes estejam em condições para se reeleger, comparativamente àqueles que estão tentando o primeiro mandato.

A variável PIB *per capita* do Estado da Federação (PIBCapEst) representa onde se encontra o município, podendo capturar as condições econômicas da região, uma vez que os

municípios se situam em diferentes Estados e realidades territoriais, como se dá no cenário brasileiro. Por se tratar de valor agregado, reflete o nível de desenvolvimento econômico e a capacidade tributária regional, impactando a composição das despesas dos respectivos municípios vinculados.

O IFDM (Firjan) trata-se de um indicador reconhecido, que aborda informações sobre emprego e renda, educação e saúde. Apesar de não abranger todo o período definido, foi aplicado no recorte de 2013 a 2021 devido a disponibilidade dos dados. A importância desta variável é buscar entender o desenvolvimento humano em escala municipal, possibilitando pontos de vista que orientem sobre existência ou não de efeitos nas despesas em conjunto com os dados ideológicos.

Por último, tem-se a variável logarítmica natural da despesa empenhada total ($\ln\text{DempTotal}$), que assume a soma dos valores de todas as funções da despesa para aquele município e período específico. Sua importância é controlar o modelo estatístico voltado à variação dentro da composição e não sobre o nível de aumento em si, o que permite interpretar as influências ideológicas restritas a este quesito de remanejamento da despesa, cerne do objetivo principal deste artigo.

A amostra contou com informações de várias bases, totalizando 4.578.881 observações brutas ao longo do período entre 2001 e 2021, para os 5.570 municípios brasileiros, com exceção da variável IFDM, disponível a partir de 2013. O conjunto de informações conta com dados das despesas orçamentárias por funções, de característica longitudinal, e também informações demográficas e ideológicas, um indicador de desenvolvimento municipal, além de uma medida econômica agregada e dados sobre períodos de crise. [ver Tabela 8]

Da base de dados *ipeadata*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foram coletados: Tesouro Nacional (TN), despesas empenhadas por funções, e despesas gerais empenhadas de pessoal e de investimentos ; IBGE, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Estado e, o tamanho populacional anual estimado.

Os dados da base *Estatísticas Eleitorais*, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram: dados dos partidos, resultados das eleições municipais com dados sobre nome, partido e quantidade de votos. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2013 a 2021, advém da base da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). As ideologias partidárias dos governos municipais foram provenientes dos metadados da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), desenvolvida pela FGV e *Oxford University*, utilizando-se de método classificatório aplicado nos estudos de Bartoluzzio et al. (2023) e Power e Rodrigues-Silveira (2019). [vide Tabela 6]

Tabela 8*Quantidade de observações totais do estudo*

VARIÁVEIS	Visibilidade	Nº Observações
DEmpFu – Assistência Social e Previdência	+	113376
DEmpFu – Comunicação	+	113376
DEmpFu – Segurança e Defesa	+	113376
DEmpFu – Educação e Cultura	+	112791
DEmpFu – Urbanismo e Habitação	+	113376
DEmpFu – Legislativo	+	113376
DEmpFu – Saneamento e Saúde	+	112688
DEmpFu – Transportes	+	113376
DEmpFu – Transferências Correntes	-	113392
DEmpFu – Administração	-	113392
DEmpFu – Energia	-	113392
DEmpFu – Gestão Ambiental, Agricultura e Organização Agrária	-	113392
DEmpFu – Indústria, Comércio e Serviços	-	113392
DEmpFu – Judiciária	-	113392
DEmpFu – Pessoal	+	113376
DEmpFu – de Capital (Investimentos)	+	113376
DempTotal – Despesas Empenhadas Totais	N/A*	113392
DefEmpFu – Assistência Social e Previdência	N/A*	113121
DefEmpFu – Comunicação	N/A*	113121
DefEmpFu – Segurança e Defesa	N/A*	113121
DefEmpFu – Educação e Cultura	N/A*	112545
DefEmpFu – Urbanismo e Habitação	N/A*	113121
DefEmpFu – Legislativo	N/A*	113121
DefEmpFu – Saneamento e Saúde	N/A*	112430
DefEmpFu – Transportes	N/A*	113121
DefEmpFu – Transferências Correntes	N/A*	113137
DefEmpFu – Administração	N/A*	113137
DefEmpFu – Energia	N/A*	113137
DefEmpFu – Gestão Ambiental, Agricultura e Organização Agrária	N/A*	113137
DefEmpFu – Indústria, Comércio e Serviços	N/A*	113137
DefEmpFu – Judiciária	N/A*	113137
DefEmpFu – Pessoal	N/A*	113121
DefEmpFu – de Capital (Investimentos)	N/A*	113121
Ideologia de Esquerda	N/A*	108832
Ideologia de Direita	N/A*	108832
Ideologia de Centro	N/A*	108832
Tamanho Populacional Estimado Anual	N/A*	116813
Crises Econômicas	N/A*	116949
Reeleição	N/A*	116949
IFDM – 2013 a 2021	N/A*	49729
PIB <i>per capita</i> estadual	N/A*	116949
Total de Observações		4578881

Nota: (*) N/A: não se aplica. Fonte: elaboração própria

3.3.3. Procedimentos de análise

O objetivo da pesquisa é investigar a influência da orientação ideológica dos partidos políticos na alocação de despesas dos municípios brasileiros, à luz da TCPO, portanto, os dados foram construídos em painel organizado por município em ordem crescente de acordo com a

identificação numérica padrão do IBGE, considerando as cinco regiões brasileiras para detecção de achados coerentes com a realidade situacional e diversa do cenário em questão.

Foi aplicado um modelo adaptado dos ciclos políticos de Drazen e Eslava (2010), cujo objetivo original é analisar se o período eleitoral influencia a composição das despesas públicas em um orçamento fixo de nível total [ver Eq3].

$$f_{it} = \alpha_i + \beta_1 \cdot f_{it-1} + \sum_k c_k x_{k,it} + \sum_l c_l y_{l,it} + d \cdot election_t + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Onde:

- f_{it} é a despesa pública em determinada categoria no município i e no ano t ;
- α_i é um efeito fixo específico do município, para aspectos inobserváveis;
- f_{it-1} é a despesa do município no ano anterior (componente dinâmico/defasado);
- $x_{k,it}$ são variáveis de controle que variam por município e tempo;
- $y_{l,it}$ são variáveis de controle que variam apenas no tempo;
- $election_t$ se trata de uma variável *dummy* que indica o ano eleitoral;
- d é o coeficiente de interesse, para capturar o efeito das eleições sobre a despesa da categoria f e o;
- ε_{it} é o termo de erro.

Para o presente estudo, sobre o modelo supracitado, foi substituída a variável explicativa referente ao ano de eleição pelas variáveis ideológicas (esquerda, centro e direita), além de incorporar as despesas defasadas em todos os anos, não somente nos anos eleitorais, uma vez que o propósito do estudo não possui foco apenas em anos de eleição. Foram executadas análises descritivas essenciais sobre o conjunto amostral, como médias, variâncias, desvios-padrão, máximos e mínimos.

Os valores das variáveis dependentes estão em formato *per capita* e foram transformados em \ln (logaritmo natural) para estabilizar a variância dos dados, além disso, foram higienizados os painéis completamente zerados ou que houvesse zero nas funções de saneamento e saúde (DempSanSau) e/ou educação e cultura (DempEduC), devido à obrigatoriedade constitucional para ambas. Todos os valores referentes às despesas por funções, incluindo defasadas, e o PIB *per capita* por Estado foram atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) para a data-base de 12/2021 (último período), com o objetivo de mitigar o efeito da inflação e promover a comparabilidade.

Para executar a análise inferencial dos dados o estudo se valeu da ferramenta *Software Stata*[®] versão 16.1 *Special Edition*. Nele, foram realizados os testes de colinearidade VIF, de autocorrelação Wooldridge e para raiz unitária o de Fisher (para painel desbalanceado), além de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg e White's, com decomposição Cameron & Trivedi's, para heterocedasticidade, assimetria e curtose. Hausman foi executado para verificação qualitativa do conjunto de dados e qual o modelo adequado de efeitos (fixos ou aleatórios) para a amostra.

Os testes demonstraram que o conjunto de dados em painel: (i) não apresenta multicolinearidade importante (médias VIF entre 1 e 2), mostrando independência entre as variáveis; (ii) que há forte autocorrelação de primeira ordem nos resíduos (p-valeu < 0,01 – teste de Wooldridge), indicando persistência de erro entre períodos, algo esperado para o tipo de dados da pesquisa; (iii) há expressiva heterocedasticidade, assimetria e curtose nos resíduos da regressão (p-value igual a 0,000 em Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, White's e decomposição Cameron & Trivedi's), ou seja, apresentam desvios de normalidade; (iv) há comprovação de que as variáveis dependentes não se comportam como uma raiz unitária em todos os municípios (p-value = 0,000 para o teste Fisher-ADF) e; (v) obteve consistência para modelagem estatística por efeitos fixos (FE) em teste de Hausman.

Dadas estas características pensou-se primeiramente no método *Generalized Method Moments* com abordagem Arellano-Bond (1991), devido à endogeneidade das variáveis defasadas do modelo original, principalmente. No entanto, o método GMM-AB não pode ser validado pelos testes de Sargan e de Hansen (*J-test*), devido à elevada sensibilidade para com amostras grandes e períodos moderados, por causa do número de restrições de sobreidentificação (Bowsher 2002; Wooldridge, 2001; Drazen & Eslava, 2010), escolhendo direcioná-lo apenas para checagem de robustez.

Ademais, o artigo se valeu do modelo adaptado de Drazen e Eslava (2010), formulado com o intuito de capturar o efeito das ideologias de esquerda e direita (usando a ideologia de centro como referência interpretativa), como se vê na Eq4.

$$\begin{aligned} \ln DEmpFu_{it} = & \alpha_i + \beta_1 \cdot \ln DefEmpFu_{it-1} + \beta_2 \cdot \ln TamPop_{it} + \\ & \beta_3 \cdot Crise_t + \beta_4 \cdot Reelei_{it} + \beta_5 \cdot IFDM_{it} + \beta_6 \cdot PIBCapEst_t + \\ & \beta_7 \cdot \ln DempTotal_{it} + d \cdot Ideologia + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (4)$$

Diante disso, determinou-se como método estimativo principal o modelo longitudinal de regressão por efeitos fixos (comando *xtreg* no *Stata*) com erros-padrão robustos *clusterizados* por ID dos municípios, para mitigação das distorções elencadas, com base em

Wooldridge (2023, p. 435), embora seja permitida uma forma limitada de endogeneidade (Fávero & Belfiore, 2017). A título de robustez dos resultados definiu-se por executar adicionalmente os estimadores *Difference GMM two-step* com erros-padrão robustos (comando *xtabond*) mais testes de autocorrelação AR(1)/AR(2), e como terceira via de consistência estatística examinou-se o painel a partir da matriz de instrumentos sugerida por Anderson e Hsiao (1982) em primeiras diferenças, via IV/GMM-2SLS (comando *ivreg2*), sem sobreidentificação, isento de validação dos testes de Hansen e/ou Sargan.

3.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.4.1. Análise descritiva

Na Tabela 9 estão dispostos por região o detalhamento descritivo de todas as variáveis explicativas e de controle formuladas para o modelo estimativo, considerando o período de 2001 a 2021. As variáveis de tamanho populacional (*lnTamPop*), despesa empenhada total (*lnDempTotal*) e todas as dependentes (*lnDempFu*) para este artigo estão em logaritmo natural para diminuir distorções dos dados, porém para esta análise específica as mesmas foram inseridas em seus formatos originais, para maior clareza dos resultados.

É observado que o tamanho populacional (*TamPop*) exibe maior média na região Sudeste, e maior concentração de municípios medianos nas regiões Norte e Nordeste, enquanto Sul e Centro-Oeste possuem municípios com médias populacionais menores. Importa destacar a expressiva diferença (desvio-padrão) que há entre os municípios do Sudeste, devido aos seus grandes centros urbanos.

A variável Crise demonstrou na análise que 38% do período estão envoltos em situações de turbulência econômica e/ou de outras naturezas, o que denota forte presença de instabilidades, gerando desafios ao orçamento público de forma geral. A reeleição (Reelei) ocorreu em aproximadamente 40% dos municípios, para todas as regiões, destacando uma ligeira vantagem no contexto do Norte do Brasil, com 43%.

O IFDM, Firjan, destaca as regiões Sul e Sudeste com as maiores médias, seguido pelo Centro-Oeste, todos acima de 0,5. As regiões Norte e Nordeste tiveram médias entre 0,37 e 0,38, respectivamente, permitindo ver diferenças consideráveis entre as regiões brasileiras. A região Sudeste apresentou isoladamente o maior índice (0,909 em Águas de São Pedro/SP) e o Nordeste, a menor (0,101 em Cachoeira Grande/MA).

Tabela 9

Estatística descritiva das variáveis explicativas – por região do Brasil [2001-2021]

REGIÃO SUL						REGIÃO SUDESTE					
Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max	Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
TamPop	24979	23624.81	81936.64	932.00	1963726.00	TamPop	35028	49280.60	337683.80	771.00	1.24e+07
Crise	25011	.3809524	.4856306	0.00	1.00	Crise	35028	.3809524	.4856278	0.00	1.00
Reelei	23820	.4178002	.4932073	0.00	1.00	Reelei	33360	.4111511	.4920499	0.00	1.00
IFDM*	10452	.6181497	.0910744	.3172	.8718	IFDM*	15000	.5907095	.1034212	.2112	.9096
PIBCapEst	25011	41.59	8.11	26.78	58.40	PIBCapEst	35028	41.67	13.18	20.72	64.10
DempTotal	24738	6307.80	3189.28	3.79	45197.31	DempTotal	34445	5704.06	3221.06	48.94	52406.39
IdEsq	23864	.0436641	.2043509	0.00	1.00	IdEsq	32292	.0766444	.2660305	0.00	1.00
IdCent	23864	.8003688	.3997315	0.00	1.00	IdCent	32292	.8481048	.3589248	0.00	1.00
IdDir	23864	.1559671	.3628318	0.00	1.00	IdDir	32292	.0752508	.2637997	0.00	1.00
REGIÃO CENTRO-OESTE						REGIÃO NORTE					
TamPop	9766	25191.21	84929.55	886.00	1555626.00	TamPop	9439	35962.50	120551.30	970.00	2255903.00
Crise	9786	.3809524	.4856457	0.00	1.00	Crise	9450	.3809524	.4856466	0.00	1.00
Reelei	9320	.4064378	.4911945	0.00	1.00	Reelei	9000	.432	.4953819	0.00	1.00
IFDM*	4186	.5329947	.0877678	.2337	.8027	IFDM*	4026	.3716918	.1100452	.1231	.7303
PIBCapEst	9786	34.91	9.15	19.86	65.42	PIBCapEst	9450	23.04	6.13	11.96	36.12
DempTotal	9493	6134.12	3140.44	237.12	42120.95	DempTotal	8742	4737.77	13231.32	114.44	788637.10
IdEsq	9215	.0556701	.229296	0.00	1.00	IdEsq	8894	.0735327	.2610236	0.00	1.00
IdCent	9215	.8511123	.355997	0.00	1.00	IdCent	8894	.8330335	.3729669	0.00	1.00
IdDir	9215	.0932176	.2907529	0.00	1.00	IdDir	8894	.0934338	.2910557	0.00	1.00
REGIÃO NORDESTE											
TamPop	37664	30014.28	112788.00	1050.00	2998056.00	PIBCapEst	37674	17.45	4.51	7.52	26.65
Crise	37674	.3809524	.4856274	0.00	1.00	DempTotal	35974	4223.93	2020.55	4.46	35027.81
Reelei	35880	.4275362	.494728	0.00	1.00	IdEsq	34567	.0852258	.2792214	0.00	1.00
IFDM*	16065	.3878328	.0907079	.1018	.8182	IdCent	34567	.8109469	.3915565	0.00	1.00
						IdDir	34567	.1038273	.3050409	0.00	1.00

Nota: (*) referente ao período de 2013-2021. Fonte: dados da pesquisa.

Quando se observa a variável do PIB estadual (PIBCapEst) as regiões Sul e Sudeste se colocam praticamente empatadas, ou seja, são as regiões que mais geram riqueza por habitante (R\$ 41,59 e R\$ 41,67, respectivamente). O Centro-Oeste tem um resultado médio neste quesito 19% menor que as mais ricas, seguido pela região Norte (80% menor que Sul e Sudeste) e, por fim, a região com mais dificuldades em geração de riqueza no período: o Nordeste, com média de R\$ 17,45 (em milhares), ou, 138% menor que as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste). A despesa empenhada total (DempTotal) *per capita*, por sua vez, apresenta maiores valores médios nas regiões Sul e Centro-Oeste, seguido da região Sudeste. Enquanto isso, região Nordeste é a que demonstrou menor despesa empenhada total por habitante.

Sobre as ideologias é interessante frisar que todas as cinco regiões brasileiras apresentaram índices de participação do Centro (IdCent) com mais de 80%, sendo a região mais centrista o Centro-Oeste, seguido do Sudeste. Em relação aos outros dois polos ideológicos, a esquerda figura mais forte comparativamente na região Nordeste, com 8,5% de participação nos dados do painel, seguido de forma próxima do Sudeste e Norte. A direita se mostra mais expressiva na região Sul (15,6%), acompanhada logo em seguida pela região Nordeste (10,4%).

O que se depreende sobre os dados da ideologia é que se percebe que todas as regiões convergem para o centro ideológico, um fenômeno que se desenvolve há décadas, que o Nordeste é mais centrista e de direita do que de esquerda e que apenas no Sudeste a ideologia de esquerda e de direita aparecem empatadas na participação relativa sobre os governos municipais eleitos daquela região, que a maior amplitude entre os polos ocorre na região Sul com larga vantagem da ideologia direitista, o que também acontece na região Centro-Oeste, embora com menor diferença em prol da direita. Demais regiões não há esta expressividade e em nenhuma delas a ideologia esquerdista tem prevalência sobre a direita, no que diz respeito ao pleito municipal brasileiro, especificamente.

A Tabela 10 refere-se às variáveis dependentes da pesquisa, de âmbito nacional, para o período de 2001 a 2021, embora logarítmicas no modelo de estimação aqui foram analisadas apenas no estado *per capita*. Nela é exibido que as despesas correntes com pessoal (DempPes), com educação e cultura (DempEduC), saneamento e saúde (DempSanSau) e com administração (DempAdm) são as funções da despesa pública mais importantes no orçamento brasileiro. Contudo, percebe-se que todas as variáveis sofrem com desvios-padrão elevados.

Tabela 10*Estatística descritiva das variáveis dependentes - Brasil [2001-2021]*

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
DempPes	113375	1662.71	1552.96	0.00	286985.70
DempAssPre	113371	217.38	342.20	0.00	80445.18
DempCom	113374	1.95	11.80	0.00	1156.35
DempSegDef	113376	8.80	30.02	0.00	1375.17
DempEduC	112791	987.91	899.64	.05	181482.90
DempUHab	113375	298.89	359.24	0.00	58535.49
DempLeg	113372	115.56	151.35	0.00	30819.13
DempSanSau	112688	816.95	585.00	.06	72860.40
DempTransp	113375	150.71	277.82	0.00	34509.83
DecapInv	113375	350.83	497.26	0.00	72242.46
DempAdm	113391	526.35	499.36	0.00	57378.58
DempAmb	113389	95.78	186.28	0.00	21589.75
DempEner	113391	12.13	39.48	0.00	4513.45
DempInd	113391	17.19	90.10	0.00	21049.09
DempJud	113391	6.17	41.90	0.00	4926.30
DempTrCo	113390	69.08	250.39	0.00	58143.65

Fonte: dados da pesquisa

De forma geral, com relação às despesas mais ou menos visíveis, observa-se que as menos visíveis ao eleitorado possuem médias de empenho *per capita*s bem mais tímidas que as visíveis, demonstrando claramente uma diferença, porém, ainda não se podendo afirmar que há uma redistribuição na composição do gasto total.

3.4.2. Análise multivariada

Foi construída uma tabela unificada com as estimações sobre o Brasil e por suas regiões [Tabela 11]. Os resultados da regressão para cada despesa empenhada receberam tratamento adicional de robustez com duas estimações em GMM, uma com matriz Arellano-Bond (1991) e outra com abordagem Anderson-Hsiao (1982) e encontram-se em tabelas no apêndice B do presente trabalho.

Na Tabela 11 pode-se verificar os resultados das estimações multivariadas, contemplando as amostragens para nível Brasil e regionais, considerando o período longitudinal de 2001 a 2021, com exceção da variável IFDM, cuja disponibilidade se limitou aos anos entre 2013 e 2021 (nove exercícios fiscais).

O intervalo de confiança padrão para as análises estatísticas foi de 95% e os coeficientes são interpretados com moderação da despesa total (lnDempTotal) para captura de mudanças na composição integral da despesa. Para observar o comportamento da despesa pública em relação

às ideologias (IdEsq, IdCent e IdDir) dentro da composição, assim como as informações das demais variáveis, foram segregadas as funções da despesa em duas: “mais visíveis” e “menos visíveis” ao eleitorado [ver Tabela 8]. Para tanto, o intuito desse critério foi dar mais objetividade e compreensão sobre a eventual influência da ideologia sob o contexto de composição geral orçamentária e não de simples variações de níveis da despesa.

Tabela 11

Regressão FE robust cluster ID por município – Brasil e Regiões [2001-2021]

$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{t+} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{IFDM}_{it} + \beta_6 \text{PIBCapEst}_{t+} + \beta_7 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_8 \text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$											
Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas										Const
	lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	IFDM*	PibCapEst	lnDempTotal	IdEsq**	IdDir**		
BRASIL											
lnShareVis	coef.	.394545	-.0188445	.0010088	-.0141823	.0192385	-.0084353	.3566524	.0243009	.0077505	.6795934
	p-value	0.000	0.196	0.529	0.000	0.648	0.000	0.000	0.000	0.063***	0.000
lnShareInv	coef.	.2845681	-.0845041	.1108537	.0002469	.4142521	.0120252	-.0758773	.0134225	-.0385764	2.258.425
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.918	0.000	0.000	0.000	0.009	0.000	0.000
SUL											
lnShareVis	coef.	.4516023	.2182944	.0075338	-.0004335	.1365917	-.0141095	.5478237	-.0175545	.0217957	-311.994
	p-value	0.000	0.000	0.014	0.909	0.082	0.000	0.000	0.094***	0.000	0.000
lnShareInv	coef.	.2315549	-.2863136	.1043744	-.0144631	.2291354	.0165333	-.258354	-.0060962	-.0635527	5.751.613
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.005	0.125	0.000	0.000	0.691	0.000	0.000
SUDESTE											
lnShareVis	coef.	.3909501	.0046082	-.012036	-.0136457	-.0166668	-.008522	.4133967	.0328966	-.0106047	.1690385
	p-value	0.000	0.879	0.000	0.000	0.802	0.000	0.000	0.000	0.169	0.582
lnShareInv	coef.	.3029831	-.1058088	.1266545	.0034694	.4439568	.0126487	-.062871	.0282508	-.0227396	2.279.935
	p-value	0.000	0.005	0.000	0.390	0.000	0.000	0.004	0.001	0.010	0.000
CENTRO-OESTE											
lnShareVis	coef.	.27138	.0551062	.0077366	-.0046989	-.2588146	-.0059873	.3841429	.1031749	.0134389	.4439369
	p-value	0.000	0.139	0.213	0.537	0.092	0.000	0.000	0.000	0.409	0.329
lnShareInv	coef.	.3318833	-.0993353	.0924141	.0120854	.4022529	.0107507	-.0156767	.0032078	.0110316	1.755.859
	p-value	0.000	0.019	0.000	0.165	0.011	0.000	0.496	0.868	0.488	0.000
NORTE											
lnShareVis	coef.	.3327307	.0490448	-.0014183	-.0065506	-.5239985	-.0257101	.5181242	-.0000918	.0004079	-.7372274
	p-value	0.000	0.186	0.847	0.490	0.009	0.000	0.000	0.996	0.982	0.098
lnShareInv	coef.	.2153958	-.2218266	.095467	-.0119117	.4336009	.0184041	-.1106152	.0249263	-.0454056	3.787.513
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.203	0.007	0.000	0.000	0.217	0.027	0.000
NORDESTE											
lnShareVis	coef.	.3753513	.2037782	.0003016	-.0088512	.0589087	-.0485982	.5982133	.0011082	-.0266318	-2.873.083
	p-value	0.000	0.000	0.921	0.038	0.404	0.000	0.000	0.896	0.002	0.000
lnShareInv	coef.	.3037387	-.0350487	.1101786	-.0012653	.4206223	.0197651	-.1078845	.0232805	-.0311756	1.807.187
	p-value	0.000	0.280	0.000	0.769	0.000	0.000	0.000	0.004	0.000	0.000

Nota: (*) referente ao período 2013-2021. (**) com IdCent como categoria de referência. (***) nível de confiança à 10%. Fonte: dados da pesquisa. N° Obs.: **541.936**

Para a verificação desta dinâmica na composição foi preciso agregar as variáveis dependentes de despesas empenhadas e classifica-las em duas principais (DempVis; DempInv) de acordo com as mais ou menos visíveis e depois criar mais duas variáveis proporcionais (ShareVis; ShareInv) para ponderação com a despesa total (lnDempTotal), com a ideia de executar o modelo de regressão para obtenção de observações agrupadas por aqueles tipos, e otimizar o poder interpretativo sob o ponto de vista da composição da despesa.

Prosseguindo a análise, os dados da Tabela 11 sugerem que o PIB *per capita* Estadual em contexto brasileiro tendem a diminuir 1% das despesas mais visíveis para cada unidade aumentada de PIB *per capita* do Estado e aumentar 1,2% no empenho médio das despesas com menor visibilidade. Ocorre o mesmo fenômeno para todas as regiões brasileiras com destaque para a região Nordeste (-5%) na redução das despesas mais visíveis e no aumento das despesas menos visíveis nas regiões Norte e Nordeste com aproximadamente 2% para ambas.

Para a variável IFDM é indicado nos resultados que em âmbito nacional o aumento do desenvolvimento municipal aumentaria em média 42% na alocação para as despesas menos visíveis dentro de uma composição, comportamento semelhante acontece em todas as regiões brasileiras, com exceção do Sul. Apenas a região Norte apresentou resultado estatisticamente significativo para as despesas mais visíveis, sugerindo que nesta localidade específica há tendência de que as cidades que melhoram seu IFDM reduzem este tipo de despesa em média 52%. Estas descobertas orientam para uma compreensão de que municípios com mais igualdade social, educacional e econômica tendem a não gerar CPOs em seus pleitos eleitorais.

A variável de reeleição (Reelei) demonstrou que nos municípios brasileiros e das regiões Sudeste e Nordeste quando um dos candidatos está tentando se reeleger naquele pleito, há redução média no empenho de despesas mais visíveis ao eleitorado. Apenas a região Sul (-1,5%) trouxe dados significativamente estatísticos para uma diminuição de despesas menos visíveis onde há candidatos à reeleição. Estas informações contradizem os trabalhos de Klein (2010), Klein e Sakurai (2014), Bartoluzzio e Anjos (2020) sobre municípios brasileiros, e de Santos (2024) sobre municípios paraenses.

Em anos de crise os resultados da pesquisa evidenciaram que tanto no Brasil quanto em suas cinco regiões existe um aumento médio de 10% na alocação para despesas de menor visibilidade. Apenas Sul indicou aumento de 1% nas despesas mais visíveis e o Sudeste com redução de 1%. Por fim, os resultados demonstraram que para o aumento de uma unidade no tamanho populacional (lnTamPop), tanto o Brasil quanto suas regiões (com exceção do Nordeste) acontece redução no empenho médio de despesas menos visíveis e apenas a região Sul evidenciou aumento (22%) no grupo de despesas mais visíveis.

A variável ideologia é um conjunto de *dummies* que foi definida como a principal explicativa do modelo e seus coeficientes são interpretados considerando a ideologia de centro (IdCent) como categoria de base referencial para as demais, de modo que os valores demonstram a média em relação ao centro ideológico. Esta operação foi realizada para evitar a multicolinearidade que existiria se fossem colocadas as três variáveis (IdEsq, IdDir e IdCent) no mesmo modelo.

Em síntese, os resultados sobre o papel da ideologia na alocação das despesas públicas de municípios brasileiros, estão contemplados na Tabela 12, oriunda dos dados constantes da Tabela 11. Pode-se observar que os índices das colunas 3 e 4 referem-se à dinâmica da ideologia de centro em relação à esquerda (coluna 3) e direita (coluna 4), enquanto as colunas 5 e 6 discorrem apenas sobre a diferença e amplitude entre esquerda e direita, derivada daquelas.

Tabela 12

Síntese dos Resultados da Ideologia – Regressão Brasil e regiões [2001-2021]

Amostra	Despesa	Centro em relação		Diferença	
		Esquerda	Direita	Esquerda	Direita
Brasil	Mais Visíveis	-2.4%	-0.8%	+1.6%	-1.6%
	Menos Visíveis	-1.3%	+3.8%	+5.1%	-5.1%
Sul	Mais Visíveis	+1.7%	-2.2%	-3.9%	+3.9%
	Menos Visíveis	I/E*	+6.3%**	I/E*	-6.3%**
Sudeste	Mais Visíveis	-3.3%**	I/E*	+3.3%**	I/E*
	Menos Visíveis	-2.8%	+2.3%	+5.1%	-5.1%
Centro-Oeste	Mais Visíveis	-10%**	I/E*	+10%**	I/E*
	Menos Visíveis	I/E*	I/E*	I/E*	I/E*
Norte	Mais Visíveis	I/E*	I/E*	I/E*	I/E*
	Menos Visíveis	I/E*	+4.5%**	I/E*	-4.5%**
Nordeste	Mais Visíveis	I/E*	+2.6%**	I/E*	-2.6%**
	Menos Visíveis	-2.3%	+3.1%	+5.4%	-5.4%

Nota: (*) I/E: insignificância estatística. (**) resultados sugestivos embasados apenas em um coeficiente ideológico. Fonte: dados da pesquisa

Os resultados apresentados na Tabela 12 evidenciam uma marcada heterogeneidade regional nos efeitos ideológico-partidários sobre a alocação das despesas públicas, bem como diferenças sistemáticas entre funções orçamentárias classificadas como “mais visíveis” e “menos visíveis”. Esse padrão empírico é consistente com os pressupostos da TCPO de Drazen e Eslava (2010), ao indicar comportamento oportunista dos governos nas composições orçamentárias, embora não de maneira uniforme, sendo condicionado tanto pela saliência eleitoral das rubricas orçamentárias quanto pelo ambiente institucional e regional.

No plano nacional, observa-se que, nas despesas “mais visíveis”, governos centristas apresentam reduções relativas em comparação aos governos de esquerda e direita (-2,4% e -0,8%, respectivamente). A comparação direta entre os espectros ideológicos revela, ainda, assimetria favorável à direita (-1,6%) e desfavorável à esquerda (1,6%). Esse padrão sugere uma postura mais cautelosa do centro ideológico em relação a gastos de elevada exposição pública, possivelmente em resposta a restrições fiscais, riscos reputacionais ou maior vigilância

institucional. Em contraste, nas despesas “menos visíveis”, os governos de centro registram incremento expressivo (3,8%) comparado à direita, enquanto em relação à esquerda apresentam retração (-1,3%), o que reforça a hipótese de realocação estratégica para categorias de menor escrutínio social. Adicionalmente, ao se comparar diretamente os governos de esquerda e direita nesse tipo de despesa, observa-se aumento relativo de 5,1% para os governos de esquerda e redução proporcional para os de direita durante os mandatos, indicando padrões diferenciados de oportunismo fiscal entre espectros ideológicos.

Na Região Sul, os resultados apontam para uma inversão parcial desse comportamento. Nas despesas “mais visíveis”, governos de centro apresentam variação positiva em relação aos de esquerda (1,7%), enquanto reduzem seus gastos (-2,2%) em comparação à governos direitistas, sinalizando possíveis diferenças programáticas na utilização de políticas públicas de maior apelo eleitoral, sobressaindo-se os governos de direita (+3,9%) para este tipo de despesa. No caso das despesas “menos visíveis”, apenas apresentam efeito estatisticamente significativo os resultados do centro em relação à direita (+6,3%), reforçando a evidência de seleção estratégica de rubricas com menor saliência pública. Quando analisados isoladamente, os dados sugerem que governos municipais de direita (-6,3%) realocam menos para despesas de menor apelo eleitoral (-6,3%), o que sugere mais espaço para despesas “mais visíveis”.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste concentram alguns dos efeitos mais robustos observados no estudo. No Sudeste, governos de centro reduzem significativamente as despesas “mais visíveis” em relação aos governos de esquerda (-3,3%), ao passo que a comparação ideológica direta indica aumento relativo da esquerda (+3,3%). Para as despesas “menos visíveis”, verifica-se que governos centristas tendem a reduzir 2,8% em comparação aos governos de esquerda, enquanto ampliam essas alocações em 2,3% comparando-se aos de direita. Quando considerados individualmente, governos de esquerda apresentam aumento de 5,1%, enquanto governos de direita registram redução de mesma magnitude. No Centro-Oeste, esse padrão é ainda mais pronunciado, com redução expressiva dos gastos “mais visíveis” por parte do centro (-10%) frente aos governos de esquerda. Esses resultados sugerem que, em regiões economicamente mais dinâmicas ou politicamente mais competitivas, os governos centristas tendem a adotar estratégias mais intensas de reconfiguração orçamentária, possivelmente como resposta à maior pressão eleitoral e institucional. Para as despesas “menos visíveis”, contudo, não se observam efeitos estatisticamente relevantes nessa região.

Nas regiões Norte e Nordeste, predomina a ausência de significância estatística, sobretudo no que se refere às despesas “mais visíveis”, o que pode refletir maior rigidez orçamentária, elevada dependência de transferências intergovernamentais e menor grau de

discrecionalidade fiscal. Ainda assim, no Nordeste, identifica-se efeito positivo e estatisticamente significativo dos governos de centro nas despesas “mais visíveis” (+2,6%) em comparação aos governos de direita, bem como na análise individual, sugerindo tentativas de ampliação de gastos com maior apelo eleitoral em contextos socioeconômicos mais vulneráveis. No tocante às despesas “menos visíveis”, na Região Norte, os governos centristas apresentam aumento de 4,5% em relação aos de direita. Já no Nordeste, governos de centro apresentam redução dessas despesas em 2,3% comparado aos governos esquerdistas, enquanto ampliam em 3,1% em relação à direita.

De forma agregada, os resultados indicam que a ideologia partidária exerce influência sobre a dinâmica na composição orçamentária, porém seus efeitos são fortemente condicionados tanto pelo tipo de despesa quanto pelo contexto regional. A maior incidência de efeitos significativos nas despesas “menos visíveis”, particularmente associadas a governos de direita, corrobora a hipótese de que categorias orçamentárias de menor transparência são mais suscetíveis à manipulação estratégica. Além disso, a concentração de efeitos expressivos em determinadas regiões evidencia que a dinâmica político-orçamentária no Brasil é estruturalmente heterogênea e mediada por fatores institucionais, econômicos e eleitorais locais. Assim, a Tabela 12 sugere que a TCPO, ao incorporar a dimensão ideológica, amplia seu poder explicativo em ambientes regionais caracterizados por maior competição política e capacidade fiscal, ao passo que, em contextos marcados por maiores restrições estruturais, o comportamento oportunista tende a ser mitigado ou estatisticamente indistinto.

A análise dos resultados apresentados na Tabela 12 evidencia a presença dos pressupostos da TCPO, ao longo de todos os blocos empíricos examinados (nacional e por região). Observa-se que o comportamento oportunista dos governos não se manifesta de maneira homogênea, mas é condicionado simultaneamente pela saliência eleitoral das funções orçamentárias, pela orientação ideológico-partidária dos incumbentes e pelas especificidades institucionais e estruturais das regiões brasileiras. No nível nacional, a realocação diferenciada entre despesas “mais visíveis” e “menos visíveis” indica estratégias eleitorais adaptadas às limitações fiscais e à vigilância pública. Em âmbito regional, os padrões heterogêneos observados, especialmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, caracterizadas por maior competição política e capacidade fiscal, reforçam a ideia de que ambientes institucionais mais dinâmicos potencializam a intensidade dos ciclos político-orçamentários. Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste, a menor significância estatística, associada à rigidez orçamentária e à dependência de transferências intergovernamentais, sugere que restrições estruturais tendem a atenuar ou limitar a materialização empírica desses ciclos. Assim, os achados confirmam que

a TCPO, quando incorporada à dimensão ideológica e analisada sob a ótica das composições, apresenta maior poder explicativo para compreender a dinâmica da alocação orçamentária no contexto federativo brasileiro.

Tais descobertas no campo ideológico e orçamentário deste artigo coadunam os achados sobre municípios brasileiros de: Sakurai (2009); Sakurai e Menezes-Filho (2011); Gouvêa e Girardi (2019); Bartoluzzio e Anjos (2020) e Bartoluzzio et al. (2022), uma vez que não há uma identificação padronizada das dinâmicas orçamentárias mediante influências ideológicas, embora estas existam heterogeneamente. Por outro lado, os resultados contradizem os estudos de Benedictis-Kessner e Warshaw (2018) sobre os EUA, Kolios (2019) sobre a Austrália, Potrafke (2020) em relação aos países da OCDE, Wyse et al. (2022) sobre municípios brasileiros e Machado et al. (2022) para municípios gaúchos, cujos achados se resumem a definir padrões ideológicos para a gestão da despesa como: governos de direita tendem a diminuir gastos e de esquerda tendem a aumentar.

Finalizada esta seção, entende-se que os resultados corroboram boa parte dos estudos anteriores e similares sobre o tema, contribuindo com a TCPO de Drazen e Eslava (2006; 2010) ao ampliar os estudos dos ciclos político-orçamentários com foco nas complexas influências ideológicas de um país latino-americano cujo regime democrático tem características multipartidárias e dinâmicas, e ao perceber que todos os campos ideológicos estudados evidenciaram alguma influência para a concretização de fenômenos de CPOs sob cenários de um orçamento fixo, embora de forma heterogênea. As descobertas do estudo demonstram que o comportamento ideológico pode promover ambientes favoráveis aos CPOs nos municípios brasileiros, a depender da região e ideologia, considerando apenas a reorganização orçamentária da despesa empenhada, independente do período de eleição. Dessa forma, a TCPO é complementada com a visão de que o ano eleitoral não é fator limitante para as práticas de manipulação do voto popular municipal no Brasil, mas, de forma ampla, os partidos políticos se adaptam às normas eleitorais vigentes como a LRF, ao administrarem estrategicamente os empenhos no decorrer de seus mandatos eletivos.

3.5. CONCLUSÃO

O objetivo geral de pesquisa foi investigar a influência da orientação ideológica dos partidos políticos na alocação de despesas dos municípios brasileiros, à luz da TCPO. O modelo teórico de Drazen e Eslava (2010), em síntese, estuda o comportamento orçamentário em anos eleitorais com base na premissa de que os governantes que buscam se reelegerem modificariam

a composição das despesas favorecendo aquelas mais visíveis ao eleitorado, sem elevar o volume total nem criando *déficits*. Valer-se de tal premissa, mas sob a ótica ideológica dos partidos políticos para com a gestão das despesas, trata-se de uma contribuição à esta teoria, pois estudos sobre ela neste sentido são incipientes.

O período escolhido para o estudo foi de 21 anos (2001-2021), com uma amostragem de 5.562 municípios e um modelo legitimado por Drazen e Eslava (2010), que juntos definem sua importância para o desenvolvimento teórico e prático do tema estudado. Dito isto, os resultados sugerem que a ideologia dos partidos políticos influencia a alocação de despesas municipais no Brasil, independentemente da região, porém em uma dinâmica heterogênea, embora de forma geral tais fenômenos não ocorram de maneira padronizada ou sistematizada, coadunando-se com os estudos de Sakurai, 2009, Sakurai e Menezes-Filho, 2011, Gouvêa e Girardi, 2019, Bartoluzzio e Anjos, 2020, Bartoluzzio et al., 2022 e Faria et al, 2025.

Para tanto, pode-se inferir que o multipartidarismo brasileiro e sua dinâmica complexa de funcionamento no decorrer do período (2001-2021) ou até mesmo de conceituação priorizam o pragmatismo político, afastando diferenças significativas entre as ideologias estudadas no que diz respeito à gestão orçamentária, o que aponta para a chamada “crise das ideologias” (Sell, 2006), dando indícios de manipulação estratégica por meio de remanejamentos orçamentários no decorrer dos mandatos (não necessariamente em anos eleitorais) e, por isso, é plausível que não se rejeite a hipótese de pesquisa.

De contribuição teórica o presente estudo trouxe novos elementos que não figuram originalmente no modelo da TCPO de Drazen e Eslava (2010), pois os fatores ideológicos se estabelecem como integrantes específicos de cada região, sobre a realidade subnacional do Brasil. Dessa forma, o estudo apresentou inovação ao campo teórico ao reafirmar a influência ideológico-partidária na reorganização orçamentária das despesas empenhadas, imbuindo diferenciações dentre os tipos ideológicos dos municípios brasileiros. Do ponto de vista prático os achados demonstram que a ideologia, seja ela qual for, provoca mudanças na composição orçamentária municipal, a depender da região e da ideologia, e isso reforça a ideia de que não se trata de uma situação estática, mas dinâmica e heterogênea. Pode-se depreender também que essas influências de manipulação ocorrem independentemente do ano eleitoral, como uma possível adaptação às normas legais de restrição como a LRF (LC nº 101/2000).

Como limitação de pesquisa tem-se a utilização apenas de parte das funções da despesa empenhada, embora o conjunto utilizado seja expressivo. Por conseguinte, optou-se por coletar as informações orçamentárias apenas em âmbito subnacional brasileiro, sem incluir dados de Estados da Federação e da própria União. Sobre as classificações ideológicas não foi viável

desmembrar o centro para centro-esquerda e centro-direita e nem o que se denominaria como extremos de ambos os polos, o que se fosse feito poderia demonstrar mais nuances sobre as descobertas.

Para pesquisas futuras orienta-se uma análise científica nos moldes do modelo da TCPO sobre demais países da América Latina como Colômbia, Equador, Peru, Chile, México, Argentina, dentre outros, para conhecer a realidade da existência ou não de intervenção ideológica nas gestões orçamentárias subnacionais em países com realidades sociais, culturais e econômicas mais semelhantes à do Brasil. Destarte, será possível ampliar o entendimento sobre a temática do orçamento público no território latino-americano e mapear as práticas governamentais que protegem ou fragilizam o voto eleitoral a partir da ótica das ideologias partidárias.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO GERAL

A pesquisa foi realizada em dois estudos complementares, que se embasaram na TCPO de Drazen e Eslava (2006; 2010) para análise e investigação da dinâmica da despesa empenhada (por função) dos municípios brasileiros, tanto em período eleitoral de pleitos municipais [1995-2021] quanto em relação à configuração ideológica dos partidos políticos dos incumbentes [2001-2021]. O critério teórico principal para controle nos modelos estimativos de ambos os estudos foi a despesa empenhada total, ou seja, a composição orçamentária de cada ente em determinado ano, para que os resultados refletissem o comportamento das variáveis sob ambiente de restrição institucional e legal, não apenas por níveis de variação.

Dessa forma, o primeiro estudo evidenciou que os gestores municipais não reconfiguram, em anos de eleição, a composição do orçamento, nem direcionam mais recursos às categorias de maior visibilidade ao eleitor, mas de outra forma, no decorrer de seus mandatos, demonstrando não haver provas consistentes que aconteçam CPOs nos municípios brasileiros para o período estritamente eleitoral, coadunando com os estudos de Crispim et al. (2021) e Spicer, Kushner e Lamarche (2023).

O segundo estudo, por sua vez, analisou o período integral de mandato e demonstrou que a ideologia possui elementos sugestivos de influência na alocação das despesas municipais no Brasil para cenários distintos, atuando de forma heterogênea na manipulação estratégica das composições orçamentárias dos municípios, sintetizando um panorama de influência sem padrões e não sistematizado, corroborando Sakurai (2009), Sakurai e Menezes-Filho (2011),

Gouvêa e Girardi (2019), Bartoluzzio e Anjos (2020), Bartoluzzio et al. (2022) e Faria et al. (2025).

Como conclusão geral do estudo a partir dos achados da dissertação, em resposta ao objetivo geral, pode-se inferir que: (i) no contexto subnacional dos municípios brasileiros os orçamentos públicos não sofrem influência administrativa nos anos eleitorais; (ii) há sugestão para observância às leis vigentes que controlam e fiscalizam as práticas de gestão em períodos de eleição, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal e normativos correlatos; (iii) existe um quadro de adaptação política e de gestão, independente do calendário eleitoral, cujos governos municipais de qualquer tipo ideológico estudado atuam estrategicamente na reorganização de despesas em composições com orçamentos fixos, em contextos nacional e regional, mas de forma heterogênea e; (iv) há indícios de adaptação estratégica dos partidos às normas institucionais, com potenciais implicações para a dinâmica de desenvolvimento e inovação no âmbito municipal.

Este estudo contribui para o avanço da literatura científica ao fornecer evidências empíricas, em nível nacional e regional no contexto brasileiro, acerca da influência dos ciclos político-orçamentários e dos determinantes ideológicos sobre o comportamento das despesas públicas empenhadas, na perspectiva da composição orçamentária preconizada pela TCPO de Drazen e Eslava (2010). Os achados ampliam a compreensão dos mecanismos de interação entre incentivos eleitorais, arranjos institucionais e orientação partidária, oferecendo subsídios relevantes para a comunidade acadêmica, formuladores de políticas públicas e órgãos reguladores. Além disso, os resultados indicam que a existência e o fortalecimento de regras fiscais e institucionais mais rigorosas desempenham papel central na mitigação de distorções oportunistas em períodos eleitorais, refutando em parte o modelo oportunista com expectativas racionais de Rogoff (1990). Simultaneamente, as evidências sugerem que, no âmbito dos municípios brasileiros, a ideologia partidária exerce influência significativa sobre o redirecionamento da alocação das despesas ao longo dos mandatos, reforçando dinâmicas associadas à manipulação eleitoral.

Referências

- Abernethy, M. A., & Brownell, P. (1999). The role of budgets in organizations facing strategic change: an exploratory study. *Accounting, organizations and society*, 24(3), 189-204.
- Aidt, T. S., Veiga, F. J., & Veiga, L. G. (2011). Election results and opportunistic policies: A new test of the rational political business cycle model. *Public Choice*, 148(1-2), 21–44. <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9644-3>
- Åkerman, J. (1947). Political economic cycles. *Kyklos International Review for Social Sciences*, 14(55), 108–118. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6435.1947.tb00420.x>
- Akhmedov, A., & Zhuravskaya, E. (2004). *Opportunistic political cycles: Test in a young democracy setting*. *Quarterly Journal of Economics*, 119(4), 1301–1338. <https://doi.org/10.1162/0033553042476206>
- Alt, J. E., & Lassen, D. D. (2006). Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. *American Journal of Political Science*, 50(3), 530–550.
- Alesina, A. (1987). Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game. *The Quarterly Journal of Economics*, 102(3), 651-678.
- Alesina, A. (1988). Credibility and Policy Convergence in a Two-Party System with rational Voters. *The American Economic Review*, 78(4), 796-805.
- Alesina, A. (1989). Politics and Business Cycles in Industrial Democracies. *Economic Policy*, 4(8), 55-98.
- Anderson, T.W., Hsiao, S. (1982). Formulation and estimation of dynamic models using panel data. *Journal of Econometrics* 18, 67–82.
- Arellano, M., & Bond, S. (1991). Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies*, 58(2), 277–298.
- Arestis, P., de Paula, L. F., & Ferrari-Filho, F. (2009). A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil. *Economia e Sociedade*, 18(1), 1–30. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182009000100001>
- Austen-Smith, D. & J. Banks (1988), Elections, Coalitions, and Legislative Outcomes. *American Political Science Review*. 82, 405-422.
- Balbino, C. E., Colla, E., & Teles, V. K. (2011). A política monetária brasileira sob o regime de metas de inflação. *Revista Brasileira de Economia*, 65(2), 113–126. <https://www.scielo.br/j/rbe/a/4bGtC54hZFFYVg5tTvT8R9n/?format=pdf&lang=pt>
- Banfield, E. C. (1958). Review of *An economic theory of democracy*, by A. Downs. *Midwest Journal of Political Science*, 2(3), 324–325.
- Barcellos, C. V., Nascimento, R. S., & Viotto, R. (2022). Processo eleitoral em municípios Cearenses e ocorrência de ciclos políticos orçamentários. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 25(3), 524-540. <http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v25i3.2934>
- Baron, D. and D. Diermeier (2001), Elections, Governments, and Parliaments in Proportional Representation Systems. *Quarterly Journal of Economics* 16, 933-967.

- Bartoluzzio, A. I. S. de S., & Anjos, L. C. M. dos. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167-180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Bartoluzzio, A. I. S. de S., Batista, A. P., Macedo, M. A. da S., Diniz, J. A., & Lima, S. C. de. (2022). Comportamento partidário, alinhamento ideológico e condição fiscal nos municípios brasileiros a partir dos ciclos político-orçamentários. In *Anais do 22º USP International Conference in Accounting*. São Paulo, Brasil. <https://www.congressosp.fipecafi.org>
- Bartoluzzio, A. I. S., Macedo, M. Á. da S., Queiroz, D. B., Cruz, C. F. da, & Santos, O. M. dos. (2023). Ideologia político-partidária e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 11(1), 134-156. <http://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2023v11n1.64500>
- Basilio, M., & Borralho, C. (2021). Political factors and municipalities debt: An empirical assessment in Portugal. *RIC - Revista de Informação Contábil*, 15, e-021006. <https://doi.org/10.34629/ufpe-iscal/1982-3967.2021.v15.e-021006>
- Bello, A. (2023). Polarização política dinâmica: Evidências do Brasil. *Opinião Pública*, 29(1), 42–68. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202329142>
- Benedictis-Kessner, J., & Warshaw, C. (2018). Politics in forgotten governments: The policy effects of the partisan composition of county legislatures. *The Journal of Politics*, 81(4), 1-15. <https://doi.org/10.1086/706458>
- Benito, B., Guillamón, M.-D., & Ríos, A.-M. (2021). Political budget cycles in public revenues: Evidence from fines. *SAGE Open*, 11(4), Article 21582440211059169. <https://doi.org/10.1177/21582440211059169>
- Bjørnskov, C., & Potrafke, N. (2013). The size and scope of government in the US states: Does party ideology matter? *International Tax and Public Finance*, 20(4), 687–714. <https://doi.org/10.1007/s10797-013-9284-x>
- Block, S. A., & Vaaler, P. M. (2004). The price of democracy: Sovereign risk ratings, bond spreads and political business cycles in developing countries. *Journal of International Money and Finance*, 23(6), 917–946. doi:10.1016/j.jimonfin.2004.05.001
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. UNESP.
- Bolognesi, B., Babireski, F. R., & Maciel, A. P. (2019). Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. *Política & Sociedade*, 18(42), 86–116. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n42p86>
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2023). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *DADOS*, 66(2), e20210164. <https://doi.org/10.1590/dados.2023>
- Bolognesi, B. (2024). Como medir ideologia partidária? *Revista de Sociologia e Política*, 32, 1-25. <https://doi.org/10.1590/1678-98732432e016>
- Bowsher, C. (2002). On testing overidentifying restrictions in dynamic panel data models. *Economics Letters* 77, 211–220.
- Brender, A. & Drazen, A. (2003). Where Does the Political Budget Cycle Really Come from? SSRN: <https://ssrn.com/abstract=462820>

- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52(7), 1271–1295. <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.04.004>
- Brender, A., & Drazen, A. (2008). How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *American Economic Review*, 98(5), 2203–2220. <https://doi.org/10.1257/aer.98.5.2203>
- Brender, A. (2003). The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989–1998. *Journal of Public Economics*, 87(10), 2187–2205. [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(02\)00045-2](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(02)00045-2)
- Bursac, D. D. (2022). Being green in the east: The success and impact of green parties in post-socialist countries. *Przegląd Europejski*, 2, 151-163. <https://doi.org/10.31338/1641-2478pe.2.22.9>
- Cameron, D. R. (1978). The expansion of the public economy: A comparative analysis. *The American Political Science Review*, 72(4), 1243–1261. <https://www.jstor.org/stable/1954537>
- Carreirão, Y. S. (2014). *O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente*. Revista Brasileira de Ciência Política, (14), 255-295. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141410>
- Carreirão, Y. (2015). Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas. *Opinião Pública*, 21(2), 393–429. <https://doi.org/10.1590/0104-62762015000200007>
- Castro, V., & Martins, R. (2017). Politically driven cycles in fiscal policy: In-depth analysis of the functional components of government expenditures. *European Journal of Political Economy*, 50, 12-29. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2017.11.003>
- Chaui, M. de S. (1993). *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. (6a ed.). Cortez Editora.
- Chaia, V. & Brugnago, F. (2014). A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, 7(21), 99-129.
- Chappel, H. W. Jr. & Keech, W. R. (1986). Policy motivation and party differences in a dynamic spatial model of party competition. *American Political Science Review*, 80(3), 881-899.
- Collo, P. A. (1997). Resenha de *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, por S. Mainwaring & T. R. Scully (Eds.). *Stanford University Press*, 2, 257-258.
- Congresso Nacional. (2025). *Parlamentares em exercício*. <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>
- Cópio, H. de F., & Bertussi, G. L. (2024). Polarização política e economia: uma análise do cenário brasileiro recente. *ECO da Graduação*, 1(1), 1-39. <https://www.ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/1>
- Coppedge, M. (1998). The dynamic diversity of Latin American party systems. *Party Politics*, 4(4), 547-568. <https://doi.org/10.1177/1354068898004004007>
- Costa, S. F. (2016). *Ciclos políticos partidários e desigualdade na América Latina: evidências empíricas para os governos de esquerda (1994-2013)?* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

- Dissertações (BDTD). https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_425859fe43e32d797e50ffef529c0c2f
- Costa Neto, J. A., Santos, L. C., & Lucena, W. G. L. (2024). Custos de monitoramento e gestão fiscal de municípios brasileiros: uma análise sob as lentes da teoria da agência e da escolha pública. *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Custos*, São Paulo, SP, Brasil, 20 a 22 de novembro de 2024.
- Couto, L. C. do; Barbosa Neto, J. E. & Resende, L. L. (2020). Flexibilidade do orçamento público perante a execução orçamentária. *Revista Mineira de Contabilidade*, 19(1), 42–54. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2018v19n1t04>
- Covaleski, M., Evans III, J. H., Luft, J., & Shields, M. D. (2006). Budgeting research: three theoretical perspectives and criteria for selective integration. *Handbooks of management accounting research*, 2, 587-624.
- Crispim, S., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. (2021). Ciclo orçamentário político: uma análise nos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 106-123. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2021140104>
- Crispim, G., Rodrigs, M. C., & Alberton, L. (2023). Political Budget Cycle in the Electoral Period: An Investigation in American Countries. *IOSR Journal of Business and Management*, 25(2), 67-79. <https://doi.org/10.9790/487X-2502016779>
- Cukierman, A. & Meltzer, A. (1986). A positive theory of discretionary policy, the cost of democratic government, and the benefits of a constitution. *Economic Inquire*, 24(3), 367-388.
- Cusack, T.R., (1997). Partisan politics and public finance: changes in public spending in the industrialized democracies, 1955–1989. *Public Choice* 91, 375–395.
- Diamond, M. (1959). [Review of the book *An Economic Theory of Democracy*, by A. Downs]. *Journal of Political Economy*, 67(2), 208–211. <https://www.jstor.org/stable/1825401>
- Dias, M. R., Menezes, D. B., & Ferreira, G. C. (2012). A quem serve o Graal? Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). *Civitas*, 12(2), 209–235.
- Diniz, A. S., Silva, L. D. A., Santos, L. C. dos, & Martins, L. S. (2015). Vantagens da implantação das Ipsas na contabilidade pública brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 9(3), 275-294. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v9i3.1226>
- Douglas, J. W., Szmer, J. M., & Raudla, R. (2024). Do politicians behave opportunistically regarding their tax proposals during the election cycle? Evidence from U.S. governors. *Governance*, 2025, e12886. <https://doi.org/10.1111/gove.12886>
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, 65(2), 135-150
- Downs, A. (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp
- Drazen, A. (2000). The political business cycle after 25 years. *Macroeconomics and Political Economy*, 43, 1-43.
- Drazen, A., & Eslava, M. (2004). Political budget cycles when politicians have favorites (Preliminary draft). <https://economia.uniandes.edu.co/sites/default/files/imagenes/eventos/marcela-eslava.pdf>

- Drazen, A., & Eslava, M. (2005). Electoral manipulation via expenditure composition: Theory and evidence (NBER Working Paper No. 11085). *National Bureau of Economic Research*. <http://www.nber.org/papers/w11085>
- Drazen, A., & Eslava, M. (2006). Pork barrel cycles (NBER Working Paper No. 12190). *National Bureau of Economic Research*. <http://www.nber.org/papers/w12190>
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92: 39-52
- Dubois, E. (2016). Political business cycles 40 years after Nordhaus. *Public Choice*. DOI: 10.1007/s11127-016-0313-z
- Fair, R. C. (1975). On controlling the economy to win elections (Cowles Foundation Discussion Paper No. 630). Yale University. <https://elischolar.library.yale.edu/cowles-discussion-paper-series/630>
- Faria, P. A. O. de; Ferreira, C. D.; Crispim, G. & Carmo, C. H. S. do. (2025, Julho 23-25). *Ciclos Político-Orçamentários: uma análise do comportamento do gasto público e a ideologia político-partidária nos municípios goianos*. Anais do XV USP International Conference of Accounting, São Paulo, SP, Brasil. <https://congressosp.fipecafi.org/Arquivos/43/Anais/5189%20.pdf>
- Farris, C. D. (1958). [Review of the book *An Economic Theory of Democracy*, by A. Downs]. *The Journal of Politics*, 20(3), 571–573. <https://www.jstor.org/stable/2127236>
- Fávero, L. P. & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ferreira, C. D., Silva, G. C., Rosa, F. S., & Alberton, L. (2020). Transparência da prestação de contas dos gastos públicos nos governos municipais: um estudo de caso no Estado de Goiás. *Revista Ambiente Contábil*, 12(2), 157 – 178. DOI: 10.21680/2176-9036.2020v12n2ID19090
- Ferris, J. S., & Dash, B. B. (2018). Expenditure visibility and voter memory: A compositional approach to the political budget cycle in Indian states, 1959–2012. *Economics of Governance*, <https://doi.org/10.1007/s10101-018-0216-1>
- Fiorillo, F., & Lucarelli, S. (2024). Political electoral cycles and evolution of Italian health care system financing. *Socio-Economic Planning Sciences*, 94, 101927. <https://doi.org/10.1016/j.seps.2024.101927>
- Franzese, R. J., Jr. (2002). Electoral and partisan cycles in economic policies and outcomes. *Annual Review of Political Science*, 5, 369–421. doi: 10.1146/annurev.polisci.5.112801.080924
- Frey, B., & Lau, L. J. (1968). Towards a mathematical model of government behaviour. *Zeitschrift für Nationalökonomie*, 28(1), 355–380.
- Fuks, M., & Marques, P. H. (2022). Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, 28(3), 560-593. <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>
- García, I., & Hayo, B. (2021). Political budget cycles revisited: Testing the signalling process. *European Journal of Political Economy*, 69, 102030. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2021.102030>
- Garrett, G., & Mitchell, D., (2001). Globalization, government spending and taxation in the OECD. *Eur. J. Pol. Res.* 39, 145–177.

- Gerigk, W., Ribeiro, F., & Lepchak, A. (2018). Que fatores políticos influenciam as políticas públicas reguladas e não reguladas nos pequenos municípios do Nordeste brasileiros? *Revista Ambiente Contábil*, 10(2), 91-113. <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/5344>
- Giambiagi, F., & Tinoco, G. (2023). *Política fiscal no Brasil de 1981 a 2023: uma retrospectiva histórica*. BNDES.
- Giddens, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. UNESP.
- Golden, D. G., & Poterba, J. M. (1980). The price of popularity: The political business cycle reexamined. *American Journal of Political Science*, 24(4), 696–714. <https://doi.org/10.2307/2110954>
- Gomes, A. R. V., Romero, S. A., Mello, G. R., & Lima, S. L. L. (2021). A influência dos gastos por funções ministeriais nas despesas com pessoal de acordo com os ciclos políticos eleitorais. *Revista Alcance*, 28(2), 165-178. [https://doi.org/10.14210/alcance.v28n2\(Mai/Ago\).p165-178](https://doi.org/10.14210/alcance.v28n2(Mai/Ago).p165-178)
- Gonçalves, L. P., Funchal, B., & Bezerra Filho, A. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481. <https://doi.org/10.1590/0034-76121551>
- Gootjes, B., de Haan, J., & Jong-A-Pin, R. (2020). Do fiscal rules constrain political budget cycles? Evidence from 77 countries. *Public Choice*, 1-30. <https://doi.org/10.1007/s11127-020-00797-3>
- Gouvêa, R., & Girardi, D. (2019). Partisanship and local fiscal policy: evidence from Brazilian cities. *UMass Amherst Economics*, 264, 1-37.
- Gralak, A. J., Gerigk, W., & Ribeiro, F. (2023). Investimentos públicos e o ciclo político orçamentário nos grandes municípios brasileiros. *Revista Econômica do Nordeste*, 54(1), 31-48.
- Gremaud, A. P., Vasconcellos, M.A.S. D., Jr., R. T., & Naruhiko, S. (2024). *Economia Brasileira Contemporânea* (9a ed.). Grupo GEN. <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559776450>
- Guerra, D., Paixão, A. N., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 61(3), 695-734. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018171>
- Han, K. (2022). Political budgetary cycles in autocratic redistribution. *Comparative Political Studies*, 55(5), 727–756. <https://doi.org/10.1177/00104140211036038>
- Herwartz, H., & Theilen, B. (2014). Partisan influence on social spending under market integration, fiscal pressure and institutional change. *European Journal of Political Economy*, 34, 409–424. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2013.10.003>
- Herwartz, H., & Theilen, B. (2017). Ideology and redistribution through public spending. *European Journal of Political Economy*. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2016.11.002>
- Herwartz, H., & Theilen, B. (2021). Ideological differences in government spending: Evidence from OECD countries. *Public Choice*, 187(3), 375-401. <https://doi.org/10.1007/s11127-020-00785-7>
- Heywood, A. (2010). *Ideologias políticas, [v.1]: do liberalismo ao fascismo*; trad. Janaína Marco Antonio, Mariane Janikian. (1a ed.). Ática.

- Hibbs Jr., A. D. (1977). Political parties and macroeconomics policy. *American Political Science Review*, 71, 1467-1497.
- Hibbs, D. A. Jr. (1982). On the Demand Economic Outcomes: macroeconomic performance and Mass Political Support in the United States, Great Britain, and Germany. *The Journal of Politics*, 44(2), 426-462.
- Hibbs, D. A. Jr. (1987). *The Political Economy of Industries Democracies*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Hibbs, D. A. Jr. (1992). Partisan Theory After Fifteen Years. *European of Political Economy*, 8, 361-373.
- Hilmi, Y., Hajrioui, K., & El Kezazy, A. (2024). Systematic review of IPSAS standards: The introduction of IPSAS in public establishments. *Edelweiss Applied Science and Technology*, 8(5), 292-306. <https://doi.org/10.55214/25768484.v8i5.1687>
- Jorge, P. A., Faria, M. A. T., & Silva, M. G. da. (2020). Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (33), 1-44. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.227686>
- Kang, Y., Lee, D., & Min, S. (2025). Ideology, intergovernmental transfers, and public health spending: Evidence from South Korea. *Regional Science and Urban Economics*, 110, 104074. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2024.104074>
- Kalecki, M. (1943). Political aspects of full employment. *Political Quarterly*, 7:322-331
- Kitsos, A., & Proestakis, A. (2021). Mediating distributive politics: Political alignment and electoral business cycle effects on municipality financing in Greece. *The Annals of Regional Science*, 66(1), 1–26. <https://doi.org/10.1007/s00168-020-01038-7>
- Klein, F. A. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública (RAP)*, 44(2): 283-337.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2014). Term limits and political budget cycles at the local level: Evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37: 21-36. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008>
- Kluza, K., Kociemska, H., & Rafał, W. (2025). Balancing the books or winning votes: unveiling the power of fiscal strategies in local elections and the fate of prudent mayors. *Regional Studies, Regional Science*, 12(1), 57-75. <https://doi.org/10.1080/21681376.2025.2454275>
- Kolios, B. (2019). Political business cycles in Australia: Elections and party ideology. *Journal of Time Series Econometrics*, 11(2), 1-20. <https://doi.org/10.1515/jtse-2017-0012>
- Kramer, G. H. (1971). *Short-term fluctuations in U.S. voting behavior* (Relatório técnico). Yale University, Cowles Foundation for Research in Economics.
- Kritsch, R. (2001). *Maquiavel e a construção da política*. (53, pp. 181-190). Lua Nova.
- Lanis, G. P. & Bueno, N. P. (2020). Fatores que influenciam a eficiência da gestão orçamentária anual. *Revista Gestão e Planejamento*, 21, 298-316. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/5318>
- Lapalombara, J. (1990). Resenha de *Political Parties: Organization and Power*, de Angelo Panebianco. *American Political Science Review*, 84(1), 347-348.

- Lau, L. J., & Frey, B. (1971). Ideology, public approval, and government behavior. *Public Choice*, 20, 1-20.
- Lee, D., & Min, S. (2021). Defective democracy and the political budget cycle. *Journal of Comparative Economics*. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2021.04.009>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 (2021). Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp179.htm
- Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (1964). Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm
- Li, J., & Guo, S. (2025). Political incentives, bureaucratic behaviors and political budget cycles in China. *Journal of Chinese Political Science*, 30(1), 1-29. <https://doi.org/10.1007/s11366-023-09872-0>
- Lima, A. W. S. de, & Moreira, A. Z. (2024). Contabilidade pública: A necessidade e a utilização da prática das normas contábeis no serviço público. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(8), 1354-1364. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i8.15201>
- Lindbeck, A. (1976). Stabilization policies in open economies with endogenous politicians. *American Economic Review*, vol. 66, nº 2. Papers and Proceeding and of the Eighty-eighth Annual Meeting of the American Economic Association, pp. 1-19.
- Lohmann, S. (1998). Rationalizing the political business cycle: A workhorse model. *Economics and Politics*, 10(1), 1–17.
- McCallum, B. T. (1978). The political business cycle: an empirical test. *Southern Economic Journal*, 44(3), 504–515.
- Maciel, A. P. B., Alarcon, A. O., & Gimenes, É. R. (2017). Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 8(3), 72-88. <https://doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>
- Maciel, A. P. B. (2023). *Representação política no Brasil: uma análise longitudinal da congruência ideológica entre parlamentares e eleitores*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/83431>
- Machado, D. P., Wyse, M. N. O., Barbosa, M. A. G., & Cruz, A. P. C. (2022). Evidências de ciclos políticos oportunistas e partidários nos gastos sociais e seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico local. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 12(3), 34-57. <https://doi.org/5102/rbpp.v12i3.8358>
- Macrae, C. D. (1977). A political model of the business cycle. *Journal of Political Economy*, 85(2), 239-263.

- Madeira, R. M., & Tarouco, G. S. (2011). Esquerda e direita no Brasil: Uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15), 171–186.
- Marvick, D. (1960). [Review of the book *An Economic Theory of Democracy*, by A. Downs]. *The Western Political Quarterly*, 13(1), 214-215. <https://www.jstor.org/stable/444355>
- Merigute, P. D., Santos, A. S. A., Gama, J. R., & Leroy, R. S. D. (2023, outubro 19-20). *Convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais: estudo em uma prefeitura do Espírito Santo*. Anais do 5º Congresso UFU de Contabilidade. <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2023.completo0073.pdf>
- Mill, J. S. (2020). *O Utilitarismo*. São Paulo: Iluminuras.
- Mutiganda, J. C. (2016). How do politicians shape and use budgets to govern public sector organizations? A position-practice approach. *Public Money & Management*, 36(7), 491-498.
- Nazir, R., Nasir, M., & Khawaja, I. (2022). Political budget cycle: A sub-national evidence from Pakistan. *Journal of Business Cycle Research*, 18(3), 343–367. <https://doi.org/10.1007/s41549-022-00078-6>
- Neduziak, L. C. R. & Correia, F. M. (2018). Orçamento estadual e o ciclo político orçamentário: uma análise para os gastos por categoria econômica utilizando um painel dinâmico. *Revista Econômica Do Nordeste*, 49(2), 63–78. <https://doi.org/10.61673/ren.2018.640>
- Nordhaus, W. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-90.
- Olejnik, Ł. W. (2022). Cycles in a cycle: investment expenditures and their composition during the political budgetary cycle. *Local Government Studies*, 48(3), 640-671. <https://doi.org/10.1080/03003930.2020.1851207>
- Panbianco, A. (1988). *Political Parties: Organization and Power*. New York: Cambridge University Press, 360p.
- Pennock, J. R. (1958). [Review of the book *An Economic Theory of Democracy*, by A. Downs]. *The American Political Science Review*, 52(2), 539-541.
- Persson, T. & Tabellini, G. (1990). *Macroeconomic policy, credibility, and politics*. Chur, Switzerland: Harwood Academic Publishers.
- Petrakos, G., Rontos, K., Vavoura, C., & Vavouras, I. (2021). The mechanism of political budget cycles in Greece. In N. Tsounis & A. Vlachvei (Eds.), *Advances in Longitudinal Data Methods in Applied Economic Research* (pp. 123–133). Springer Nature Switzerland AG. https://doi.org/10.1007/978-3-030-63970-9_9
- Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008. (2008). Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=24439>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- Potrafke, N., (2010). The growth of public health expenditure in OECD countries: do government ideology and electoral motives matter? *J. Health Econ.* 29, 797–810.

- Potrafke, N. (2011). Does government ideology influence budget composition? Empirical evidence from OECD countries. *Economics of Governance*, 12, 101–134
- Potrafke, N. (2013). Globalization and labor market institutions: International empirical evidence. *Journal of Comparative Economics*, 41(3), 829–842. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2013.02.002>
- Potrafke, N. (2020). General or central government? Empirical evidence on political cycles in budget composition using new data for OECD countries. *European Journal of Political Economy*, 63, 101860. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2020.101860>
- Power, T. J., & Zucco Jr., C. (2009). Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990–2005: A research communication. *Latin American Research Review*, 44(1), 218–246. <https://doi.org/10.1353/lar.0.0072>
- Power, T. J., & Rodrigues-Silveira, R. (2019). *Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994–2018: A municipal-level study*. *Brazilian Political Science Review*, 13(1), e0001. <https://doi.org/10.1590/1981-3821201900010001>
- Prieto, M. F. & Martins, V. F. (2015). Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Pública no Brasil: uma análise nos demonstrativos da união no triênio 2010 a 2012. *RAGC*, v. 3, n. 5. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/513>
- Puchale, C. L., Pereira, O. L. F., Veloso, G. O., & Feistel, P. R. (2020). A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014. *Política & Sociedade*, 19(44), 229-256. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2020.e55388>
- Queiroz, D. B., Morais, R. F. L., Souza, D. R., & Silva, A. M. (2019). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: Evidências dos governos estaduais brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2), 1-19.
- Rech, L. T., & Couto, L. F. (2024). *Governança orçamentária e finanças públicas: especificidades do caso brasileiro*. In R. Baumann (Org.), *Indicadores quantitativos da OCDE e o Brasil: governança pública*, 3, 1–39. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350790cap1>
- Rezende, F. C. (1997). Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994). *Revista de Ciências Sociais*, 40(3), 413-440.
- Ribeiro, E. A., & Bolognesi, B. (2018). Ideologia e representação: valores e atitudes dos legisladores municipais. In É. R. Gimenes & J. Borba (Orgs.), *Poder legislativo e cultura política: valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina* (pp. 131–181). CPOP.
- Roberts, K. M., & Wibbels, E. (1999). Party systems and electoral volatility in Latin America: A test of economic, institutional, and structural explanations. *American Political Science Review*, 93(3), 575–590. <https://doi.org/10.2307/2585575>
- Rocha, T. C. da, Araújo, J. M. de, & Brunozi Júnior, A. C. (2021). Budgetary, political and socioeconomic determinants of political-party succession: Evidence of electoral behavior in Brazilian municipalities. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(3), 53-69. <https://doi.org/10.14392/asaa.2021140302>
- Rodrigues, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 31-47. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100004&lng=pt&nrm=iso

- Roemer, J. E. (1995). Political cycles. *Economics and Politics*, 7(1), 1-20.
- Rogoff, K. & Sibert, A. (1988). "Elections and Macroeconomic Policy Cycles", *Review of Economic Studies*. 55(1), 1-16.
- Rogoff, K. (1990). "Equilibrium Political Budget Cycles". *American Economic Review*, 80(1), 21-36.
- Rösel, F. (2017). The political economy of fiscal supervision and budget deficits: Evidence from Germany. *Fiscal Studies*, 38(4), 641–666. <https://doi.org/10.1111/1475-5890.12131>
- Sáez, L. (2016). The political budget cycle and subnational debt expenditures in federations: Panel data evidence from India. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 29(1), 47-65. <https://doi.org/10.1111/gove.12130>
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137(1-2), 301–314. <https://doi.org/10.1007/s11127-008-9329-3>
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos* (São Paulo), 39(1), 39-58.
- Salles, N., & Guarnieri, F. (2019). Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. *Revista de Sociologia e Política*, 27(72), 1-22. <https://doi.org/10.1590/1678-987319277201>
- Santanna, J. M. B.; Dalmonech, L. F. (2020). *A Contabilidade proporcionando melhor informação e transparência para o controle social: a nova abordagem para a consolidação das demonstrações contábeis*. Anais do XIV Congresso Anpcont.
- Santos Junior, A. O. dos. (2021). *Teoria dos gastos públicos: Estado, democracia e consenso*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-09092022-160627/pt-br.php>
- Santos, P. H. P., Wakim, V. R., & Fernandes, C. I. P. (2021). Political electoral cycles: are municipal elections influenced on the budget execution of Minas Gerais municipalities? *Journal os Accounting, Management and Governance*, 24 (2), 239-255. http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n2a6
- Santos, R. L. dos. (2024). A influência do aumento do gasto com pessoal na reeleição municipal. *Cadernos Cajúina*, 9(5). <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i5.651>
- Santos, T. M. D., Vieira, E. T., & Campos, E. S. (2024). Estudo comparativo sobre o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público no Brasil e em Portugal. *Revista Aracê*, 6(3), 4289-4309. <https://doi.org/10.56238/arev6n3-002>
- Seliger, H. W. (1977). Does practice make perfect?: A study of interaction patterns and L2 competence. *Language Learning*, 27, 263-278.
- Sell, C. E. (2006). *Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia*. Editora Vozes.
- Shalders, A. (2017, 11 setembro). Direita ou esquerda? Análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico. *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>

- Scheffer, F. (2018). Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados. *Teoria & Pesquisa*, 27(2), 167–188. <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/670>
- Scheren, G., Machado, N. S., & Oro, I. M. (2024). Planejamento e orçamento público: uma revisão bibliométrica internacional. *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*, 16(2), 29-47. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v16i2.90048>
- Schultz, K. A. (1995). The politics of the political business cycle. *British Journal of Political Science*, 25(1), 79-99. <https://doi.org/10.1017/S0007123400007079>
- Silva, A. C. B. da. (2020). *Orçamento público: um estudo em municípios brasileiros sobre variações entre planejamento e execução e suas causas*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39304>
- Silva, H. H. M. D., & Bezerra Filho, J. E. (2023). Determinantes do índice de efetividade da gestão municipal: Análise da dimensão planejamento. *Sinergia*, 27(2), 105-119.
- Silva, M. C., Oliveira, E. J., & Celestino, M. S. (2023). Ensaio teórico sobre a teoria da divulgação aplicada ao setor público brasileiro. *Revista GeSec*, 14(10), 18889-18906. <http://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2921>
- Singer, A. (2000). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. Edusp; Fapesp.
- Singer, M. M., & Carlin, R. E. (2013). Context counts: The election cycle, development, and the nature of economic voting. *The Journal of Politics*, 75(3), 730–742. <https://doi.org/10.1017/S0022381613000467>
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: Do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90(8-9), 1367–1389. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>
- Shiflett, V. L. (1957). Review of *An Economic Theory of Democracy*, by Anthony Downs. *World Affairs*, 120(4), 125.
- Spicer, Z., Kushner, J., & Lamarche, J.-F. (2023). Are municipal budget cycles political? Evidence from Ontario, Canada. *State and Local Government Review*. <https://doi.org/10.1177/0160323X231173920>
- Tambovtsev, V. L., (2024). Economic ideology: Versions of the concept's acceptations and application. *Voprosy Ekonomiki*, 10. <https://ideas.repec.org/a/nos/voprec/y2024id5061.html>
- Tarouco, G. da S., & Madeira, R. M. (2013). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, 7(2), 93-114. Porto Alegre.
- Tarouco, G. da S., & Madeira, R. M. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, 15(1), 24–39. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892015000100140&lng=en&nrm=iso
- Tepe, M., & Vanhuyse, P. (2009). Are aging OECD welfare states on the path to gerontocracy? *Journal of Public Policy*, 29(1), 1–28. <https://doi.org/10.1017/S0143814X0900097X>
- Toudas, K., Poutos, E., & Balios, D. (2013). Concept, regulations and institutional issues of IPSAS: A critical review. *European Journal of Business and Social Sciences*, 2(1), 43-54. <https://www.researchgate.net/profile/Kanellos-Toudas/publication/315768489Co>

ncept_Regulations_and_Institutional_Issues_of_IPSAS_A_Critical_Review/links/58e368d3aca2722505d21a43/Concept-Regulations-and-Institutional-Issues-of-IPSAS-A-Critical-Review.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=jornal
Detail

- Tufte, E. (1975). Determinants of the Outcome of Midterm Congressional Elections. *American Political Science Review*, 69(3), 812-826.
- Vergne, C. (2011). *Democracy, elections and allocation of public expenditure in developing countries* (Documento de trabalho). HAL Open Science. <https://shs.hal.science/halshs-00564572v1>
- Vier, M. B., & Schreiber, D. (2018, Novembro 12-14). *Análise do processo de planejamento orçamentário e de custos no âmbito municipal*. Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC. <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/4490>
- Weber, M. (2000). *Ciência e Política: duas vocações*. (10a ed.). Editora Cultrix.
- Wiesehomeier, N., & Benoit, K. (2009). Presidents, parties and policy competition. *Journal of Politics*, 71(4), 1435–1447. <https://doi.org/10.1017/s0022381609990193>
- Willett, T.D., Keil, M.W. (2004). Political Business Cycles. In: Rowley, C.K., Schneider, F. (eds) *The Encyclopedia of Public Choice*. Springer, Boston, MA. https://doi.org/10.1007/978-0-306-47828-4_152
- Wooldridge, J. (2001). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Wooldridge, J. (2023). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. Grupo A.
- Wright, G. (1974). “The political economy of new deal spending: an econometric analysis”. In: FREY, Bruno S. (eds.), 1997. *Political Business Cycles*. (pp. 223-231). Edward Elgar Publishing Limited.
- Wyse, M. N. O., Machado, D. P., Gomes, D. G., & Fernandez, R. N. (2022). Influência dos ciclos políticos nos gastos públicos e seu efeito sobre a dívida pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73. <https://doi.org/10.47456/regec.23175087.2022.11.3.38335.55.73>
- Zucco Jr., C. (2011). Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In T. Power & C. Zucco Jr. (Orgs.), *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira* (pp. 37–60). Editora UFMG.

APÊNDICE A – Regressões por Despesas Empenhadas do Artigo 1

Regressão FE robust cluster ID por municípios – Região Sul [1995-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{it} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{PibCapEst}_{it} + \beta_6 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_7 \text{AnoElei}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas								
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	AnoElei	Const
DempPes	coef.	.128967	-.1703507	.0673938	.0107654	.0158518	.5519212	-.0335478	2581062
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAssPre	coef.	.4222741	.2316709	-.0413681	-.0247727	-.0123523	1138247	-.0020736	-8381625
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.002	0.000	0.000	0.789	0.000
DempCom	coef.	.4812499	.2576675	.0166882	.0044322	-.0191102	.4198568	-.0829706	-4991286
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.013	0.611	0.000	0.000	0.000	0.000
DempSegDef	coef.	.6112904	.7304837	.0026912	.0074118	-.0041028	.5696452	-.0691324	-1088084
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.742	0.444	0.012	0.000	0.000	0.000
DempEduC	coef.	.1950272	.1918328	-.0264138	-.0074885	.000663	.6546565	-.0194804	-1922761
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.002	0.425	0.000	0.000	0.000
DempUHab	coef.	.4232984	.6762307	-.0542532	-.030951	-.0284561	143687	.1502354	-1442515
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.016	0.000	0.000	0.000	0.000
DempLeg	coef.	.5507386	.5490192	.0475706	-.0049356	-.0413784	11713	.0752607	-1156398
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.785	0.000	0.000	0.000	0.000
DempSanSau	coef.	.4137436	.1796837	-.0128563	.0168205	-.0007753	.7979396	-.0186109	-455966
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.410	0.000	0.000	0.000
DempTransp	coef.	.5770356	-.2710342	-.0238685	-.0373324	-.0434063	106336	.063449	-2875963
	<i>p-value</i>	0.000	0.011	0.053	0.013	0.000	0.000	0.000	0.018
DeCapInv	coef.	.0974775	.2551022	-.0108188	-.0448625	-.0428418	2045719	.0363826	-1290373
	<i>p-value</i>	0.000	0.005	0.173	0.000	0.000	0.000	0.001	0.000
DempAdm	coef.	-.1714162	.9484655	-.5558461	-.0172831	-.0127197	3479493	-.0393484	-3092843
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.337	0.119	0.000	0.000	0.000
DempAmb	coef.	.4118022	.6321775	.1445992	.0785479	-.0441928	2304638	-.4908251	-2101296
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempEner	coef.	.6329579	.2363095	-.0269936	.0312934	-.0206042	.656353	-.1046	-6555602
	<i>p-value</i>	0.000	0.002	0.008	0.014	0.000	0.000	0.000	0.000
DempInd	coef.	.4082898	.7360125	.0034356	.0386399	-.0349749	1304497	-.2684322	-1517589
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.810	0.028	0.000	0.000	0.000	0.000
DempJud	coef.	.556348	.335672	.0050198	.0301033	-.0045528	.2461223	-.0464603	-4764786
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.555	0.001	0.001	0.000	0.000	0.000
DempTrCo	coef.	.4409145	-.1211547	-.0154062	-.0585143	-.0190815	.2861944	.0844839	159843
	<i>p-value</i>	0.000	0.173	0.149	0.000	0.000	0.000	0.000	0.072

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). Fonte: dados da pesquisa.

Nº Obs.: **407.058**

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Sudeste [1995-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{it} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{PibCapEst}_{it} + \beta_6 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_7 \text{AnoElei}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas								
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	AnoElei	Const
DempPes	coef.	.1843852	.0369319	.0616481	.026309	.0054007	.7077954	-.0579537	-.6336027
	<i>p-value</i>	0.000	0.099	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.042
DempAssPre	coef.	.310105	.2584636	-.0379233	-.0094428	-.0135348	1116801	.0233891	-7793686
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.160	0.000	0.000	0.000	0.000
DempCom	coef.	.5399234	.090261	.0103574	-.0112708	-.0084696	.2734974	-.0729679	-2619375
	<i>p-value</i>	0.000	0.050	0.070	0.072	0.000	0.000	0.000	0.000
DempSegDef	coef.	.649472	.6839842	-.0041989	.0186637	-.0092445	.5639543	-.0666537	-1042448
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.542	0.020	0.000	0.000	0.000	0.000
DempEduC	coef.	.2715223	-.0077126	-.018503	-.0144949	.0020797	.6338681	-.0092431	-.4624324
	<i>p-value</i>	0.000	0.620	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.013

DempTrCo	<i>p-value</i>	0.000	0.522	0.116	0.795	0.971	0.000	0.256	0.256
	coef.	.5165387	.2782382	.2001467	-.0248493	-.0144254	.2605738	.3825501	-.3552231
	<i>p-value</i>	0.000	0.016	0.000	0.402	0.000	0.000	0.000	0.005

Fonte: dados da pesquisa.

N° Obs.: 152.045

Legenda: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis).

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Norte [1995-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{t+} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{PibCapEst}_{t+} + \beta_6 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_7 \text{AnoElei}_{t+} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas								
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	AnoElei	Const
DempPes	coef.	.2260791	.4325684	.1494196	-.0376271	-.012268	1210191	-.2006977	-8445609
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.001	0.004	0.000	0.000	0.000
DempAssPre	coef.	.2074081	.0386513	-.0034239	-.0285222	-.0051387	.8289788	.0464033	-3386285
	<i>p-value</i>	0.000	0.524	0.797	0.113	0.113	0.000	0.005	0.000
DempCom	coef.	.3861143	-.0113615	.0380271	.0005062	-.0107233	.1392522	-.0624818	-.6557849
	<i>p-value</i>	0.000	0.749	0.001	0.972	0.000	0.000	0.000	0.069
DempSegDef	coef.	.5310491	.2917668	-.0070311	.0457797	-.0132256	.2381157	-.0404709	-4224922
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.611	0.018	0.000	0.000	0.017	0.000
DempEduC	coef.	.1492758	.0293709	-.0216838	.0040228	.0043899	.8291424	.0071584	-1495935
	<i>p-value</i>	0.000	0.163	0.000	0.470	0.001	0.000	0.215	0.000
DempUHab	coef.	.3168396	-.1236906	-.0921274	-.0398057	-.0373376	1064745	.1980099	-3537278
	<i>p-value</i>	0.000	0.235	0.000	0.229	0.000	0.000	0.000	0.001
DempLeg	coef.	.2717376	-.4262804	.0014954	-.0899921	-.0098566	.5905831	-.0875228	229853
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.958	0.030	0.024	0.000	0.006	0.042
DempSanSau	coef.	.2277076	.1520119	-.0262456	-.0014003	-.0029935	.9157308	.02521	-4118173
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.001	0.867	0.122	0.000	0.003	0.000
DempTransp	coef.	.4122618	-.5098049	-.1255682	-.0578103	-.0456818	.5186609	.2226028	3558584
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.137	0.000	0.000	0.000	0.009
DeCapInv	coef.	.0680351	-.0098567	.1341653	-.1040811	-.0528353	1769903	-.3734361	-8304004
	<i>p-value</i>	0.000	0.919	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAdm	coef.	-.0950531	1309213	-.5108945	-.0589897	.0512686	1862694	-.0448241	-2273385
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.045	0.000	0.000	0.092	0.000
DempAmb	coef.	.3857547	.447091	.1088887	.0456769	.0058535	.9709903	-.2907267	-1023138
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.120	0.228	0.000	0.000	0.000
DempEner	coef.	.446859	.2279832	-.0026522	-.0042579	-.0276927	.414237	-.0134046	-4394282
	<i>p-value</i>	0.000	0.009	0.915	0.887	0.000	0.000	0.634	0.000
DempInd	coef.	.4033103	.142195	.0190503	.0006439	-.0048202	.2156185	-.0836333	-263764
	<i>p-value</i>	0.000	0.022	0.353	0.979	0.245	0.000	0.000	0.000
DempJud	coef.	.4162354	.0260763	.0088447	.0023918	.0004899	.0741213	-.0152669	-.7166159
	<i>p-value</i>	0.000	0.496	0.541	0.884	0.864	0.001	0.360	0.079
DempTrCo	coef.	.4579682	-.653984	.1346993	-.0508125	-.0039433	.1997531	.0845372	539769
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.094	0.474	0.002	0.002	0.000

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). Fonte: dados da pesquisa.

N° Obs.: 134.007

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Nordeste [1995-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{t+} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{PibCapEst}_{t+} + \beta_6 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_7 \text{AnoElei}_{t+} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas								
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	AnoElei	Const
DempPes	coef.	.2627083	-.1066287	.104152	.027717	.0021811	.9131573	-.1154868	-132263
	<i>p-value</i>	0.000	0.050	0.000	0.000	0.543	0.000	0.000	0.039
DempAssPre	coef.	.3205174	.2605903	-.0403971	-.013903	-.0294343	1019075	.0056631	-7145333
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.086	0.000	0.000	0.473	0.000
DempCom	coef.	.5240056	.0565375	.0197506	.0093015	-.0229962	.2353908	-.0461676	-1962437
	<i>p-value</i>	0.000	0.102	0.000	0.133	0.000	0.000	0.000	0.000

DempSegDef	coef.	.6224925	.1781473	.0164633	.0010361	-.0148521	.2262612	-.0206875	-3169025
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.008	0.889	0.000	0.000	0.001	0.000
DempEduC	coef.	.1682892	.0420767	-.0271416	-.0064073	.003883	.7973115	.0022573	-1376965
	<i>p-value</i>	0.000	0.058	0.000	0.007	0.039	0.000	0.379	0.000
DempUHab	coef.	.3117565	.2018135	-.0779061	-.0190985	-.0664865	1114984	.1311088	-6477337
	<i>p-value</i>	0.000	0.001	0.000	0.100	0.000	0.000	0.000	0.000
DempLeg	coef.	.3565955	.17883	.0029795	-.014165	-.0332596	.735525	-.0203941	-4660028
	<i>p-value</i>	0.000	0.031	0.785	0.329	0.000	0.000	0.125	0.000
DempSanSau	coef.	.2296758	.1116815	-.0272871	.0080347	-.0083287	.9391358	.0290491	-3801152
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.021	0.000	0.000	0.000	0.000
DempTransp	coef.	.453091	.2750613	-.109686	-.0809824	-.1027866	.6632171	.2215574	-5082997
	<i>p-value</i>	0.000	0.002	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DeCapInv	coef.	.1119166	-.0301635	.0934324	-.0913905	-.0886794	1586373	-.2705417	-6691668
	<i>p-value</i>	0.000	0.713	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAdm	coef.	-.1128975	.6071287	-.5553908	-.0000785	.0383833	2317001	.0588009	-1929368
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.995	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAmb	coef.	.4192544	.4585777	.0328027	.0839766	-.0495293	1248868	-.1951719	-1213308
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.003	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempEner	coef.	.5210176	.3008614	-.0608247	.0159039	-.0383815	.4717699	-.021866	-5644266
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.209	0.000	0.000	0.031	0.000
DempInd	coef.	.4688595	.2556027	-.0034144	.0112205	-.011311	.2474009	-.0510657	-3988165
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.694	0.271	0.000	0.000	0.000	0.000
DempJud	coef.	.5164782	.1771674	.002857	.0109546	-.0209943	.2512295	-.0437408	-3161055
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.726	0.248	0.000	0.000	0.000	0.000
DempTrCo	coef.	.5072035	.028734	.1230083	-.0723684	-.0254577	.1028697	.242573	-1834542
	<i>p-value</i>	0.000	0.689	0.000	0.000	0.000	0.003	0.000	0.813

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). Fonte: dados da pesquisa.

Nº Obs.: 568.688

Regressão FE robust cluster ID por município – Brasil [1995-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{it} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{IFDM}_{it} + \beta_6 \text{PIBCapEst}_{it} + \beta_7 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_8 \text{AnoElei}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas								Const	
	lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	IFDM*	PibCapEst	lnDempTotal	AnoElei		
DempPes	coef.	.2265926	.1427849	.0739036	.0247249	.1617386	-.0024085	.91521	-.0792732	-3388989
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.002	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAssPre	coef.	.3276591	.0542335	-.0259106	-.0207779	.3262463	-.003965	.9145357	.0084773	-4695361
	<i>p-value</i>	0.000	0.038	0.000	0.000	0.001	0.000	0.000	0.033	0.000
DempCom	coef.	.5066625	.0492069	.0218588	-.0025309	-.2559815	-.0074588	.1737871	-.0674187	-1526756
	<i>p-value</i>	0.000	0.008	0.000	0.487	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempSegDef	coef.	.6256927	.245194	.0167721	.0051411	.5558833	.0033964	.2328125	-.0591516	-4017569
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.258	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempEduC	coef.	.2177132	.1014082	-.0284271	-.0074619	-.4601748	-.002127	.758397	-.0043985	-1964399
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempUHab	coef.	.3334489	-.0889359	-.0571968	-.0435679	.4293931	-.0120361	.9515636	.1379794	-330564
	<i>p-value</i>	0.000	0.018	0.000	0.000	0.009	0.000	0.000	0.000	0.000
DempLeg	coef.	.366038	.0297604	-.0002075	-.0137139	.909905	-.0224861	.7712952	-.017566	-3388635
	<i>p-value</i>	0.000	0.420	0.972	0.096	0.000	0.000	0.000	0.013	0.000
DempSanSau	coef.	.280534	.0966298	-.0139123	.012213	.4683347	.0038857	.836407	-.0014422	-3391381
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.393	0.000
DempTransp	coef.	.5141384	-.5034334	-.0561944	-.0796827	-.5207295	-.0213245	.3806231	.1420881	3949721
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.005	0.000	0.000	0.000	0.000
DeCapInv	coef.	.0957804	-.365506	.0500985	-.1204294	-1022419	-.0242369	1461373	-.1299948	-3152953
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAdm	coef.	-.1475282	1187404	-.546379	-.0089222	-.4905429	.0302552	2488375	-.0012004	-264183
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.253	0.000	0.000	0.000	0.819	0.000
DempAmb	coef.	.4297479	.3201509	.076398	.0508807	.6163809	-.004894	1190574	-.319183	-1083946
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempEner	coef.	.5752444	.1343033	-.0300803	.0149892	.7684405	-.0071479	.335301	-.0412844	-3435975

DempInd	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.023	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	coef.	.4593959	.1368491	.0110878	.0067825	-.0638571	-.0009675	.3557676	-.1360379	-3600757
DempJud	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.050	0.319	0.628	0.296	0.000	0.000	0.000
	coef.	.5416917	.0491949	-.0003018	.0161188	.0507605	-.0002393	.1594259	-.0388586	-1525289
DempTrCo	<i>p-value</i>	0.000	0.046	0.946	0.002	0.635	0.700	0.000	0.000	0.000
	coef.	.4865554	-.2355313	.0859536	-.0666913	-.2511557	-.0062601	.1035942	.1947651	2869945
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.128	0.000	0.000	0.000	0.000

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). (*) referente ao período 2013-2021.

Nº Obs.: 2.504.323

Fonte: dados da pesquisa.

APÊNDICE B – Regressões por Despesas Empenhadas do Artigo 2

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Sul [2001-2021]

$$\ln\text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1.\ln\text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2.\ln\text{TamPop}_{it} + \beta_3.\text{Crise}_{t+} + \beta_4.\text{Reelei}_{it} + \beta_5.\text{PIBCapEst}_{t+} + \beta_6.\ln\text{DempTotal}_{it} + \beta_7.\text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas									
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	IdEsq*	IdDir*	Const
DempPes	coef.	.2571104	-.1854808	.0564903	.008314	.0118592	.5030878	.0233406	-.0125586	2359622
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.002	0.000	0.000	0.000	0.006	0.000
DempAssPre	coef.	.3555845	.184724	-.0177845	-.0021752	-.0118059	1299505	.0344748	.004328	-9065525
	<i>p-value</i>	0.000	0.014	0.009	0.802	0.000	0.000	0.107	0.764	0.000
DempCom	coef.	.546543	.2962915	-.0188645	-.0061772	-.0126797	.1796531	-.0282952	.0186067	-3556381
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.005	0.461	0.000	0.000	0.235	0.152	0.000
DempSegDef	coef.	.5893227	.4180243	-.0226813	-.0065812	-.0011752	.4473002	-.0393852	-.0148365	-7059755
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.009	0.529	0.510	0.000	0.145	0.328	0.000
DempEduC	coef.	.1946921	.1840837	-.0277799	-.0069233	.0029333	.600327	-.0018716	-.0033904	-1479915
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.005	0.005	0.000	0.785	0.467	0.003
DempUHab	coef.	.3715508	.5763123	-.0058771	-.0235627	-.033322	1704596	-.033119	.0150669	-1535207
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.615	0.087	0.000	0.000	0.382	0.539	0.000
DempLeg	coef.	.5125668	.7498211	.076995	.0309297	-.0490065	1557722	-.1517103	.1593687	-1629573
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.123	0.000	0.000	0.005	0.000	0.000
DempSanSau	coef.	.3130646	.0220596	-.024646	.0048903	.0059242	.7177612	.0319792	-.0282247	-2031284
	<i>p-value</i>	0.000	0.352	0.000	0.078	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempTransp	coef.	.5341353	-.0525851	.0122167	-.0243657	-.049055	1313275	-.0392159	-.0075201	-6602541
	<i>p-value</i>	0.000	0.733	0.360	0.136	0.000	0.000	0.384	0.767	0.000
DeCapInv	coef.	.0654377	.5431073	.0313254	-.0151481	-.0567075	2596621	-.0894879	.0872397	-1956445
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.161	0.000	0.000	0.004	0.000	0.000
DempAdm	coef.	-.1287994	.2913368	-.6614761	-.114633	.0158176	2045361	.0174948	-.2882644	-1382621
	<i>p-value</i>	0.000	0.028	0.000	0.000	0.003	0.000	0.722	0.000	0.000
DempAmb	coef.	.3224742	.3552175	-.0512224	.001896	-.0224754	1328553	-.0557133	.0323457	-1050044
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.851	0.000	0.000	0.028	0.040	0.000
DempEner	coef.	.6150997	.1499505	-.0829751	-.0003397	-.0152413	.3983331	.0069567	.0247117	-3722196
	<i>p-value</i>	0.000	0.142	0.000	0.980	0.000	0.000	0.869	0.239	0.001
DempInd	coef.	.3789929	.111557	-.0991139	-.0018374	-.0260574	.8767066	-.0765529	.0390033	-608596
	<i>p-value</i>	0.000	0.418	0.000	0.922	0.000	0.000	0.121	0.156	0.000
DempJud	coef.	.52884	.246277	-.0107345	.024965	-.0028692	.1581173	-.009775	.0056681	-3248124
	<i>p-value</i>	0.000	0.002	0.237	0.008	0.037	0.000	0.695	0.706	0.000
DempTrCo	coef.	.4013566	.0573656	.0635544	.0011459	-.0193794	.4850856	.086245	-.054856	-164509
	<i>p-value</i>	0.000	0.690	0.000	0.941	0.000	0.000	0.030	0.023	0.231

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). (*) referência: ideologia de centro.

Nº Obs.: 355.980

Fonte: dados da pesquisa.

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Sudeste [2001-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{t+} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{PIBCapEst}_{t+} + \beta_6 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_7 \text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes		Variáveis Explicativas								Const
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	IdEsq**	IdDir**	
DempPes	coef.	.1859568	.0597543	-.0379608	.0177649	.0050848	.6618446	-.0195418	-.0053889	-.4511016
	p-value	0.000	0.030	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.296	0.173
DempAssPre	coef.	.2693388	.4402171	-.0218816	.0053095	-.0183657	1374133	.0333186	.0200834	-1132857
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.457	0.000	0.000	0.021	0.224	0.000
DempCom	coef.	.5577192	-.0281163	-.0114033	-.0201969	-.0028944	.0583004	.0178932	.0239144	.099111
	p-value	0.000	0.608	0.064	0.002	0.003	0.011	0.234	0.103	0.853
DempSegDef	coef.	.6244559	.4476101	-.0357029	.0019014	-.0069354	.4462972	.0158681	-.0198989	-7224075
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.831	0.000	0.000	0.407	0.310	0.000
DempEduC	coef.	.2545999	-.056062	-.0065789	-.0049121	.0055979	.5799192	-.0017246	.004429	.4091587
	p-value	0.000	0.002	0.006	0.025	0.000	0.000	0.673	0.385	0.045
DempUHab	coef.	.2324374	.0118662	-.0487319	-.0461524	-.0287294	1688476	.0992799	.018344	-8970605
	p-value	0.000	0.895	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.384	0.000
DempLeg	coef.	.2018488	.3184619	-.0540392	.016731	-.0320584	1312175	-.0334172	.0175361	-9264985
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.182	0.000	0.000	0.143	0.519	0.000
DempSanSau	coef.	.2830078	.2208697	-.0243444	.0131102	.0002708	.8948647	.0252924	-.0298613	-4925989
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.669	0.000	0.000	0.000	0.000
DempTransp	coef.	.5389673	-.2314013	-.029133	-.0454659	-.0315769	.861464	.1152505	.0364322	-2090882
	p-value	0.000	0.067	0.012	0.001	0.000	0.000	0.000	0.217	0.114
DeCapInv	coef.	.0542751	-.8286305	.051235	-.1183062	-.0310291	2273701	.1973768	-.0487821	-500768
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.121	0.001
DempAdm	coef.	-.1315101	1550216	-.6443519	-.0562944	.0361471	1671042	.3361651	-.3374821	-2365878
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAmb	coef.	.4487286	.0965875	-.0991878	-.0169386	-.0130805	1106449	.0595812	-.0100026	-776613
	p-value	0.000	0.199	0.000	0.100	0.000	0.000	0.013	0.678	0.000
DempEner	coef.	.5956122	.3024033	-.0534701	.0020019	-.0122019	.3678164	-.0265919	.0329644	-5083573
	p-value	0.000	0.001	0.000	0.855	0.000	0.000	0.211	0.172	0.000
DempInd	coef.	.4924086	-.3580163	-.040508	-.0104481	-.005291	.4344884	.0826405	.0022119	.5712602
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.382	0.005	0.000	0.001	0.935	0.562
DempJud	coef.	.5523057	-.0566442	-.0373799	.0222129	-.0019529	.2294698	.0239311	-.0127068	-.9550013
	p-value	0.000	0.498	0.000	0.038	0.133	0.000	0.224	0.598	0.239
DempTrCo	coef.	.3745435	-.0101267	.1938433	.013242	-.0132258	.8030275	-.0598739	.0981832	-3908035
	p-value	0.000	0.929	0.000	0.387	0.000	0.000	0.050	0.003	0.001

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). (*) referência: ideologia de centro.

Nº Obs.: 477.336

Fonte: dados da pesquisa.

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Centro-Oeste [2001-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{t+} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{PIBCapEst}_{t+} + \beta_6 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_7 \text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes		Variáveis Explicativas								Const
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	IdEsq**	IdDir**	
DempPes	coef.	.0583737	.0424074	.0240422	.0171692	.0086126	.8126056	-.041928	-.0406879	-.7077708
	p-value	0.089	0.202	0.000	0.002	0.000	0.000	0.000	0.000	0.197
DempAssPre	coef.	.2724219	.3231345	-.0147033	.0119663	-.0093568	1212162	.1317888	-.0431799	-907887
	p-value	0.000	0.001	0.271	0.459	0.006	0.000	0.000	0.200	0.000
DempCom	coef.	.525442	.0041742	-.0060079	.0038944	-.0008162	.0023629	.0187228	.01582	.0699267
	p-value	0.000	0.929	0.582	0.754	0.501	0.926	0.568	0.542	0.894
DempSegDef	coef.	.4710555	.2132318	-.0263925	-.0215313	-.005684	.3010555	.1615574	.1056883	-3732447
	p-value	0.000	0.050	0.130	0.274	0.010	0.000	0.003	0.018	0.002
DempEduC	coef.	.1743376	.0437843	-.0313269	-.0044161	-.0016684	.7655937	-.0493495	.0176693	-1294496
	p-value	0.000	0.092	0.000	0.341	0.100	0.000	0.004	0.095	0.001
DempUHab	coef.	.2762414	.361363	.021139	.0135498	-.0231305	138715	.2177031	.0697802	-1057058
	p-value	0.000	0.008	0.309	0.564	0.000	0.000	0.000	0.102	0.000
DempLeg	coef.	.1495705	.2743827	.0094141	.0316636	-.0329294	1326269	.0667473	.0319554	-8813715
	p-value	0.000	0.051	0.727	0.328	0.000	0.000	0.335	0.595	0.000

DempSanSau	coef.	.1752642	.1269962	-.0243634	.0024542	.0009909	1004166	.0600689	-.0345179	-4307443
	p-value	0.000	0.001	0.000	0.759	0.454	0.000	0.001	0.043	0.000
DempTransp	coef.	.4382701	-.1941789	.0938357	-.0323148	-.0129743	.7545913	.3098407	.172867	-1796681
	p-value	0.000	0.219	0.000	0.323	0.003	0.000	0.000	0.002	0.316
DeCapInv	coef.	.0263493	.2712334	.0963427	-.0435603	-.0474118	2360083	.2914808	-.0505638	-1587366
	p-value	0.039	0.048	0.000	0.100	0.000	0.000	0.000	0.433	0.000
DempAdm	coef.	-.1014296	-.0692937	-.6810872	-.0958131	.0546093	1356397	.5179917	-.2825614	-5963996
	p-value	0.000	0.642	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.001
DempAmb	coef.	.3590642	.3295632	-.08052	.0483627	-.0045002	1081637	.0585581	-.0137508	-9923252
	p-value	0.000	0.014	0.000	0.080	0.187	0.000	0.322	0.807	0.000
DempEner	coef.	.5360979	-.3056046	-.0560684	.0223451	.014843	.0474312	.2157421	.0493299	2471916
	p-value	0.000	0.023	0.007	0.458	0.000	0.458	0.001	0.389	0.068
DempInd	coef.	.4461142	.0160782	-.0406286	-.0133222	-.0065434	.4985792	.1341718	.1091673	-3520317
	p-value	0.000	0.901	0.062	0.653	0.055	0.000	0.043	0.076	0.010
DempJud	coef.	.4260846	-.3008638	-.0479141	-.0097874	.0024904	.1118989	.0442232	-.0085871	2180575
	p-value	0.000	0.015	0.019	0.689	0.408	0.058	0.325	0.858	0.091
DempTrCo	coef.	.4113811	.789636	.4078774	.0846356	-.0139434	.6960702	-.0218316	.1195829	-1193282
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.009	0.002	0.000	0.746	0.059	0.000

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). (*) referência: ideologia de centro.

Nº Obs.: 123.989

Fonte: dados da pesquisa.

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Norte [2001-2021]

$$\ln\text{DempFu_it} = \alpha_i + \beta_1.\ln\text{DefEmpFu_it-1} + \beta_2.\ln\text{TamPop_it} + \beta_3.\text{Crise_t} + \beta_4.\text{Reelei_it} + \beta_5.\text{PIBCapEst_t} + \beta_6.\ln\text{DempTotal_it} + \beta_7.\text{Ideologia} + \varepsilon_it$$

Variáveis Dependentes	Variáveis Explicativas									
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	IdEsq**	IdDir**	Const
DempPes	coef.	.0555439	.0897082	.0543827	.0262338	.01539	.8142263	-.0041281	-.0010214	-1296758
	p-value	0.026	0.021	0.000	0.000	0.000	0.000	0.743	0.956	0.027
DempAssPre	coef.	.1808124	.2757453	.0335947	-.020451	-.01575	1127999	-.0179608	.057608	-7794412
	p-value	0.000	0.000	0.011	0.259	0.000	0.000	0.705	0.167	0.000
DempCom	coef.	.4328871	-.0370404	.0118892	.005646	-.0159745	.1648883	.0321181	.0431108	-5196926
	p-value	0.000	0.409	0.312	0.662	0.000	0.000	0.251	0.149	0.351
DempSegDef	coef.	.5049832	.4022718	-.0150704	.0265295	-.0255437	.4131819	.0195984	.0040927	-643254
	p-value	0.000	0.000	0.292	0.187	0.000	0.000	0.590	0.905	0.000
DempEduC	coef.	.1545971	.0577942	-.0155104	.0037997	.0039211	.8464582	.0040867	-.005987	-193786
	p-value	0.000	0.022	0.000	0.462	0.012	0.000	0.696	0.641	0.000
DempUHab	coef.	.2971737	.0307021	-.0131264	-.0473425	-.0537831	1452829	-.0278173	-.0604498	-7737207
	p-value	0.000	0.819	0.588	0.182	0.000	0.000	0.728	0.311	0.000
DempLeg	coef.	.2563362	-.1576085	-.0041675	-.0531655	-.0290435	1029004	-.0393799	.1886565	-3486505
	p-value	0.000	0.304	0.885	0.223	0.000	0.000	0.659	0.002	0.036
DempSanSau	coef.	.1776202	.1303907	-.0234603	-.005178	-.0037355	.9657367	.0273603	-.0436284	-3986769
	p-value	0.000	0.000	0.001	0.558	0.067	0.000	0.149	0.015	0.000
DempTransp	coef.	.3980113	-.3194327	-.030755	-.043519	-.0627483	.9077633	-.0309467	.0435328	-106991
	p-value	0.000	0.059	0.339	0.284	0.000	0.000	0.724	0.573	0.550
DeCapInv	coef.	.0473174	.031543	.1190062	-.0793064	-.0825212	2347279	.0393078	-.2394137	-1280451
	p-value	0.000	0.796	0.000	0.004	0.000	0.000	0.498	0.001	0.000
DempAdm	coef.	-.0753067	.528177	-.5927419	-.1110615	.0488075	1378459	.2638544	-.5121343	-1114422
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAmb	coef.	.3502653	-.0891437	-.0012131	.0351553	.0030012	.8713558	.0218902	-.1753077	-4049359
	p-value	0.000	0.332	0.959	0.255	0.534	0.000	0.727	0.009	0.000
DempEner	coef.	.4345767	.0275905	-.033846	-.0257193	-.0350774	.4442221	.016347	.0553511	-2506875
	p-value	0.000	0.818	0.182	0.421	0.000	0.000	0.792	0.387	0.055
DempInd	coef.	.3731446	.073371	-.0040947	.0040393	-.013469	.2911898	.0510136	-.1121071	-2390664
	p-value	0.000	0.405	0.853	0.868	0.026	0.001	0.235	0.020	0.030
DempJud	coef.	.3991391	.0046872	-.0005511	-.0069891	-.0018914	.0901389	.0347944	-.0102241	-5801564
	p-value	0.000	0.935	0.970	0.679	0.591	0.012	0.352	0.779	0.370
DempTrCo	coef.	.4189958	-.8376335	.1914531	-.0039298	.0193101	.0562585	.1269137	.0672621	7786892
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.903	0.010	0.594	0.076	0.312	0.000

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). (*) referência: ideologia de centro.

Nº Obs.: 118.357

Fonte: dados da pesquisa.

Regressão FE robust cluster ID por município – Região Nordeste [2001-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{t+} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{PibCapEst}_{t+} + \beta_6 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_7 \text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes		Variáveis Explicativas								
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	PibCapEst	lnDempTotal	IdEsq**	IdDir**	Const
DempPes	coef.	.0665704	-.0410288	.0542271	.0185937	.022284	.8230796	.0118612	-.0131407	-.175173
	p-value	0.001	0.106	0.000	0.000	0.000	0.000	0.019	0.031	0.675
DempAssPre	coef.	.2804755	.2968791	-.0200174	-.0008804	-.0433033	1283478	.0392235	-.015987	-9271595
	p-value	0.000	0.000	0.002	0.920	0.000	0.000	0.011	0.435	0.000
DempCom	coef.	.5701877	.0868813	-.0011279	.0026419	-.0135416	.0906447	-.0217923	-.0115484	-1232344
	p-value	0.000	0.044	0.839	0.672	0.000	0.000	0.048	0.341	0.006
DempSegDef	coef.	.6110674	.2352005	.0016573	-.0036746	-.0148058	.1798982	-.025688	.0136135	-3323855
	p-value	0.000	0.000	0.803	0.643	0.000	0.000	0.099	0.360	0.000
DempEduC	coef.	.1931039	.0202451	-.0223769	-.0034682	.0053009	.7755509	-.0016812	.003533	-1187279
	p-value	0.000	0.488	0.000	0.179	0.050	0.000	0.701	0.458	0.002
DempUHab	coef.	.288923	.2940353	-.0260637	-.006693	-.0927288	1543298	.0270443	.0234119	-103312
	p-value	0.000	0.000	0.009	0.595	0.000	0.000	0.229	0.332	0.000
DempLeg	coef.	.3166233	.2359985	.0109488	.0008834	-.06072	1189465	.0513539	.0741931	-836255
	p-value	0.000	0.029	0.326	0.956	0.000	0.000	0.077	0.021	0.000
DempSanSau	coef.	.1617167	.107743	-.0218951	.0006079	-.0068153	.9761354	.029904	-.0404864	-3656523
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.871	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempTransp	coef.	.4265417	.2497105	-.029779	-.0688534	-.1173242	.9150055	-.0209966	-.0553606	-6592882
	p-value	0.000	0.036	0.030	0.000	0.000	0.000	0.561	0.089	0.000
DeCapInv	coef.	.0919723	.2488429	.0952197	-.0444039	-.1526348	2423291	-.023256	-.140959	-1515448
	p-value	0.000	0.023	0.000	0.001	0.000	0.000	0.338	0.000	0.000
DempAdm	coef.	-.0896344	.4461287	-.6074044	-.0676564	.0844467	1246943	.2151053	-.3490367	-9731613
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAmb	coef.	.4024543	.4127534	-.0475935	.052122	-.0479645	1062522	.0143213	-.0246925	-1011139
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.585	0.384	0.000
DempEner	coef.	.5159025	.3244494	-.0842191	-.0020956	-.035007	.3781172	.0371539	.0710518	-5139413
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.880	0.000	0.000	0.156	0.005	0.000
DempInd	coef.	.4583487	.0365544	-.0177174	.004239	-.0114442	.2403518	.0108881	-.0139081	-1816695
	p-value	0.000	0.609	0.053	0.709	0.000	0.000	0.594	0.483	0.015
DempJud	coef.	.4950607	.1621936	-.0194243	.0070808	-.0239984	.2440433	.0200923	-.0042263	-2887691
	p-value	0.000	0.015	0.024	0.486	0.000	0.000	0.296	0.837	0.000
DempTrCo	coef.	.4164081	.2638424	.287323	.0002463	-.0442586	.5870705	-.0253662	.0241469	-607958
	p-value	0.000	0.005	0.000	0.988	0.000	0.000	0.355	0.414	0.000

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). (*) referência: ideologia de centro.

Nº Obs.: 484.127

Fonte: dados da pesquisa.

Regressão FE robust cluster ID por município – Brasil [2001-2021]

$$\ln \text{DempFu}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \ln \text{DefEmpFu}_{it-1} + \beta_2 \ln \text{TamPop}_{it} + \beta_3 \text{Crise}_{t+} + \beta_4 \text{Reelei}_{it} + \beta_5 \text{IFDM}_{it} + \beta_6 \text{PibCapEst}_{t+} + \beta_7 \ln \text{DempTotal}_{it} + \beta_8 \text{Ideologia}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis Dependentes		Variáveis Explicativas									
		lnDefEmp	lnTamPop	Crise	Reelei	IFDM*	PibCapEst	lnDempTotal	IdEsq**	IdDir**	Const
DempPes	coef.	.156143	.0670261	.045588	.020416	.1799074	.0052501	.7790572	-.0031616	-.0182417	-1259418
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.000	0.001	0.000	0.000	0.289	0.000	0.000
DempAssPre	coef.	.2810436	.1327976	-.0071544	-.0071112	.2441207	-.0083451	1135796	.0559012	.0146791	-6961957
	p-value	0.000	0.000	0.035	0.114	0.015	0.000	0.000	0.000	0.125	0.000
DempCom	coef.	.5502608	.0423076	-.007538	-.0085744	-.2635594	-.0058733	.0620753	-.0036565	.0143781	-5810215
	p-value	0.000	0.052	0.019	0.018	0.000	0.000	0.000	0.650	0.043	0.010
DempSegDef	coef.	.5993135	.155981	-.0142858	-.0079898	.467109	.0013304	.211263	.0118928	.015465	-2891927
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.105	0.000	0.087	0.000	0.267	0.090	0.000
DempEduC	coef.	.226554	.0921925	-.0229786	-.0023692	-.5865123	-.0005739	.7374151	-.0098887	-.0002344	-1819164
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.065	0.000	0.065	0.000	0.000	0.931	0.000
DempUHab	coef.	.303119	-.0823563	-.013251	-.0399438	.55333	-.020357	1260578	.074535	.0468176	-5559648
	p-value	0.000	0.093	0.011	0.000	0.002	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempLeg	coef.	.3302371	.1417373	.0072295	.0017936	1096117	-.0310286	1112228	-.0024126	.1130753	-6943994
	p-value	0.000	0.005	0.260	0.843	0.000	0.000	0.000	0.892	0.000	0.000
DempSanSau	coef.	.2117161	.0729841	-.0212714	.0038043	.5361367	.0043222	.8674796	.0333169	-.0292769	-2987253
	p-value	0.000	0.000	0.000	0.041	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000

DempTransp	coef.	.4841756	-.4234191	.0018912	-.0650436	-.4816671	-.0263451	.5966286	.0697212	.0416914	1618793
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.787	0.000	0.014	0.000	0.000	0.000	0.010	0.009
DeCapInv	coef.	.0650866	-.3912312	.0779847	-.0898404	-1107546	-.0356098	1954825	.0896633	-.0003688	-664259
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.981	0.000
DempAdm	coef.	-.1066285	.7316423	-.6401862	-.0754802	-.6213325	.0360433	1635927	.2386001	-.3455082	-1518154
	<i>p-value</i>	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
DempAmb	coef.	.3943858	.1330983	-.0584387	.009032	.5029436	-.009468	.9472199	.0268928	-.0004231	-6707912
	<i>p-value</i>	0.000	0.002	0.000	0.183	0.001	0.000	0.000	0.070	0.974	0.000
DempEner	coef.	.556143	.0600282	-.0641526	-.0047529	.9066961	-.0076101	.242834	.0272484	.0545539	-1898353
	<i>p-value</i>	0.000	0.182	0.000	0.503	0.000	0.000	0.000	0.070	0.000	0.000
DempInd	coef.	.437724	-.1178388	-.0421963	-.0087371	-.328061	-.0063774	.3556431	.0367081	.0149738	-.9909943
	<i>p-value</i>	0.000	0.008	0.000	0.235	0.016	0.000	0.000	0.014	0.275	0.025
DempJud	coef.	.5117099	-.0298103	-.0205677	.0099232	.0895947	-.0004118	.1160135	.0235798	.0038691	-.384016
	<i>p-value</i>	0.000	0.380	0.000	0.074	0.420	0.589	0.000	0.037	0.713	0.258
DempTrCo	coef.	.410062	-.0346213	.2160989	.0058928	-.283657	-.0082024	.4142494	-.0142045	.0322987	-1464845
	<i>p-value</i>	0.000	0.546	0.000	0.482	0.106	0.000	0.000	0.409	0.038	0.011

Nota: cor laranja (mais visíveis); cor azul (menos visíveis). (*) referência ao período 2013-2021.

Nº Obs.: 2.210.740

(**) referência: ideologia de centro. Fonte: dados da pesquisa.